

MIGRAÇÃO RURAL-RURAL

ANÁLISE SOCIOLÓGICA DA MIGRAÇÃO DOS
PARCELEIROS DO PROJETO IGUATEMI

MARIA IGNEZ GUERRA MOLINA

Tese de doutoramento apresentada
à Escola Superior de Agricultura
«Luiz de Queiroz» da Universidade
de São Paulo

PIRACICABA
Estado de São Paulo - Brasil
1970

Aos meus Pais

Ao meu Espôso

Às minhas Filhas

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Doutor Érico da Rocha Nobre, Chefe do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", pela orientação, incentivo e leitura do texto original.

Ao Professor Doutor Olen E. Leonard, Professor da Universidade do Arizona e Sociólogo Rural do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, atualmente professor visitante do Convênio OSU/ESALQ junto ao Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, pela orientação segura em todas as fases desta pesquisa.

Aos Professores José Albertino R. Rodrigues e José Molina Filho, pelas oportunas sugestões de natureza metodológica.

Ao Professor Doutor Paulo Fernando Cidade de Araújo, pela inextinguível dedicação e interesse na organização geral e revisão do texto.

Ao Professor Doutor Rodolfo Hoffmann, pelas sugestões apresentadas na análise dos resultados.

Aos companheiros do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas da ESALQ que, nas diferentes etapas deste estudo, de alguma forma contribuíram para a sua realização.

Ao "Population Council" e ao Escritório de Estatística, Análises e Estudos Econômicos - Ministério da Agricultura, pelo suporte financeiro dado a esta pesquisa.

À direção do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, particularmente aos técnicos do Departamento de Operações e Projetos da Guanabara, pelas informações gentilmente oferecidas.

À Direção, técnicos e funcionários do "Projeto de Assentamento de Iguatemi", pela disponibilidade e incansável colaboração durante a nossa permanência na área do estudo.

Às alunas Maria da Conceição E. Perche e Ida Maria V. Oliveira, e ao Eng^o Agr^o Guido Zanlorenzi, pela colaboração, apoio e entusiasmo com que sempre nos acompanharam na coleta de dados.

À senhorita Thereza Watanabe, pelo excelente trabalho de datilografia.

Aos Parceleiros do "Projeto Iguatemi", que tão generosamente nos deram a história de suas vidas e matéria-prima para este trabalho.

Í N D I C E

	Pág.
LISTA DOS QUADROS	X
LISTA DAS FIGURAS	XII
LISTA DOS APÊNDICES	XIII
CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO	1
1. O Problema e sua Importância	2
2. O Fenômeno da Migração	3
3. Causas das Migrações	6
4. Objetivos do Estudo	10
CAPÍTULO II - FUNDAMENTAÇÃO DO ESTUDO	12
A. Revisão Bibliográfica	13
1. Migrações Internas no Brasil	13
2. Consequências das Migrações Internas no Bra- sil	18
3. Principais Padrões de Migração Verificados no Brasil	21
B. Orientação Teórica	23
CAPÍTULO III - ÁREA DO ESTUDO	32
1. Antecedentes	33
2. Razões da Escôlha do Projeto de Assentamento de Iguatemi	36

	Pág.
3. O Projeto de Assentamento de Iguatemi	37
Programa 1 - Distribuição de Terras	38
Programa 2 - Organização Territorial	39
Programa 3 - Administração do Projeto	40
Programa 4 - Assentamento	41
Programa 5 - Unidades Agrícolas	44
Programa 6 - Infra-Estrutura Básica	45
Programa 7 - Ensino	46
Programa 8 - Saúde e Previdência Social	47
Programa 9 - Habitação Rural	47
Programa 10 - Empresa Cooperativa	48
Programa 11 - Crédito	49
Programa 12 - Comercialização	50
4. Observações Complementares	51
CAPÍTULO IV - METODOLOGIA	56
1. Material e Métodos	57
2. Grau de Mobilidade	59
3. Sistema Social de Origem do Migrante	60
4. Critério para Cálculo da Fôrça-de-Trabalho das Famílias	62
CAPÍTULO V - ANÁLISE DOS DADOS E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS	63

	Pág.
A. Causas da Migração	64
Migração Tradicional	65
Migração Racional	69
Migração Afetiva	73
Última Migração	76
B. Mobilidade dos Parceleiros	80
C. Mobilidade e Causas da Migração	85
D. Mobilidade do Migrante e suas Características <u>Ge</u> raais	87
1. O Migrante e sua Família	87
a. Idade e Sexo na Composição das Famílias ..	87
b. Número de Membros nas Famílias dos Parce- leiros	90
c. Tamanho da Família dos Parceleiros e Grau de Mobilidade	92
d. Força-de-Trabalho das Famílias dos Parce- leiros	93
e. Escolaridade dos Parceleiros e de suas Es- pôsas	95
f. Religião dos Parceleiros e Mobilidade	97
g. Documentos que os Parceleiros Trazem Consi- go	98
h. Ocupação Predominante Antes de Iguatemi ..	99
i. Categoria Ocupacional Antes de Iguatemi ..	101

	Pág.
2. O Migrante e o seu Sistema Social de Origem .	105
a. Procedência dos Parceleiros	105
b. Laços de Família que Mantém no "seu lugar"	108
c. Satisfação com o Trabalho no "seu lugar"..	109
d. Razões de Satisfação ou Insatisfação com o Trabalho no "seu lugar"	110
e. Participação Social Formal no "seu lugar".	112
f. "Facilidades" Existentes e Utilizadas pelos Parceleiros no "seu lugar"	113
g. Contatos Indiretos Através de <u>Correspondên</u> <u>cia</u>	114
h. Contatos Diretos com o "seu lugar" Através de Viagens	115
3. O Migrante e sua História de Migração	117
a. Municípios em que Residiu Desde o <u>Nascimen</u> <u>to</u> e por Decisão Própria	117
b. Tempo Médio de Permanência das Famílias <u>Mi</u> <u>grantes</u> em Cada Etapa da Migração por <u>Deci</u> <u>são</u> Própria	118
c. Número de Anos Desde que Saiu a <u>Primeira</u> <u>Ve</u> z por Decisão Própria	123
d. O Padrão de Migração	124
e. Meios de Comunicação na Migração para <u>Igua</u> <u>temi</u>	126

	Pág.
f. Aspiração de Voltar a Morar no "seu lugar"	129
4. O Migrante e sua Situação Atual	130
a. Tempo que Está em Iguatemi	130
b. Satisfação com o Trabalho em Iguatemi	132
c. Razões da Satisfação com o Trabalho em I- guatemi	133
d. Satisfação em Iguatemi Comparando com o "seu lugar"	134
e. Aspiração de Fixação em Iguatemi	137
RESUMO E CONCLUSÕES	138
SUMMARY	148
BIBLIOGRAFIA	155
APÊNDICES	164

LISTA DOS QUADROS

	Pág.
1 - Critério para cálculo da Fôrça-de-Trabalho da Família	62
2 - Tipos de Migração quanto à Orientação da Ação	66
3 - Distribuição Numérica e Percentual dos Parceleiros quanto ao Grau de Mobilidade	80
4 - Grau de Mobilidade e seu Significado	84
5 - Mobilidade e Orientação da Primeira Migração	86
6 - Distribuição Etária dos Parceleiros e Grau de Mobilidade	88
7 - Tamanho da Família dos Parceleiros e Grau de Mobilidade	92
8 - Fôrça-de-Trabalho das Famílias da Amostra.	94
9 - Escolaridade do Parceleiro e Espôsa e Mobilidade	95
10 - Religião e Mobilidade dos Parceleiros	97
11 - Mobilidade e Número de Documentos dos Parceleiros	99
12 - Ocupação Predominante Antes de Iguatemi ..	100
13 - Categoria Ocupacional dos Parceleiros Antes de Iguatemi	102
14 - Procedência dos Parceleiros por Região e por Estado	107

	Pág.
15 - Familiares que o Parceleiro deixou no "seu lugar"	109
16 - Grau de Satisfação dos Parceleiros com o Trabalho no "seu lugar"	110
17 - Porquê da Satisfação ou Insatisfação dos Parceleiros com o Trabalho no "seu lugar".	111
18 - Associações de que os Parceleiros eram Sócios no "seu lugar"	112
19 - Distribuição dos Parceleiros quanto às Facilidades Existentes e Utilizadas no "seu lugar"	113
20 - Correspondência Mantida com o "seu lugar".	115
21 - Distribuição dos Parceleiros quanto às Viagens ao "seu lugar"	116
22 - Municípios de Residência dos Parceleiros Antes de Iguatemi	117
23 - Número de Anos desde que Saiu a Primeira Vez por Decisão Própria	123
24 - Meios de Comunicação na Migração para Iguatemi	129
25 - Aspiração de Retorno ao "seu lugar"	130
26 - Tempo que está em Iguatemi	132
27 - Satisfação com o Trabalho em Iguatemi	133
28 - Razões da Satisfação com o Trabalho em Iguatemi	134
29 - Satisfação em Iguatemi Comparando com o "seu lugar"	137
30 - Aspiração de Fixação em Iguatemi	138

LISTA DAS FIGURAS

		Pág.
1 -	Paradigma de Análise do Processo de Migração	31
2 -	Distribuição dos Parceleiros da Amostra quanto ao Grau de Mobilidade	81
3 -	Idade e Sexo na Composição das Famílias dos Parceleiros	89
4 -	Distribuição das Famílias dos Parceleiros quanto ao Número de Membros Residentes	91
5 -	Fôrça-de-Trabalho das Famílias da Amostra ..	93
6 -	Distribuição Percentual dos Parceleiros por Região de Procedência	106
7 -	Distribuição dos Parceleiros por Estado de Procedência	106
8 -	Tempo Médio de Permanência dos Parceleiros em cada Município que Residiu por Decisão Própria	122
9 -	Direção e Sentido da Migração dos Parceleiros	125

LISTA DOS APÊNDICES

	Pág.
1 - Localização do Projeto de Assentamento de Iguatemi - 1970	165
2 - Distribuição das Unidades Agrícolas Dentro da Área do Projeto Iguatemi - 1970	166
3 - Tipos de Casa de Madeira Serrada e de Alve naria	167
4 - Tipos de Casas Rústicas Construídas pelas Famílias que Chegaram ao Projeto Iguatemi.	168
5 - "Unidades Agrárias"	169
6 - Formulário para Entrevista	177

C A P I T U L O I

INTRODUÇÃO

"Guardei tudo e fui me embora;
Conheci terras de Minas,
Longes terras de Goiás,
Percorri todo o São Paulo
Andei nos campos gerais;
Vi Salvador da Bahia
Seu grande presepe armar
E vi dos morros de Olinda
A pavonada do mar
Agora também, amigo,
Tenho que ir. Já é hora,
Chamando estão os caminhos
Meu destino é caminhar
Adeus... Adeus... Vou-me embora."

(Fragmento do bumba-meu-boi O Coronel
de Macambira, de Joaquim Cardoso).

1. O Problema e sua Importância

No Brasil, o fenômeno das migrações se verifica em larga escala, através de mudanças de residência em todo o território nacional e envolvendo um grande número de pessoas. Segundo as estatísticas oficiais, a migração aumenta constantemente. O censo de 1940 constatou que 8,5% da população total estavam residindo fora do seu Estado de origem, o que em 1950 aumentou para 10,3% e em 1960 para 18,2%. ^{1/}

Aqui, como em outros países, pode ser constatada a preocupação científica e político-administrativa com as populações migrantes, emergindo dessa preocupação uma série de problemas mais ou menos comuns. Perguntas como: Quem são as pessoas que migram? Por que migram? Em que diferem elas das que não migram? Para onde migram? De onde saem? Continuarão elas o processo de migração? Essas e muitas outras perguntas são problemas de pesquisa no campo das Migrações.

Analisando a importância das Migrações David diz que, embora elas desempenhem um papel central na história da civilização e no desenvolvimento das nações e continentes, a dinâmica sócio-psicológica do processo de migração não tem recebido a devida atenção. Ressaltando o impac

^{1/} Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, Demografia, diagnóstico preliminar (Rio de Janeiro, 1966), pp. 85 e 86.

to das migrações sobre a Personalidade, esse autor considera as Migrações, mesmo voluntárias, como uma interrupção e frustração das expectativas naturais da vida, com tôdas as ansiedades inerentes e o desgaste potencial do auto-conceito. A migração induziria assim, ao "stress" cognitivo, forçando o imigrante a mudar suas imagens familiares e a construir um novo mapa cognitivo. Finalmente, seria uma das mais evidentes situações de completa desorganização do papel do indivíduo no Sistema Social. Neste contexto a migração teria um efeito dessocializante. ^{2/}

2. O Fenômeno da Migração

Para melhor caracterizar o fenômeno da Migração, procedeu-se a uma revisão bibliográfica, em que se procuraram diferentes posições na compreensão e subsequente definição da natureza do fenômeno. Entre essas posições teóricas, as mais generalizadas são aquelas que consideram o fenômeno como: (a) um problema individual; (b) não possuindo nenhum padrão motivacional e que ocorre, portanto, em bases totalmente irregulares; (c) possível de ser estudado cientificamente, apresentando certas regularidades e seguindo padrões e direções específicas; (d) um sistema composto de duas áreas que interagem, formando os "padrões" de migra-

2/ Henry P. David, "Involuntary International Migration : Adaptation of Refugees", International Migration, VII (3/4) pp. 71 e 72.

ção; e (e) um movimento de unidades sociais (indivíduos, famílias, grupos, etc.), envolvendo mudanças de um sistema social para outro.

Para melhor compreensão dessas diferentes posições, nada melhor do que uma síntese do que dizem os seus autores.

Hillery e outros afirmam que um dos principais problemas de pesquisa sobre as Migrações é o próprio conceito de Migração. Atribui ao modo pelo qual são apresentados os dados dos censos o fato de a Migração ser tratada predominantemente como um problema individual. Um Sistema de Migração, no sentido mais geral, é formado por duas ou mais áreas de origem e de destino, as quais interagem em termos de intercâmbio migratório. Essas áreas tornam-se partes componentes do Sistema de Migração. Naturalmente, Migração é, sobretudo, uma relação de um sentido predominante, em vez de sê-lo de dois sentidos. Contudo, é de se esperar uma certa quantidade de retorno, uma vez comprovada a existência de um sistema. ^{3/}

Wakeley e Mohiey definem Migração de populações como sendo um movimento de pessoas e de outras unidades sociais de um lugar de residência para outro, envolvendo ao

^{3/} Hillery e outros, "Migrations Systems of the Southern Appalachians", Rural Sociology, 30 (1) 1965, p.35.

mesmo tempo mudança do sistema social de origem para o de destino. ^{4/}

Pastore conceitua a Migração como "... um fenômeno que ocorre com certa regularidade e segue padrões e direções específicos, podendo, por isso mesmo, ser estudado cientificamente e permitindo ao investigador indagar sôbre os seus determinantes e as suas conseqüências. ^{5/}

No presente estudo, assumiu-se uma posição que abrange os itens (c) e (d) acima, isto é, considera-se a migração como um fenômeno que pode ser estudado cientificamente, porque apresenta certas regularidades e segue padrões e direções específicos. Assim sendo, é um sistema composto de duas áreas que interagem e formam "padrões de migração".

Por "Migrações Internas no Brasil" entendem-se os deslocamentos de indivíduos ou grupos de um Município, Estado ou Região para outro. Cada uma das duas áreas consideradas é uma parte integrante do Sistema de Migração, havendo pois, uma interação. Essa interação "em processo" manifesta-se em forma de determinadas ações típicas, que vêm a ser os "padrões" no processo de Migração.

^{4/} Wakeley e Mohiey, "Sociological Analysis of Population Migration", Rural Sociology, 26 (1) 1961, p. 15.

^{5/} José Pastore, "Brasília: a cidade e o homem" (São Paulo 1969), p. 9.

Estudando as causas das Migrações, podem determinar-se alguns dos elementos que estimulam ou motivam a interação das partes do sistema - área de origem e área de destino do migrante - provocando a ação de migrar nos atôres dêsse sistema. A ação básica, inicial, é a emigração - ou saída da área de origem, que supõe uma série de outras ações dos atôres, padronizadas ou não, dentro do nôvo sistema.

Analisando-se as características e comportamentos mais comuns entre êsses atôres - indivíduos, famílias, grupos, etc. - pode-se determinar uma série de "padrões" que caracterizam o processo de migrações internas no Brasil.

3. Causas das Migrações

A uma série de fatôres diferentes se tem atribuído a migração interna no Brasil.

Lopes considera que "... o desequilíbrio entre a população e os meios de subsistência é o fator determinante do abandono da terra ..." Considera, ainda, que, embora os motivos econômicos da migração sejam os mais importantes, o espírito de aventura, a vontade de conhecer o mundo, conhecer São Paulo, também aparecem como causas

relevantes da migração. 6/

Pastore afirma que "migrantes voluntários abandonam um determinado sistema social porque se sentem descontentes com alguns ou muitos aspectos de sua situação (da maneira como a definem). Alguns migram para atingir o novo; outros para reter o velho. De qualquer forma, migrantes voluntários vão para um novo meio com expectativas relativamente definidas no que se refere aos papéis que desempenharão e aos meios disponíveis para atingir seus objetivos e satisfazer suas necessidades." 7/

De Carli diz haver "... entre os trabalhadores da zona açucareira, um instinto migratório, um hábito congênito. Pai e avô procuram de uma terra para outra melhor oportunidade de matar a fome. Talvez, entretanto, essa liberdade que o tomou de surpresa no dia 13 de maio mobilizou todo o atavismo que a escravidão reprimira... Esse trabalhador errante que oferece seus serviços às Usinas de Pernambuco foge das casas arruinadas, das dificuldades de obter alimento, buscando um ideal, talvez uma alucinação, de uma Canaã onde, sem trabalho, o alimento será bom e abundante." 8/

6/ J.B. Lopes, Sociedade Industrial no Brasil, (São Paulo, 1964), p.37.

7/ Pastore, op. cit., p.9.

8/ Gileno de Carli, "Aspectos Açucareiros de Pernambuco" ; in Smith, Brasil, Povo e Instituições, (Rio de Janeiro, 1967), p.173.

Atribuindo à sêca as migrações do nordestino, lê-se em Pacheco e Silva: "No Nordeste brasileiro, o que mais contribuirá para agravar a situação seriam os fatores decorrentes de uma ordem social e econômica precária, associada a um sistema agrário arcaico, à pobreza, ao analfabetismo, à falta de cultura e ao atraso de regiões subdesenvolvidas que não se beneficiaram, ainda, da moderna tecnologia, dos métodos modernos de mecanização agrícola ou dos sistemas de crédito indispensáveis ao seu desenvolvimento". ^{9/}

A colocação de Bosco e Jordão Neto mostra que há muita variação entre os autores, quando destacam os motivos básicos e secundários das migrações. Alguns inquiridos sobre o assunto mostram como causas principais a falta de trabalho e os baixos salários, enquanto sêca, má qualidade das terras e baixos preços agrícolas aparecem como causas secundárias. Concluem que o trato empírico com o problema conduz às seguintes observações: (a) o motivo financeiro é a principal causa que movimenta a corrente migratória rumo ao sul do país; (b) essa corrente migratória está estreitamente ligada ao ciclo vegetativo das culturas agrícolas do Estado de São Paulo. ^{10/}

^{9/} Pacheco e Silva, "Aspectos Psicosociais das Correntes Migratórias no Brasil", Problemas Brasileiros. Vol. 36, março de 1966.

^{10/} Bosco e Jordão Neto, Migrações, (São Paulo, 1967) pp.15
-17.

Smith analisa várias causas e as sintetiza em quatro fundamentais. São elas: (a) grandes mudanças sociais e econômicas, que motivam o êxodo e, conseqüentemente, a expansão dos centros urbanos; (b) influências imediatas, que agem sobre as pessoas, induzindo-as a mudar dos distritos rurais para os urbanos; (c) meios de comunicação e transporte nas relações entre Estados e Comunidades brasileiros, que influenciaram grandemente as migrações, sobretudo a partir de 1930; e (d) o analfabetismo, que não é mais considerado como natural, inevitável ou sequer tolerável. Assim, o sistema de educação criado também contribui para o abandono da terra. A Escola é, por excelência, uma força urbanizadora na comunidade rural. 11/

Considerando o problema por um ângulo mais estrutural, o Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais acrescenta: "Qualquer estudo que se faça sobre o Êxodo Rural concluirá que o denominador comum, ou o fator mais geral dêsse êxodo, é o péssimo funcionamento da estrutura agrária, que nesta segunda metade do século XX ainda está condicionada a diversos fatores sociais, políticos e econômicos". 12/

11/ Smith, op. cit. pp. 180-182.

12/ Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, Situação Social da América Latina (Rio de Janeiro, 1965), pp.68-69.

Poder-se-ia alongar quase que indefinidamente essa seleção de fatores ou causas das migrações internas no Brasil. Entretanto, crê-se que as anteriormente citadas são suficientes para uma colocação inicial do problema. Esses autores foram selecionados entre outros, procurando atender a uma diversificação no tempo, no nível do tratamento, na área e nos métodos de abordagem.

Até aqui procurou-se apresentar as Migrações Internas como um fenômeno que se manifesta empiricamente em todo o Brasil. Analisado em seu aspecto demográfico, geográfico, sócio-econômico, ou qualquer outro, coloca-se como um problema de pesquisa dos mais atuais e carentes de análise científica, mas muito amplo para ser estudado em uma abordagem global.

4. Objetivos do Estudo

Este trabalho se propõe oferecer uma contribuição à explicação científica das migrações e à compreensão do migrante rural, através de um estudo exploratório.

Como focalização central, a investigação pretende estudar as causas da migração e determinar, tanto quanto possível, a orientação motivacional que leva o migrante à mudança de residência.

Como objetivos específicos, o estudo pretende:

a. Elaborar uma tipologia da migração, com base no modelo teórico proposto por Max Weber, para classificar a ação social.

b. Utilizando essa tipologia, analisar algumas das causas da migração de uma população de migrantes voluntários, no Estado de Mato Grosso, Brasil.

c. Elaborar um critério para aferir o grau de mobilidade da população migrante.

d. Analisar algumas características de natureza social, psicológica e cultural dessa população, relacionando-as aos diferentes graus de mobilidade.

e. Oferecer subsídios para o planejamento e desenvolvimento da ação de técnicos e Instituições que trabalham em Projetos de Assentamento, de Colonização, de Migrações e de Fixação de Populações.

C A P Í T U L O I I
FUNDAMENTAÇÃO DO ESTUDO

A. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

1. Migrações Internas no Brasil

As Migrações Internas são um fenômeno muito antigo no Brasil. Revendo a literatura sobre o assunto encontram-se registros de Migrações Internas a partir do início do século XX. Embora haja indicações de que elas se iniciaram antes, só a partir de então foram registradas oficialmente. Fundamenta-se essa afirmação transcrevendo alguns autores:

Juarez Brandão Lopes observa que: "Embora haja notícias de sêcas periódicas desde o século XVIII, parece que só no final do século passado a fuga à inclemência do meio levou os flagelados a saírem da região... primeiro para a Amazônia, atraídos pela borracha, agora para São Paulo, atraídos pelos cafèzais e a Indústria". ^{13/}

Lynn Smith acrescenta: "De acôrdo com os melhores informantes neste terreno, a fuga para as cidades tornou-se mais acentuada quando os escravos receberam sua alforria nos últimos anos do século XIX. Mas a grande parte da elite também passou nessa época a residir nos centros

^{13/} J.B. Lopes, op. cit., p. 37.

urbanos... Em 1890 o Rio de Janeiro abrigava 415.559 habitantes dos quais 29,7% eram estrangeiros, 44,2% nativos do Distrito Federal e 26,1% migrantes de vários estados brasileiros... A distribuição por idade e sexo nas cidades brasileiras apresenta um perfil de composição que só poderia resultar da migração selecionadora de jovens e adultos".^{14/}

Bosco e Jordão Neto afirmam: "A estatística revela que o fluxo migratório para o sul, tendo São Paulo como ponto de convergência, começou em 1901"... Naquele ano, o registro de entrada de nacionais no Estado de São Paulo, apontou 1.434 indivíduos. Até 1919 a corrente de migrantes nacionais não ultrapassou a casa das 5.000 pessoas por ano. O exercício de 1923 marca o início da intensificação do fluxo de nordestinos, mineiros e fluminenses para São Paulo. Em 1935 o governo do Dr. Armando Sales de Oliveira viu-se na contingência de estimular a migração de nacionais para São Paulo, com o fim de suprir a lavourea de mão-de-obra. Estimulada a migração nacional, as entradas passaram a ser maciças, atingindo em 1939 a casa dos 100.000 indivíduos por ano. Com o advento da Segunda Guerra Mundial e consequente fome da borracha as atenções foram voltadas para a Amazônia e todo o contingente humano aproveitável era desviado para lá. A migração para São Paulo não cessou, apenas sofreu queda no quinquênio 1942/1946

^{14/} Smith, op. cit., p. 175.

para avolumar-se a partir de 1947". 15/

Sendo embora um fenômeno que já se verifica no Brasil comprovadamente desde o século passado, há relativamente poucos estudos realizados sobre o assunto. E somente nas duas últimas décadas começaram a surgir estudos sobre esse tema, com diversas abordagens.

Através dos censos e de estatísticas de Instituições que trabalham com migrantes, já se esboça uma imagem numérica do fenômeno, o que significa uma grande mudança no trato do problema e, conseqüentemente, da importância que se lhe atribui. Há, também, notícias de uma série de medidas governamentais - durante muito tempo restritas apenas à época das secas - para dificultar, incentivar, humanizar, dirigir ou, de alguma forma, interferir no fenômeno das migrações. Também grupos de serviços sociais públicos, religiosos ou privados têm-se organizado para prestar assistência às populações migrantes. Estes e outros fatos indicam um certo grau de consciência em relação ao fenômeno e uma tendência a encará-lo como um fato social de vulto, que começa a merecer maior atenção tanto na ordem político-administrativa como teórico-científica.

Para esboçar brevemente, em termos numéricos, o problema das Migrações Internas no Brasil, é interessante

15/ Bosco e Jordão Neto, op. cit., pp. 10-13.

citar o Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica: "Os resultados censitários de 1940 e 1950 indicam que, no período, o volume de imigrantes aumentou tanto globalmente quanto relativamente. No primeiro dêles, cêrca de 3,4 milhões de brasileiros estavam ausentes do Estado em que nasceram, enquanto que no segundo, cêrca de 5,2 milhões, correspondendo a 8,5% e 10,3% respectivamente, do número total de brasileiros natos recenseados nesses anos. Em 1960, êsse número aumentou consideravelmente, passando para 12,5 milhões, isto é, 18,2% da população nativa do país, e volume global pouco maior do que o dôbro do observado em 1950. Esses valores que apenas dão indicação aproximada do volume populacional que efetuou deslocamentos, e sem distinguir as migrações de extensa ou curta mobilidade, indicam que, em 1950, de cada 100 brasileiros, pelo menos 10 tinham se deslocado de seu Estado de Origem, no mínimo uma vez, e 10 anos depois, isto é, em 1960, êste número passou a ser 18 pessoas, indicando a intensificação dêsses movimentos no decênio de 1950, se comparado com o de 1940".^{16/}

O Prof. Alfonso Trujillo Ferrari analisa o problema da seguinte forma: "As migrações internas no Brasil apresentam não apenas um fenômeno de movimentos espaciais de população, mas surpreendentemente estão englobadas dentro do contexto de mudanças estruturais da própria economia brasileira e no sentido de permitir a maior unidade

^{16/} Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, op. cit., pp. 85-86.

nacional. Fora disso, os outros fatores responsáveis pelo deslocamento nacional são de monta menor, mas nem por isso irrelevantes. Assim, qualquer estudo de deslocamento das massas humanas no Brasil, não deve ser considerado apenas em termos de volume, mas também deve ser equacionado nas suas repercussões econômicas, sociais, culturais e políticas... Para a avaliação correta do fenômeno das migrações no Brasil na sua configuração mais recente, impõe-se o estudo da forma como se processaram historicamente ou em sentido diacrônico". ^{17/} Continuando a análise esse mesmo autor classifica as migrações num esquema histórico-prospectivo ou diacrônico, apresentando como principais fatores: (a) ocupação do litoral e a exploração do pau-brasil; (b) ciclo da monocultura canavieira; (c) conquista pastoril do sertão; (d) influxo das minas; (e) surto do café e as migrações; (f) levas nordestinas na Amazônia da Borracha; e (g) a industrialização, as frentes pioneiras e Brasília.

A migração interna no Brasil oferece padrões bem nítidos no que se refere a áreas de imigração e de emigração. Já historicamente se verificava uma "descida" para o sul, que diminuiu mas não cessou, apenas na época da "febre da borracha" quando muitos preferiram a Amazônia como meta da mudança.

^{17/} A. Trujillo Ferrari, Apostila de aulas do Curso de Sociologia Rural na Universidade Rural do Rio de Janeiro, 1959.

2. Consequências das Migrações Internas no Brasil

Estudos do IBGE mostram que:

A intensa urbanização processada no decênio 1940/1950, em decorrência dos movimentos de migração interna, refletiu-se numa forte variação de estrutura da população profissionalmente ativa. Registrou-se, no decênio considerado, um decréscimo relativo de atividades na produção primária a favor de um aumento na indústria.

Referindo-se a esta modificação diz o Professor Jorge Kingston que "o Brasil segue assim o esquema clássico de transição para uma economia mais adiantada. Entretanto, ainda se observa uma grande concentração da população profissionalmente ativa na agricultura, como em todos os países subdesenvolvidos". ^{18/}

Existem pontos negativos e positivos no fenômeno migratório para o Estado de São Paulo, segundo conclusão de Bosco e Jordão Neto.^{19/} Os pontos negativos seriam: (a) a maioria dos migrantes possui baixa instrução e qualificação profissional quase nula, conseguindo apenas situações de sub-emprego ou ocupações não qualificadas em São Paulo; (b) muitos dos migrantes são doentes e subnutridos,

^{18/} A. Vicente de Carvalho, A População Brasileira (estudo e interpretação), (Rio de Janeiro, 1960), pp. 92-93.

^{19/} Bosco e Jordão Neto, op. cit., pp. 220-222.

ocasionando constante sobrecarga aos organismos de assistência social do Estado; (c) agravamento do problema da falta de habitações com conseqüente proliferação de favelas nas zonas urbanas; (d) crescimento dos índices de criminalidade; (e) declínio das condições eugênicas; e (f) queda do padrão de vida do proletariado rural e urbano nas classes sem qualificação profissional.

Os pontos positivos seriam: (a) a grande maioria das levas é do grupo de idades mais produtivo da população dos locais de emigração, isto é, predominam os grupos etários masculinos de 18 a 35 anos; (b) a afluência de trabalhadores de outros Estados para a agricultura paulista estimulou a saída de elementos já radicados nas zonas rurais do Estado de São Paulo para as cidades, sendo que tal êxodo constituiu condição essencial para a industrialização paulista; (c) o aproveitamento maciço de migrantes na construção civil liberou mão-de-obra qualificada para os vários setores industriais de São Paulo.

Do cotejo dos pontos negativos e positivos conclui-se que o saldo do movimento migratório é favorável ao Estado de São Paulo porque, além das vantagens econômicas que auferir, e talvez mesmo em função delas, está em condições - como unidade mais rica da Federação, de arcar com as responsabilidades decorrentes da migração média anual de 100.000 pessoas (no período 1952/1961) de outros Estados do Brasil.

Smith mostra que há relação entre o movimento do campo para a cidade e o desenvolvimento dos centros urbanos em todo o país, cujo fator principal é, sem dúvida, a migração. No período de 1940-1950 a população do Rio de Janeiro aumentou mais de 68% e São Paulo 60%. O aumento natural da população e a imigração contribuíram com parcelas muito pequenas para êsse aumento, cujo fator decisivo foram as Migrações Internas. 20/

Com uma visão otimista do problema, o Centro Latino Americano de Pesquisas em Ciências Sociais diz que o abandono do campo, tão debatido nos meios intelectuais, não deve ser encarado com pessimismo, pois, se certas reformas devem ser levadas a efeito, a fim de que o rurícola possa permanecer em sua região usufruindo melhores condições de vida, isso não desmente a tese de que a demanda de produtos agrícolas é relativamente inelástica e a demanda de bens manufaturados é relativamente elástica. A proporção que os países atrasados se industrializam, a mão-de-obra empregada na agricultura decresce. Por outro lado, a migração rural-urbana é fator positivo que deve ser encarado como característica do processo de desenvolvimento, pois intensifica a urbanização, e, com o tempo, fortalece a industrialização. 21/

20/ Smith, op. cit., p. 185.

21/ C.L.A.P.C.S. op. cit., pp. 68 e 69.

Conclui-se assim, que há uma constante entre os diferentes autôres quanto às consequências benéficas das migrações, sobretudo para as áreas de atração, embora apontem êles, também, uma série de aspectos negativos. Para as áreas de repulsão, o saldo negativo se apresentaria maior que o positivo.

3. Principais Padrões de Migração Verificados no Brasil

Através dos dados das pesquisas estudadas até aqui, é possível estabelecer uma série de "padrões" nas Migrações Internas no Brasil. Assim, entre os "padrões" mais evidentes, precisam ser destacados os definidos por Carvalho e por Bosco e Jordão Neto.

Carvalho diz que: (a) existe um nítido padrão de migração entre as populações do Nordeste e de Minas para o sul, centro-oeste e norte; (b) a migração rural normalmente predomina entre adultos masculinos, principalmente se se processa em busca de áreas pioneiras; (c) a migração rural-urbana normalmente predomina entre as mulheres; (d) quando a migração é devida à calamidades, toda a família emigra para as cidades, vilas, ou mesmo para outras áreas rurais, em outros Estados. ^{22/}

22/ A. Vicente Carvalho, op. cit., p. 92.

Bosco e Jordão Neto afirmam que: (a) é a camada mais produtiva da população que e-migra (o elemento masculino de 18 a 35 anos de idade), empobrecendo, conseqüentemente, aquelas regiões e-migrantistas no que tange ao elemento humano; (b) em grande maioria, os migrantes registrados nos serviços oficiais de migração de São Paulo são analfabetos. Na década de 1952/61: 87,72% contra 12,27% de alfabetizados; (c) a imigração para São Paulo está começando a passar, embora lentamente, de um nível meramente quantitativo para um nível qualitativo, numa espécie de repetição do que se passa atualmente com a migração estrangeira. 23/

Em síntese, a preocupação central deste subcapítulo foi apresentar uma seleção das pesquisas já feitas neste campo, de modo a ter-se uma visão teórica suscinta do fenômeno estudado.

Através da revisão aqui apresentada, tentou-se colocar o problema das Migrações Internas no Brasil com algumas de suas principais implicações, causas e conseqüências. Pretendeu-se destacar, também, os principais padrões evidenciados.

Em resumo, pode-se inferir das considerações anteriores que: (a) existem as Migrações Internas no Brasil,

numa proporção de 8,5% da população total na década de 1940; 10,3% na de 1950 e 18,2% na de 1960 conforme os censos; (b) as causas desse fenômeno, no Brasil, são de ordem econômica e sócio-psicológica; (c) há áreas de atração e repulsão no País, nitidamente evidenciadas pelas estatísticas; (d) as consequências positivas e negativas atingem as duas áreas envolvidas no processo; e (e) faz-se necessária uma melhor política oficial no que se refere às migrações internas.

B. ORIENTAÇÃO TEÓRICA

Como foi visto no início deste trabalho, um dos principais problemas constatados pelos que se dedicam à pesquisa de Migrações é o próprio conceito de Migração. Conceituado o fenômeno, pretende-se agora analisá-lo no âmbito de um quadro teórico de referências, que possibilite melhor situá-lo, ao menos para os objetivos do presente estudo.

Parsons e Shills consideram a "Ação" como um modo de relação entre um organismo vivo e um conjunto de objetos num meio ou numa situação dada. A ação em si seria o processo de mudança de estado do ator. Acrescentam que para um comportamento determinado ser considerado ação é ne-

cessário que haja: (a) antecipação de finalidade em relação à qual éle é dirigido; (b) uma situação na qual éle ocorre; (c) uma regulação normativa; e (d) uma motivação. 24/

Trazendo êsses elementos teóricos ao nível do fenômeno empírico estudado, vê-se que a Migração pode ser analisada como uma "ação". Operacionalizando o conceito de ação em relação à Migração tem-se: (a) um organismo vivo ou ator: o migrante; (b) êste se relaciona com um conjunto de objetos materiais, culturais e sociais, que são, respectivamente: objetos materiais: as comunidades de origem e de destino, envolvidas no processo; objetos culturais: o Sistema Cultural dos atôres (suas crenças, valores, normas, papéis, etc.) e o Sistema Cultural das Comunidades envolvidas; objetos sociais: os outros atôres do Sistema; e (c) a situação: que é constituída pela interação dêsses objetos entre si.

Quando se dispõe a migrar, o ator antecipa a finalidade em relação à qual se dirige o seu comportamento. Com variações de grau, conforme o tipo de ação racional, tradicional ou afetiva, éle prevê a finalidade da ação que vai executar, antevendo a situação que irá assumir, e que lhe parece desejável a ponto de determinar sua migração. Assim sendo, a migração é um comportamento que ocorre numa

24/ Parsons e Shills, Toward a General Theory of action ; (New York, 1962), p. 53.

situação dada. Em determinado momento, os elementos que compõem a situação se combinam de forma a produzir no Sistema de Personalidade do ator uma orientação que moverá sua decisão de migrar. Ainda segundo Parsons e Shills, "há uma regulação normativa", isto é, em todas as situações de Migração os atores são orientados por um conjunto de normas que dirigem essa ação. Há, também, uma motivação: determinado fator ou conjunto de fatores funcionam na situação real do ator, como motivação negativa a permanecer no Sistema. Outros fatores agem como motivação positiva para emigrar. É a combinação dos fatores positivos e negativos que o leva a tomar a decisão de emigrar, concretizando, por fim, a ação. Entre os fatores de atração, podem ser lembrados: maiores possibilidades de emprego, melhores salários, segurança, "status" mais alto, etc.

A análise das causas da migração da amostra estudada se fundamenta na Tipologia da Ação elaborada por Max Weber que classifica a ação em: (a) predominantemente tradicional; (b) racional quanto aos fins; (c) racional quanto aos valores; (d) afetiva ou emotiva. ^{25/} Neste estudo fez-se uma adaptação dessa tipologia ao caso concreto da Migração, estabelecendo-se um modelo teórico de classificação, de acordo com a orientação predominante na motivação da migração individual de cada ator.

^{25/} Max Weber, Economia y Sociedad. (México, 1964) Vol.1, p.20.

Para Weber uma ação é tradicional quando é determinada por um costume enraizado... Muitas vezes está além do que se pode chamar uma ação com sentido. Frequentemente não é mais do que uma obscura reação a estímulos habituais, que se encaminha na direção de uma atitude enraizada.

Quanto a ação racional o modelo divide-se em duas ordens: racional quanto a valores e racional quanto a fins. Considera-se racional quanto a valores a ação resultante de uma elaboração consciente e que é planejada pelo ator em relação aos fins últimos, de acordo com as suas convicções, sem considerar as consequências possíveis da ação. Ela é racional quanto a fins, quando predominantemente orientada para fins, meios e consequências implícitos na ação. Neste trabalho, essas duas ordens foram agrupadas, caracterizando-se o sentido da ação apenas como racional, simplificando o modelo, numa adaptação que parece atender às necessidades de classificação que se tem em vista. A orientação racional surge, pois, em oposição às orientações tradicional ou afetiva da Migração. Ademais, no presente caso, não há necessidade de especificar o tipo de racionalidade existente na ação.

De acordo com o mesmo autor, é afetiva a ação cujo sentido não está no resultado, no que está fora e além dela, mas na ação mesma, em sua peculiaridade. Age afetivamente quem satisfaz sua necessidade atual de vingança,

gôzo ou entrega, beatitude contemplativa ou de dar rédeas soltas às suas paixões do momento.

Os três tipos de orientação da ação propostos por Weber oferecem subsídios suficientes para servirem de suporte teórico a uma classificação das Migrações de acordo com a orientação que a determinou.

Complementando essa análise da Migração quanto ao tipo de ação pretende-se usar, também, o esquema proposto por Germani que classifica a ação em Prescritiva e Eletiva. Compreende como Prescritiva a ação que o ator é obrigado, ou quase, a executar, em consequência de normas muito rígidas, com escassa margem de escôlha. Considera Eletiva a ação na qual o ator tem uma certa liberdade de escôlha, isto é, de eleição de alternativas. Aqui, os elementos normativos não atuam de forma muito rígida e influenciam a ação de um modo diferente. No caso da ação Prescritiva se poderia dizer, de maneira não muito exata, que a ação mesma e a relação entre meios e fins já estão contidas na norma. No caso da ação eletiva existe também um elemento normativo que regula os fins, meios e as relações entre êles, mas êsse elemento normativo se caracteriza pelo fato de impor certa eleição, em lugar de prescrever certo curso de ação fixo, em resposta a cada situação socialmente especificada. ^{26/} Exemplificando êsse esquema com os da

^{26/} Gino Germani, Política y Sociedad en una Época de Transición, (Buenos Aires, 1968), p. 74.

dos coletados para êste estudo tem-se na primeira situação - as normas prescrevem um curso de ação fixo - o caso dos indivíduos que iniciaram a sua migração com os pais, antes que pudessem decidir por conta própria. No segundo caso - as normas possibilitam uma eleição entre as alternativas possíveis - podem ser classificados todos os outros motivos apresentados.

Continuando a apresentação de esquemas teóricos para o embasamento dêste estudo, recorre-se mais uma vez a Germani, quando propõe que, na análise dos fenômenos da Migração se devem considerar não só os fatores expulsivos e atrativos, mas também as condições sócio-culturais e subjetivas, em que tais fatores operam, tanto no lugar de residência como no lugar de destino. E para tal fim, sugere três níveis de análise: ambiental, normativo e psico-social. ^{27/}

Considera no nível Ambiental os fatores expulsivos e atrativos de um lado, e de outro, a natureza e condições das comunicações, a acessibilidade e o contato entre as áreas rurais e urbanas ou entre lugar de origem e lugar de destino. Essa comunicação se processa por contatos formais e informais, meios de comunicação de massas, sistema de transportes, distâncias, custos, etc. O nível Normativo

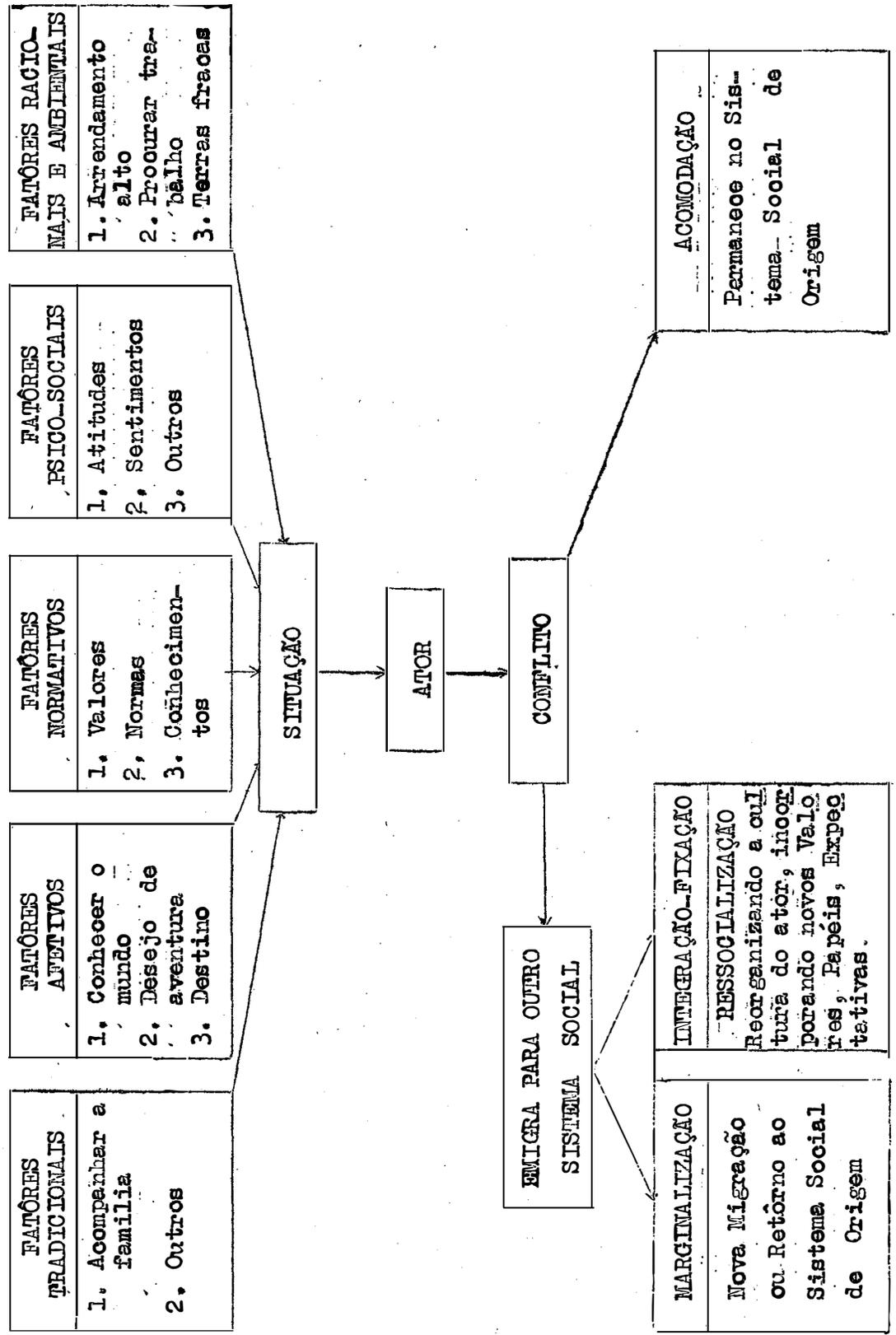
^{27/} Gino Germani, Sociologia de la Modernizacion, (Buenos Aires, 1969), pp. 125-128.

compreenderia as normas, crenças e valores da sociedade de origem. É importante, uma vez que as condições objetivas não operam no vazio, mas em um contexto normativo e psico-social. Encontram-se aí não só os critérios sobre o que se deve considerar boas ou más condições, mas também atitudes e padrões de comportamento que numa determinada sociedade regulam a Migração. Os papéis, expectativas e padrões de comportamento institucionalizados proporcionam o sistema normativo dentro do qual as pessoas percebem e avaliam tais condições objetivas. O nível Psico-Social consideraria as atitudes e expectativas dos indivíduos concretos. O equipamento individual de cada ator é também uma variável importante que intervém na análise do impacto dos fatores expulsivos e atrativos da migração. Não se quer reduzir as causas da Migração exclusivamente a um processo psicológico, mas demonstrar a necessidade de usar um contexto psicológico e um contexto normativo com o fim de compreender o funcionamento dos fatores objetivos.

Germani conclui a análise da assimilação dos migrantes rurais nas áreas urbanas, mostrando que os vários elementos indicados não funcionam atomisticamente. Ao contrário, êles são estreitamente interdependentes. Ênfase pode ser atribuída a um ou a outro nível de análise, mas não se deve esquecer um fato básico: no processo empírico a observar, êsses níveis constituem uma configuração específica, e não a simples coletânea de traços isolados.

Isso pôsto, parece recomendável a proposição de um esquema do processo de Migração que, reunindo as contribuições teóricas de Parsons, Shills, Weber e Germani, possa representar esquemática e simplificada a migração, conforme pode ser visto na Figura 1.

Figura 1 - Paradigma do Processo da Migração.



FATORES TRADICIONAIS	
1. Acompanhar a família	
2. Outros	

FATORES AFETIVOS	
1. Conhecer o mundo	
2. Desejo de aventura	
3. Destino	

FATORES NORMATIVOS	
1. Valores	
2. Normas	
3. Conhecimentos	

FATORES PSICO-SOCIAIS	
1. Atitudes	
2. Sentimentos	
3. Outros	

FATORES RACIAIS-AMBIENTAIS	
1. Arrendamento alto	
2. Procurar trabalho	
3. Terras fracas	

SITUAÇÃO

ATOR

CONFLITO

EMIGRA PARA OUTRO SISTEMA SOCIAL

MARGINALIZAÇÃO	
Nova Migração ou Retorno ao Sistema Social de Origem	

INTEGRAÇÃO-FIXAÇÃO	
RESSOCIALIZAÇÃO	
Reorganizando a cultura do ator, incorporando novos Valores, Papéis, Expectativas.	

ACCOMODAÇÃO	
Permaneço no Sistema Social de Origem	

C A P Í T U L O I I I

ÁREA DO ESTUDO

1. Antecedentes

Inicialmente, pretendeu-se desenvolver este estudo em São Paulo, na Hospedaria de Imigrantes "Visconde de Parnayba", antigo Departamento de Imigração e Colonização. Ali o autor esteve diversas vezes mantendo contatos com os técnicos e migrantes em trânsito, visando a possibilidade de realizar uma Pesquisa tendo, inclusive, aplicado um pré-teste do questionário utilizado no estudo final. Desses contatos prévios concluiu-se ser aquêle local apenas um ponto intermediário da migração para o sul.

Segundo Bosco e Jordão Neto, chega a essa Hospedaria, constantemente, um grande número de migrantes das diversas regiões do Brasil, mas sobretudo de Minas Gerais e da Bahia. Alguns vêm diretamente para a capital de São Paulo, dirigindo-se para a citada Hospedaria. Dali, por conta própria ou com ajuda do Governo, através de passes ferroviários, são encorajados a se dirigirem para o interior do Estado em busca de trabalho na agricultura. 28/

Essa corrente migratória dentro do Estado de São Paulo pode ser comprovada pela existência de uma série

28/ Bosco e Jordão Neto, op. cit., p. 31

de hospedarias e albergues mantidos por serviços públicos, religiosos, clubes de serviços, etc., com a finalidade de atenderem a êsse fluxo constante de migrantes. Vindos de outras regiões do País e do próprio Estado de São Paulo, chegam quase sempre com os recursos e as forças já esgotados pela longa viagem e, às vezes doentes. Sem perspectivas imediatas de emprêgo e com pouca ou nenhuma habilitação para outro serviço que não a agricultura, essas hospedarias, no entanto, oferecem, sob forma de acomodação transitória, possibilidades de sobrevivência a muitos dêles, enquanto encontram emprêgo ou continuam a migração em busca de serviços em outros lugares. Como exemplos podem ser citadas as hospedarias ou albergues de Avaré, Presidente Prudente, Presidente Epitácio, ao longo da Estrada de Ferro Sorocabana que cruza o Estado de São Paulo em direção ao Paraná. Alguns autôres chegam a falar de uma "população volante" ao longo das linhas ferroviárias no Estado de São Paulo, viajando constantemente de um lugar para outro nessa busca de serviço ou de terra para trabalhar.

Tentou-se obter dados que fornecessem um acompanhamento da migração a partir da hospedaria em São Paulo, o que, entretanto, se revelou impossível. Ao chegar nessa hospedaria, os migrantes são fichados e passam por uma série de cuidados de emergência como vacinação, abreugrafia,

etc. e se estiverem doentes baixam à enfermaria local. Se não, após um certo repouso são encorajados, através de um passe ferroviário aí concedido, a dirigirem-se para o interior do Estado em busca de trabalho na lavoura. Alguns permanecem na capital se assim preferirem, quando abandonam a hospedaria. De uma forma ou de outra, porém, perde-se o contato com êles.

Além disso, com o surgimento de uma nova sêca no Nordeste, neste ano de 1970, aumentou consideravelmente o número dos que chegam na Hospedaria dos Migrantes em São Paulo, engrossando a população que migra para êste Estado. Segundo dados fornecidos por essa Hospedaria, nos primeiros 6 meses de 1970 chegaram aí 24.743 migrantes de outros Estados. A maioria procede de Minas, com 5.670; da Bahia chegaram 2.257 pessoas. Foram encaminhados para o interior do Estado 18.046 e, outros 7.753, recambiados aos Estados de origem. Embora fôsse uma oportunidade não muito frequente de estudar a migração provocada diretamente pela sêca, não era êsse o objetivo do autor, que se propunha analisar as correntes constantes de migração, provocadas por motivos que não o já tradicional das sêcas.

Diante disso, o autor procurou informar-se sobre possíveis locais de concentração de migrantes, decidin

do-se, entre outros, pelo Projeto de Assentamento de Iguatemi, no Estado de Mato Grosso, abandonando assim o local previamente escolhido em São Paulo.

2. Razões da Escôlha do Projeto de Assentamento de Iguatemi

A região de baixa densidade populacional, e que vem apresentando, desde 1968, com o "Projeto de Assentamento de Iguatemi", um extraordinário crescimento demográfico, atraindo pessoas das diversas regiões do País, apresentou-se como um sistema viável para um estudo sôbre Migrações Internas no Brasil.

Procurando maiores informações sôbre o "Projeto de Assentamento de Iguatemi", o autor esteve no Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA, hoje INCRA) em sua sede na Guanabara, por ser a Instituição responsável pelo citado Projeto. Aí, durante uma semana estudou os relatórios do "Projeto Iguatemi", conversou com Técnicos responsáveis pela supervisão e orientação do mesmo e encaminhou solicitação oficial para proceder o estudo "in loco" da migração das famílias "assentadas".

A cobertura administrativa e técnica do antigo

IBRA oferecia uma área com condições excepcionais de trabalho em termos de mapeamento da região, população assentada, fichário dessas famílias, etc. Por outro lado, havia condições desencorajadoras, tais como a grande distância de São Paulo à região em que se localiza o Projeto, a dificuldade de acesso a êle e a precariedade das condições locais de alojamento e de estradas de acesso às unidades de estudo, etc. Sobretudo, havia a possibilidade de ser prejudicada de alguma forma a amostra, devido aos critérios de seleção dessas famílias pelas exigências lógicas de um Projeto dessa natureza. Isso, entretanto, de comum acôrdo com o orientador da pesquisa foi considerado de somenos, uma vez que a focalização principal do estudo seria a migração daquelas famílias, circunstância anterior à sua seleção para o Projeto de Assentamento. Diante de tudo isso ficou definida essa área como universo do estudo sôbre Migrações.

3. O Projeto de Assentamento de Iguatemi

O Projeto se localiza no município do mesmo nome, no Estado de Mato Grosso. Ocupa uma área de 41.000 hectares, desapropriada pelos decretos 60.310 de 7 de março de 1967 e 63.631 de 18 de novembro de 1968, no extremo sul do Estado de Mato Grosso, fronteira com o Estado do Paraná

e com a República do Paraguai. Ver Apêndice 1.

É uma iniciativa direta do antigo IBRA (hoje INCRA) que juntamente com Distrito de Terras do Sul de Mato Grosso (DFZ-03), o promove, orienta e coordena. Conta ainda com a colaboração de 14 instituições de alguma forma a êle relacionadas. Há, portanto, uma integração institucional que pôde ser observada em funcionamento durante os trabalhos de coleta de dados.

O Projeto vem sendo executado sob a responsabilidade da Chefia do DFZ-03. Consta de 12 programas específicos, que são apresentados, a seguir, em forma resumida. Isto, obviamente, tendo em vista maior clareza e fidedignidade de exposição. 29/

Programa 1 - Distribuição de terras:

O Distrito de terras do Sul de Mato Grosso-DFZ-03 foi criado pela Portaria nº 521, de 21 de dezembro de 1966, publicada no Boletim de Serviço nº 52, de 28 de de-

29/ Ministério da Agricultura. Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA). Distrito de Terras do Sul de Mato Grosso (DFZ/03). Projeto de Assentamento de Iguatemi: Programa Operacional. Rio de Janeiro, 1970.

zembro do mesmo ano, com o objetivo de proceder a discriminação de terras públicas na faixa de fronteira do sul de Mato Grosso.

A 16.1.1967, foi instalada a Administração do Distrito. A sua primeira frente de trabalho foi a área desapropriada pelo Dec. nº 60.310, de 7.3.1967, que deu origem ao Projeto de Assentamento de Iguatemi.

Em agosto de 1967, deslocou-se para a área de Iguatemi uma equipe de topógrafos para iniciar os trabalhos de delimitação da área, identificação das propriedades e ocupações, realização de cadastro técnico e trabalhos preliminares de topografia.

As atividades de desapropriação e indenização das benfeitorias terão curso normal até sua conclusão. As tarefas relativas à titulação provisória só poderão ser iniciadas após a conclusão do processo desapropriatório.

Programa 2 - Organização Territorial

Com base nos trabalhos realizados, em 1967, pelo DFZ-03 com a equipe de topógrafos e uma de identificadores e de entrevistadores, foi elaborado o projeto físico

da área que obedeceu aos seguintes critérios: (a) respeito à ocupação; (b) aproveitamento das vias de acesso.

Os trabalhos de demarcação das parcelas, num total de 852, estão agora em fase de conclusão, com a demarcação das últimas 40 unidades. O Projeto conta com cerca de 8.000 hectares de reservas florestais, seguindo as determinações do Código Florestal. Dispõe de uma área de aproximadamente 8.000 ha de solos apropriados à exploração de arroz irrigado, de acordo com os estudos de viabilidade que se vêm realizando.

Programa 3 - Administração do Projeto

Compreende os seguintes órgãos: (a) Coordenação de Levantamento Cartográfico, incumbida dos trabalhos de demarcação das parcelas, abertura de estradas e construções; (b) Comissão de Fixação da Ocupação, incumbida dos trabalhos de identificação, seleção e localização dos beneficiários; (c) Equipe Técnica de Execução, incumbida das atividades de organização e promoção agrária.

As equipes administrativas acham-se instaladas em prédios de madeira, cobertos de telha ou sapé, com pi-

sos de tijolos ou cimento. Foram construídos com o material da região em estilo rústico e funcional, de modo a reduzir os custos e marcar a transitoriedade da presença do IBRA na área.

Programa 4 - Assentamento

Juntamente com a equipe de topografia que se deslocou para Mundo Novo, com o objetivo de iniciar as atividades do Programa 2, seguiu uma equipe de entrevistadores para aplicação de questionários, visando ao levantamento geral da situação dos proprietários e ocupantes.

Após êsse levantamento, determinou-se como meta de trabalho, regularizar a ocupação da área localizando os ocupantes em propriedades familiares de acordo com os seguintes critérios: (a) as propriedades que não eram exploradas e cujos proprietários nela não residiam foram mantidas desapropriadas e lotadas para distribuição; (b) os proprietários que possuíam até 100 hectares de terra, que moravam e exploravam sua propriedade e que tinham força-de-trabalho correspondente a êste módulo, tiveram sua situação ratificada pelo IBRA; (c) os proprietários que possuíam excedente de força-de-trabalho em relação à área cul

tivada tiveram sua propriedade ampliada ou foram transferidos para parcelas maiores; e (d) os arrendatários, parceiros, meeiros e trabalhadores rurais foram localizados em parcelas de acôrdo com a fôrça-de-trabalho da família.

Uma vez localizado o primeiro grupo de 555 famílias, tornou-se necessário optar por um tipo de organização social que permitisse a implantação das atividades essenciais ao desenvolvimento do Projeto. A experiência em Projetos de Reforma Agrária tem indicado que a falta de um sistema adequado de organização social dos parceleiros constitui grave obstáculo à implantação de atividades, não permitindo às comunidades alcançarem um grau de realização e suficiência que tornem possível sua emancipação.

Talvez com base nesse raciocínio, implantou-se um sistema de organização social agrupando os beneficiários em Unidades Agrárias de Trabalho e Produção, com o objetivo de desenvolver uma forma de associativismo que permitisse, simultâneamente, a produção em "economia de escala", a utilização comum de fatores de produção, a organização eficiente da comercialização e o atendimento básico das necessidades comunitárias.

As Unidades Agrárias de Trabalho e Produção são

constituídas por agrupamentos de um mínimo de 6 e um máximo de 12 beneficiários, assumindo êles tôdas as responsabilidades definidas no Projeto. O critério para agrupamento foi o de vizinhança, uma vez que todos os beneficiários se dedicam ao mesmo tipo de atividade agrícola: lavoura de feijão, amendoim, milho, arroz, algodão, soja e trigo. Além das vantagens de caráter econômico já mencionadas, as Unidades são um instrumento de participação permanente dos beneficiários nas atividades desenvolvidas, preparando-os para a gestão do empreendimento. Também dessa forma, parece ter-se encontrado uma alternativa válida para o problema de liderança. Sua organização permite uma delegação de poderes para atividades específicas a cada elemento do grupo. Atualmente, o Projeto conta com 95 Unidades. Ver Apêndice 2.

O Programa 4 encontra-se em fase final de implantação. Isto em virtude de: (a) 67% dos beneficiários já foram identificados, selecionados e localizados; (b) o sistema de organização social se encontra em pleno funcionamento; e (c) o Conselho de Representantes das Unidades já foi instalado. No futuro, as atividades dêste Programa deverão ter sua continuidade orientada em dois sentidos : (a) treinamento dos beneficiários; (b) institucionalização da organização social.

Programa 5 - Unidades Agrícolas

A intervenção do IBRA no setor agrícola se fêz através de uma Programação de Emergência para o ano agrícola de 1969/70, que teve caráter experimental e se baseou nos seguintes elementos: (a) informações técnicas da ACAR/MT e do Núcleo de Colonização de Dourados; (b) tradição agrícola dos parceiros existentes (foi feito um levantamento expedito com 30 famílias das 200 que já se encontravam na área; (c) informações climáticas obtidas dos agricultores; (d) aproveitamento das áreas desmatadas; e (e) uso dos resultados de análise dos solos obtidos pelo Ministério da Agricultura.

Foi com base nesses elementos que foram escolhidas as culturas de milho, com 28% da área total cultivada; arroz, 22%; soja, 21%; feijão, 10%; amendoim, 8%; algodão, 7%; trigo, 4%.

Depois de estabelecidas, as Unidades Agrárias de Trabalho e Produção devem desenvolver as seguintes tarefas: (a) colaboração no controle do desmatamento; (b) levantamento das necessidades do crédito chamado de implantação (insumos e alimentação); (c) distribuição das culturas e dos insumos na parcela; (d) determinação do calendário agrícola, espaçamento recomendável e quantidade de semen -

tes; (e) colaboração na identificação de pragas e doenças; e (f) colaboração no controle da situação agro-econômica das parcelas e no dimensionamento da produção.

Programa 6 - Infra-estrutura básica

Ao iniciarem-se as obras de infra-estrutura, havia apenas 152,6 km construídos de estradas, em precário estado de conservação. Até o presente exercício foram construídos mais 161,2 km, 18 pontilhões e recuperados os 152,6 existentes.

Está em fase final a construção de um porto no Rio Paraná com recursos da Comissão Estadual de Faixa de Fronteiras. Os trabalhos de manutenção das estradas vêm sendo feitos cooperativamente pelo DER-MT e pelo IBRA.

Para 1970 prevê-se: (a) conclusão das ativida-des de construção de estradas iniciadas, continuando os trabalhos de manutenção sob a responsabilidade do DER-MT; (b) abertura das ruas dos Núcleos Urbanos de Mundo Novo e Japorã, para o que se tentará obter a colaboração da Comissão de Fronteiras ou do Município de Sagarana; e (c) localiza-ção dos canais de drenagem em área inicial de 300 ha, com

base no nivelamento da área destinada à exploração do arroz. A conclusão das tarefas previstas, deixará o Projeto equipado com uma rede viária que dará acesso às 822 parcelas que o constituem.

Programa 7 - Ensino

O levantamento da situação relativa ao equipamento e funcionamento da rede escolar primária foi feito pela equipe de implantação, responsável pelas atividades iniciais do Projeto de Assentamento de Iguatemi. Antes da chegada do IBRA à área já havia um sistema escolar que, posteriormente foi ampliado.

Para melhor avaliar as necessidades do ensino primário, foi realizado um censo escolar. Este indicou a população atual em idade escolar e a prevista com o assentamento das 267 novas famílias. Todas as parcelas são ou serão, em futuro próximo, atendidas por escolas numa distância máxima de 3 km. Foi então projetada a rede escolar que prevê a construção de mais 20 escolas para atendimento de toda a população atual e a prevista com os novos assentamentos. Verbas para isso foram obtidas através de convênios com o Ministério de Educação.

Programa 8 - Saúde e Previdência Social

A região onde está localizado o Projeto não conta com nenhum equipamento para assistência médico-hospitalar. Na cidade de Guaira, Estado do Paraná, existem duas unidades hospitalares de caráter particular. Até o presente, elas têm atendido aos parceleiros esporadicamente, com recursos do IBRA, em casos de cirurgia de emergência.

O programa de saúde coloca-se entre as atividades promocionais do IBRA, não lhe cabendo uma ação direta. É um programa em fase de implantação. E não foi identificada ainda toda a situação de saúde da população.

As atividades previstas neste Programa deverão desenvolver-se no sentido de integrar todos os problemas de saúde da área nos planos municipais, regionais e nacionais dos órgãos oficiais específicos, não dispensando, também, a colaboração suplementar de entidades privadas.

Programa 9 - Habitação Rural

Em 1968 foram iniciadas as construções de 100 casas em parcelas desocupadas, com aproveitamento de madeira da região.

Em seguida, a Chefia do DFZ-03 manteve contrato com uma empresa madeireira de Guaira, que se obrigou a construir casas para os parceleiros em troca de madeira retirada da área. Deada a lentidão com que se verificou o andamento do processo, não foram concluídas as construções em tempo hábil, isto é, antes do assentamento dos novos parceleiros.

A equipe de implantação viu-se assim, obrigada a optar pela recepção dos parceleiros, esclarecendo-os porém, sôbre as condições de habitação. Concordando os beneficiários em assumir a tarefa, receberam o material necessário e foram construídas as moradias em regime de mutirão. A experiência revelou-se altamente positiva e deverá repetir-se nos novos assentamentos. É fornecido a cada parceleiro prego e laminado ou telha para cobertura, além do financiamento para a perfuração de poço. A construção de casas definitivas deverá prosseguir na medida em que os parceleiros forem obtendo um rendimento para fazer face a ês-ses encargos. Ver Apêndice 3 e 4.

Programa 10 - Empresa Cooperativa

Êste programa está em fase inicial de implanta-

ção com os estudos preliminares para instalação de uma sociedade civil, sem fins lucrativos. As tarefas previstas para a organização da sociedade objetivam, sobretudo, preparar os beneficiários para sua instalação.

Está prevista a transformação da sociedade civil em Empresa Cooperativa no ano agrícola de 1971/72, quando os parceiros deverão estar melhor capacitados para as novas responsabilidades decorrentes deste Programa.

Programa 11 - Crédito

Por ocasião da elaboração do Programa Agrícola para 1969/70, foram levantadas as necessidades de recursos financeiros para custear as atividades agrícolas através de operações à conta de fundos do IBRA. Tais necessidades seriam as seguintes:

INSUMOS:

Sementes	183.331,70
Ferramentas	7.977,00
Defensivos	68.123,50
Equipamentos agrícolas	5.600,00
Embalagens	117.399,00
Alimentação	362.400,00

Este financiamento inicial teve como um dos seus principais objetivos preparar os parceiros para que, nos anos futuros eles sejam capazes de trabalhar com o crédito bancário. A orientação dada à execução deste programa e o seu controle periódico demonstram que o mesmo está atingindo plenamente os objetivos propostos.

A continuidade do programa 11, após a retirada do IBRA da área, será garantida pela Empresa Cooperativa.

Programa 12 - Comercialização

Também por ocasião da implantação do programa agrícola para 1969/70, elaborou-se um plano de comercialização em caráter experimental constando principalmente de: (a) determinação de canais de comercialização; (b) dimensionamento da produção; e (c) construção de três armazéns com capacidade para 500 toneladas cada um.

Até o período da coleta de dados, por exemplo, já tinham sido comercializados 50.000 sacos de amendoim e armazenados 3.000 sacos de feijão.

Está o programa em fase final de implantação. A

participação do Banco do Brasil no fornecimento de crédito para custeio e a colaboração das Unidades Agrárias nos futuros programas agrícolas, deverão determinar importantes modificações no Programa. Ademais, está prevista a construção de 4 armazéns com capacidade igual a dos existentes.

4. Observações Complementares

Durante a época em que o autor permaneceu na área do Projeto, em trabalho de campo com a equipe de coleta de dados, teve oportunidade de fazer uma série de observações que complementarão as informações sôbre o Projeto em estudo. As entrevistas com os parceleiros, as visitas às suas casas onde foram realizadas quase tôdas as entrevistas, os contatos formais e informais com os chefes, técnicos e funcionários do antigo IBRA local, foram oportunidades em que se tornou possível ver muito do que se faz e como se faz o assentamento dos parceleiros, o desenvolvimento da comunidade e, portanto, indiretamente, a provável fixação do migrante a um lugar, pondo fim a uma viagem que, para alguns já se prolonga por 49 anos e para muitos teve início já na geração anterior.

Quanto aos diversos Programas que foram apresentados neste Capítulo, não há muito o que acrescentar, considerando-se a finalidade com que foram expostos nesse contexto. Além disso, na análise dos dados haverá uma complementação para aqueles programas mais diretamente relacionados com a migração.

O Programa 4, porém, exige maiores detalhes no que se refere à Organização Social do Projeto e que parece ser um dos aspectos mais importantes da experiência, merecendo mesmo um estudo específico, que só não se fará aqui por fugir aos objetivos básicos deste estudo.

Resolvidos os problemas iniciais ligados diretamente à terra e à produção e assentados os primeiros parceiros, colocou-se imediatamente o problema da organização das relações sociais dos indivíduos no novo sistema social. Mesmo aqueles que já residiam na área há 5 ou 10 anos, e que nela queriam permanecer, só poderiam fazê-lo sujeitando-se a certas condições básicas, como que normas de ação, que passariam a orientar o comportamento dos atores no sistema social em questão.

Fundamentados em alguns valores considerados básicos pela equipe técnica, no que se refere às relações

dos parceiros com o IBRA, aos sistemas de produção e comercialização, habitação, ensino, relações entre os próprios parceiros, organizaram-se as Unidades Agrárias de Trabalho e Produção que são, em última análise, pequenos grupos sociais constituindo como que as células básicas do sistema social. Formadas por grupos de 6 a 12 indivíduos (sempre o chefe da família), pretende-se que essas unidades sejam um instrumento através do qual os parceiros progressivamente, se entrossem no processo de tomada de decisões e de desenvolvimento da comunidade. Com isso, indiretamente ao menos, se pretende provocar um processo de auto-desenvolvimento e capacitação na ação, que por seu turno deverá levar também ao desenvolvimento da comunidade.

O critério de agrupamento foi apenas a proximidade residencial. Assim, cada grupo de 6 a 12 parcelas forma uma unidade agrária. Na época em que foi realizado este estudo havia 60 unidades agrárias já instaladas (agosto de 1970). Dentro da Unidade cada indivíduo, escolhido pelos demais componentes da mesma, assume a responsabilidade específica por uma tarefa comunitária, de interesse de todos os membros. Como exemplo, pode-se citar o responsável por Educação, Saúde, Habitação, Crédito, Comercialização, Desmatamento, Infra-Estrutura, Distribuição de Sementes, Comunicação, Contrôles de Ocupação, etc. Assim, em cada Unidade

há, em pequena escala, uma reprodução das principais atividades necessárias ao bem-estar e ao desenvolvimento da Comunidade, o que dá aos parceiros a oportunidade, também, de tomar consciência dessas necessidades. Ficando cada um responsável por uma dessas tarefas, pretende-se que haja divisão de trabalho, consciência da responsabilidade coletiva e individual, treinamento na ação, do espírito cooperativo e uma série de outras atitudes valorizadas pelo Projeto.

Essas Unidades têm reuniões periódicas, quando se fazem necessárias, quer das unidades como um todo, ou dos encarregados específicos. Por exemplo, durante a coleta dos dados para este estudo, houve algumas reuniões de todos os encarregados de Educação, porque se estavam desenvolvendo na área atividades especiais relativas a esse setor. Também houve reunião dos Encarregados da Cooperativa, que estava sendo organizada naquela oportunidade. Mais informalmente, o autor participou também de uma reunião do Encarregado de Sementes de uma Unidade com os demais parceiros da mesma e o técnico do IBRA responsável por esse serviço, quando discutiam a quantidade de sementes que cada um necessitaria para o próximo plantio.

Dessa maneira, mais ou menos informal, os indi-

víduos são levados a participar do processo de desenvolvimento da Comunidade e do seu próprio desenvolvimento. Como se verá no Capítulo V, a quase totalidade desses indivíduos jamais tivera qualquer experiência de vida associativa. Aqui, não apenas participam, mas têm nela uma função ativa e relevante, de interesse comum. Têm poder de decisão na maior parte das situações, e "em serviço" aprendem com o próprio grupo a desempenhar essas tarefas. Parece digna de nota essa inovação técnica, em termos de desenvolvimento de comunidades rurais, isto é, a organização das Unidades Agrárias de Trabalho e Produção. O Apêndice 5 contém uma cópia das atribuições de cada um dos Encarregados da Unidade.

C A P Í T U L O I V

M E T O D O L O G I A

1. Material e Métodos

Como foi visto anteriormente, a população ou universo do estudo é constituída por 8~~5~~²⁵ famílias assentadas ou em vias de assentamento nas Parcelas do "Projeto de Assentamento de Iguatemi". Essas famílias estão localizadas em 95 "Unidades Agrárias de Trabalho e Produção", cuja área total é de aproximadamente 41.000 ha, as quais por sua vez estão formando quatro "glebas", conforme pode ser visto no Apêndice 2.

O estudo dessa população como um todo demandaria muito tempo, pelo que se procurou fazer uma amostra. Por ser uma população bastante homogênea e, também, pelo fato dessas glebas constituírem mais um critério interno do Projeto para fins de assentamento, não se estratificou a amostra. Em compensação, extraiu-se amostra que permitisse sua classificação posterior em termos das variáveis a serem estudadas. Ao extrair-se a amostra, foi considerada a vantagem de uma escolha probabilística das parcelas, mas, havendo mapas detalhados mostrando a localização de cada casa e como os mapas também delimitavam as 95 Unidades Agrárias, de 6 a 12 famílias cada uma, decidiu-se sortear a amostra dessas unidades para obter o número suficiente de famílias. Embora não tenha sido uma amostra estritamente

probabilística, cada família teve uma chance igual de ser selecionada. Além disso, êsse método permitiu o melhor aproveitamento do fator tempo, uma vez que cada Unidade Agrária sorteada possuía um conjunto de famílias cujas residências eram relativamente próximas.

Assim, entre as 95 Unidades Agrárias existentes extraíram-se 24, em sorteio com reposição. As unidades sorteadas podem ser vistas no Apêndice 2. Essas Unidades Agrárias constituíram, portanto, as unidades de amostragem, compreendendo 182 parcelas com suas respectivas famílias, que por sua vez constituíram as unidades de entrevista. Na área estudada, o tamanho das parcelas varia em função da força-de-trabalho da família, de 40 a 100 hectares.

No processo de entrevista, verificou-se a existência de casas em que as famílias não se haviam mudado ainda para a parcela. Houve um só caso em que a família se negou a conceder a entrevista. Em alguns casos, os chefes da família não puderam ser encontrados, mesmo após várias visitas à propriedade. O descarte dessas famílias, que somaram 17 ao todo, foi a solução encontrada. Sua eventual substituição poderia provocar a tendenciosidade da amostra. Por outro lado, achou-se que a amostra era suficiente (20%), para não perder sua representatividade face a êsses casos

imprevistos. Conseqüentemente, a amostra final ficou reduzida a 165 famílias, nas quais se baseou o presente estudo.

As famílias da amostra foram entrevistadas com o auxílio de um formulário impresso (ver Apêndice 6). As entrevistas foram realizadas durante o mês de agosto de 1970 por 5 entrevistadores treinados, inclusive o autor. Tiveram uma duração média de 45 minutos, na casa ou local de trabalho do parceleiro.

Ao fim de cada dia de trabalho de campo, havia uma reunião da equipe para discussão dos problemas encontrados e revisão dos formulários preenchidos durante o dia. Uma segunda revisão dos formulários foi efetuada antes da codificação e da tabulação dos dados dos formulários. Em seguida foram perfurados e classificados os cartões IBM que permitiram o tratamento analítico.

2. Grau de Mobilidade

Neste estudo procurou-se medir a mobilidade dos entrevistados, para o que foi criado o critério do grau de mobilidade. Foi obtido considerando-se todas as mudanças intermunicipais realizadas pelo indivíduo, multiplicadas

por 100 e divididas pela sua idade ao tempo da entrevista.

$$G.M. = \frac{\text{n}^{\circ} \text{ de migrações intermunicipais}}{\text{idade do indivíduo}} \times 100$$

Esse grau de mobilidade mede o número de migrações anuais do indivíduo durante toda a sua vida, inclusive as que êle realizou antes de poder decidir por conta própria.

3. Sistema Social de Origem do Migrante

Para se obter todos os dados classificados sob êste título, levou-se o migrante a definir, entre os vários locais em que havia residido, aquêle que considerava o "seu lugar". Os critérios que o levaram a essa definição foram vários. Para alguns, o lugar de nascimento, para outros o lugar em que permaneceram por mais tempo, ou aquêle no qual tiveram uma situação mais gratificatória ou, ainda, aquêle no qual reside sua família, etc. Foi sempre uma escôlha essencialmente subjetiva, pois os critérios de definição por vêzes variaram de indivíduo para indivíduo. O objetivo essencial aqui foi determinar a existência ou não de uma comunidade com a qual o migrante se sente ligado. O tipo e grau de laços existentes entre êle e êsse lugar e

sua aspiração de retorno a êle ou o caráter definitivo da emigração. Para tanto investigou-se:

a) Procedência das famílias por Estado e Região.

b) Facilidades existentes na comunidade - tipo e número - e entre estas as utilizadas por êle. Para facilitar a análise apresentar-se-ão os resultados em número. Por "facilidades", entenderam-se os diversos serviços de saúde (postos de puericultura, de saúde, hospitais, médicos e outros); serviços assistenciais; serviços escolares; serviços religiosos.

c) Satisfação ou insatisfação com o trabalho no "seu lugar" e as razões dessa satisfação ou insatisfação.

d) Familiares que deixou no "seu lugar", para constatar, além das "raízes" existentes nessa comunidade, a existência de um tipo de migração em família, de indivíduos isolados ou de famílias nucleares.

e) Contatos diretos e indiretos que mantêm com êsse lugar através de visitas e correspondência (número e frequência) e seus motivos, complementando com a aspiração de retornar ao "seu lugar" ou de continuar a migração. Foram eliminados aqueles que declararam não ter uma comunidade que

pudessem tomar como referência para considerá-la o "seu lugar", colocando-se êsses casos nos Quadros apenas para complementar a análise.

4. Critério para Cálculo da Fôrça-de-Trabalho das Famílias

Utilizou-se o critério sugerido pelos técnicos do Projeto, para calcular a fôrça-de-trabalho de tôdas as famílias da amostra.

Quadro 1 - Critério para Cálculo da Fôrça-de-Trabalho da Família.

Grupos de Idade	Fôrça-de-Trabalho	
	Homens	Mulheres
9 - 11	0,20	0,20
12 - 14	0,50	0,30
15 - 17	0,75	0,50
18 e mais	1,00	0,75

Por êsse critério tôdas as pessoas da família são transformados em equivalentes-homem, o que pode ser visto no Quadro 1.

C A P Í T U L O V

ANÁLISE DOS DADOS E
INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

A. CAUSAS DA MIGRAÇÃO

A análise das causas da Migração foi elaborada a partir do modelo teórico proposto por Max Weber para classificar a Ação Social. Utilizando êsse modelo procurou-se classificar os motivos apresentados pela população como causas da sua Migração.

Observando os dados obtidos verifica-se a existência de três situações de Migração bastante diferenciadas: (a) o abandono da comunidade de origem; (b) as migrações subsequentes; e (c) a última migração. Nota-se, também, uma nítida diferença na orientação da Migração na primeira situação, em relação à orientação das Migrações subsequentes, e ainda na orientação da última Migração. Esta, provavelmente, como uma peculiaridade das Migrações dirigidas para um Projeto de Colonização. Diante disso, o esquema de análise proposto considera, separadamente, cada uma das três situações de Migração experimentadas pela população em estudo.

O modelo de Max Weber aplicado à análise das Migrações neste contexto foi adaptado às conveniências da situação e simplificado, o que se verá no decorrer da análise. Ressalta-se que, na classificação dos motivos determi-

nantes da Migração, foi usado o critério de predominância, e não de exclusividade, na orientação da ação.

Pretende-se que o esquema da classificação resultante, além de organizar os dados encontrados, seja utilizado como uma sugestão de Tipologia da Migração (não exclusiva), cuja funcionalidade e aplicabilidade foi testada neste trabalho, com os dados oferecidos pela população estudada. A classificação obtida pode ser vista no Quadro 2.

Migração Tradicional - como se viu na orientação teórica, Weber entende por tradicional a Ação que é determinada por um costume enraizado. Entre os diversos motivos apresentados como causas da Migração pela população estudada, há vários que a literatura apresenta, historicamente, como fatores de expulsão no Sistema de Migrações Internas no Brasil. As sêcas e as terras fracas são bons exemplos. Sob a pressão desses fatores, sobretudo do primeiro, como que se enraizou através dos tempos o costume de emigrar. Entretanto, embora enraizado, não é suficientemente generalizado para ser classificado como tradicional. Parece que entre todos os motivos apresentados como determinantes da Migração dessa população, na tentativa de caracterizar as Migrações de acordo com a orientação que as impulsiona, apenas o "veio com a família" pode ser classificado como predominantemente tradicional.

Quadro 2. Tipos de Migração quanto à Orientação da Ação.

TRADICIONAL	SAÍDA DA COMUNIDADE DE ORIGEM	MIGRAÇÕES SUBSEQUENTES	ÚLTIMA MIGRAÇÃO	RACIONAL	SAÍDA DA COMUNIDADE DE ORIGEM	MIGRAÇÕES SUBSEQUENTES	ÚLTIMA MIGRAÇÃO	AFETIVA	SAÍDA DA COMUNIDADE DE ORIGEM	MIGRAÇÕES SUBSEQUENTES	ÚLTIMA MIGRAÇÃO
Veio com a família	63	-	-	Arrendamento alto	3	10	-	Desejo de aventura	4	-	-
				Por causa da seca	8	-	-	Conhecer o mundo	5	-	-
				Servir o exército	5	-	-	Destino	3	-	-
				Procurar trabalho	6	28	-	Ilusão do sul	8	-	-
				Melhorar a situação	49	90	-				
				Terras fracas	8	1	-				
				Comprar terra	3	36	165				
TOTAIS	60	-	-		84	165	165		21	-	-
%	36,3	-	-		51,0	100,0	100,0		12,7	-	-

O costume da espôsa e filhos menores acompanharem o chefe é, de fato, enraizado na Migração de orientação rural, constituindo um traço constante, um Padrão, nesse tipo de Migração. Na população em estudo êsse fato foi integralmente comprovado. Tanto os atuais chefes de família acompanharam os pais em sua migração como, depois que constituíram sua própria família, migraram sempre acompanhados pela espôsa e filhos menores. Mesmo as famílias com mais alto grau de mobilidade, contando 13, 15 e até 18 mudanças em sua história de migração, apresentam êsse traço como uma constante. Só se verificam desligamentos do núcleo familiar básico quando constituem sua própria família, ou quando decidem "mudar de ramo" passando a trabalhar em outros serviços no meio rural ou emigram para a zona urbana. O núcleo básico continua a Migração rural com os demais.

O ítem "veio com a família" pode ter implícita uma série de outras razões entre as categorias explicitadas, que teriam sido as determinantes da Migração dos seus pais. Mas, para o entrevistado, significa que saiu de sua comunidade de origem junto com o grupo familiar, não por decisão própria, pois, na maioria das vezes, era criança ainda. Evidentemente, houve algum motivo que levou os pais a emigrarem, mas, quase sempre, o entrevistado não o conhe-

cia, ou atribuía-o às sêcas, dificuldades de vida, etc. De qualquer forma, para o objeto da investigação - o parceleiro - a determinante da Migração foi acompanhar a família, o que por sua vez traz uma outra série de implicações.

Observe-se que 36,3% dos entrevistados iniciaram a Migração antes que pudessem decidir por conta própria, sendo comuns, nesses casos, várias mudanças de residência antes que atingissem uma idade em que pudessem tomar essa decisão. Considere-se que para Migrações rural-rural ela pode ser tomada muito cedo, ou pelo menos mais cedo que na rural-urbana, dadas as condições de trabalho em fazendas: habitação, alimentação, etc. A idade mínima de Migração voluntária encontrada na amostra foi de 11 anos.

Um fator que merece destaque entre os diversos que se observaram na área, em relação ao item em foco, é que as mulheres, sem exceção, migraram sempre acompanhando as famílias. Quando crianças, com os pais; quando adultas, com os maridos ou irmãos; na velhice, com os filhos. Isso pode sugerir que, embora eventualmente participem do processo de tomada de decisão quanto à Migração do grupo familiar, ao menos na população estudada nunca migraram sozinhas. Tratando-se de um grupo cuja Migração foi quase exclusivamente rural, uma das explicações possíveis pode es-

tar ligada à natureza do trabalho rural e às circunstâncias em que se verifica, pouco favoráveis às mulheres. Por outro lado, pode dever-se, também, ou paralelamente, ao contexto normativo das populações rurais que não sancionam positivamente a Migração de mulheres sòzinhas. A validade dessas hipóteses não pôde ser comprovada neste estudo.

Migração Racional - tôdas as ações dos indivíduos são de alguma forma orientadas por valores, isto é, suas atitudes são informadas, condicionadas, dirigidas mesmo por pensamentos ou orientações da ação que atribuem valores positivos, negativos ou neutros aos fatos. Essa coloração valorativa atribuída aos fatos é incorporada à personalidade através do processo de socialização, na interação do ator com os outros atôres do Sistema Social e com o Sistema Cultural. Considerando-se o fato concreto da Migração, o ator apresentará uma orientação positiva, negativa ou neutra, para concretizar a ação de migrar, de acôrdo com a orientação valorativa incorporada à sua personalidade.

Por outro lado, embora existindo uma orientação desfavorável ou neutra à Migração por parte do ator, um valor maior atribuído a outros fatos ou situações, para cuja obtenção a Migração surge como um Meio, pode levá-lo a migrar. Neste caso, ter-se-á uma Migração racional, orienta-

da por Valores, para a consecução de um Fim desejado pelo ator. O Valor maior não é a Migração em si mesma, mas a si tuação ou fato, obtido através da Migração, mesmo quando tal Fim não está explícito, e por vêzes nem mesmo ao nível da consciência do ator. Vê-se, pois, que é difícil estabelecer os limites exatos de uma ação racional quanto a Fins e quanto a Valores, quando se quer operacionalizar o conceito, pelo menos no caso concreto das Migrações.

Considerar "racional" qualquer um dos motivos categorizados, a análise poderá fazê-lo, certamente, quanto a Fins e Valores. Mesmo porque, quando um determinado Fim ou Objetivo a ser atingido é suficientemente valorizado a ponto de orientar as ações do ator, essas ações são racionais tanto quanto ao Fim, como quanto a Valores. Veja-se como exemplo, entre os motivos classificados nessa categoria como determinantes da Migração, o "Procurar trabalho". Nessa situação concreta, o ator emigra com uma finalidade clara e bem definida: procurar serviço. Sua Migração é, portanto, racional quanto aos Fins. Mas, ao mesmo tempo, se o Valor atribuído ao fato de "ter trabalho" é tal, a ponto de levá-lo a emigrar para atingir êsse Fim, foi tam bém, e ao mesmo tempo, uma ação racional quanto a Valores. Essa mesma análise pode ser feita em relação a qualquer dos itens apresentados. Veja-se o "Procurar melhorar". É,

também, um Fim imediato claramente definido e que poderia ser classificado como Migração racional quanto a Fins. Mas, se o ator percebe a situação que está vivendo com uma valoração negativa, e é orientado tão favoravelmente a uma mudança de situação, a ponto dêsse valor determinar a sua Migração, essa ação é, ao mesmo tempo, racional quanto a Valores e quanto a Fins.

Diante disso, preferiu-se caracterizá-las como um "continuum", e classificá-las genericamente como Ação Racional, oposta às Ações tradicional ou afetivamente orientadas.

A análise quantitativa dos dados mostra a predominância de motivações racionais para a Migração da população estudada. Poder-se-ia alegar, entretanto, que isso se deve à evidência da motivação racional, inclusive na percepção do ator, e que essa conclusão poderia talvez distorcer a realidade, na medida em que fôsse generalizada, sem uma análise qualitativa mais minuciosa.

Este estudo, porém, não foi orientado para especulações de ordem psicológica mais profundas. A análise das causas da Migração foi dirigida ao nível da consciência dos atôres. Procurou-se investigar, na sua forma de perce-

ber a situação, a que fatores atribuía, especificamente, a sua Migração. Nesse nível de consciência, realmente, os fatôres racionais foram apontados em uma proporção de 51,0% para o abandono da Comunidade de Origem e em 100% para as Migrações subsequentes. Na medida em que se aceitar que os determinantes da ação estão ao nível da consciência do ator, pode-se perfilar essa generalização. Na medida, porém, em que se considerarem êsses determinantes também ao nível do inconsciente, poder-se-ão levantar restrições a ela.

Com essas considerações, o que se quis aqui foi apenas chamar a atenção para o fato de que essa predominância do caráter racional das Migrações pode não ser totalmente exata, o que, entretanto, só se poderá comprovar com a utilização de outros métodos e em uma pesquisa de orientação psicológica.

Poder-se-ia discutir ainda se são de fato racionais os motivos aqui classificados como tais. Lembra-se mais uma vez que se considerou na classificação o critério de predominância e não de exclusividade, na orientação. Dentro dêsse critério, as razões como "terras fracas", "comprar terra", "procurar trabalho", "arrendamento alto", "servir o Exército", "por causa da sêca" e "melhorar de situação" pareceram ao autor, entre os três critérios propostos

- tradicional, racional ou afetivo - predominantemente racionais.

Ao lado disso, há outras evidências de racionalidade nesses determinantes da ação. Fatores como "falta de serviço", "arrendamento alto", "situação difícil", etc. pressionam os atôres de um determinado Sistema, cuja Organização Social apresenta tais deficiências. Essa pressão vai desenvolvendo um certo grau de tensão na situação do ator. Diante disso, êle analisa as vantagens e desvantagens de permanecer no Sistema. A partir dessa análise da situação, toma a decisão de ficar ou emigrar. Quando decide permanecer, desenvolve um comportamento de acomodação em relação às pressões existentes. Quando decide emigrar, é que percebe a outra situação como mais desejável, ou oferecendo mais satisfações. De uma forma ou de outra, porém, a decisão resultou de uma análise da situação, que encaminhou um juízo sôbre a mesma e orientou a decisão. É racional, portanto.

Migração Afetiva - entre os motivos apresentados pela população para sua Migração, classificaram-se como afetivos o "desejo de aventura", a "vontade de conhecer mundo", o "destino" e a "ilusão do sul", usando as próprias palavras dos informantes. Vê-se que nelas não há predomi -

nância de elementos racionais nem tradicionais, o que foi comprovado nas entrevistas.

Chama atenção o fato de que tais motivos foram apresentados exclusivamente para a primeira Migração (abandono da comunidade de origem) e apenas por 12,7% da amostra, não surgindo mais, ao menos como fatores predominantes na determinação das Migrações subsequentes.

Relacionando esse dado à região de origem do entrevistado, encontrou-se que os que as apresentaram eram todos provenientes do Nordeste e do Sudeste. Uma explicação possível, mas que não pode ser comprovada por falta de dados, uma vez que foge aos objetivos e limites da investigação, é a diferença da cultura entre as regiões. Passando a interagir em uma cultura mais racional do que a da sua comunidade de origem, o ator assume orientações mais racionais para as suas ações. Inkeles afirma que "quando um homem tradicional é exposto a ambientes modernos, isso requer dele novas formas de pensamento, sentimentos e ações e ele tende a mudar suas atitudes. Quando isso acontece, ele ganha valores modernos e percebe a vida de um modo diferente; ele está psicologicamente pronto para novas experiências, tais como mudança ou adoção de novas idéias ou práticas

cas". 30/

Não se têm dados que mostrem o grau de modernização dos diversos Sistemas nos quais residiu essa população. Entretanto, a explicação proposta não será, por certo, descabida, sabendo-se que dos 165 casos da amostra, 105 moraram em São Paulo, sendo apenas 26 nascidos nesse Estado, e 101 moraram no Paraná, que apresentou apenas 7 naturais, vindos, portanto, de regiões sabidamente menos desenvolvidas, sobretudo em suas áreas rurais.

Esse tipo de orientação da Migração parece oferecer pouca importância. Isto é reforçado, inclusive, pela análise quantitativa, que apresenta para ela uma proporção relativamente pequena da população. Entretanto, dada a complexidade da sua natureza, mereceria uma análise muito mais demorada. A simplicidade aparente de uma resposta como "vim porque era meu destino" ou "para conhecer o mundo", pode encobrir uma riqueza insuspeitada de situações, que daria margem a análises repletas de conteúdo e significado para qualquer dos três níveis considerados na orientação dêste trabalho: ambiental, normativo e psico-social. Mais

30/ Alex Inkeles, "The Modernization of Man" in Myron Weiner, Modernization, the Dynamics of Growth (New York, 1966).

uma vez, entretanto, é um tipo de análise que foge aos limites desta pesquisa, de caráter menos especulativo, e objetivos mais restritos. Ficam, porém, a confirmação da existência dêsse tipo de orientação nas Migrações e a sugestão de mais um ângulo de análise para um estudo dos aspectos psicológicos da Migração.

Última Migração - no caso específico da população dêste estudo, merece destaque especial a nítida orientação da última migração, totalmente dirigida para a posse da terra e classificada, portanto, como uma ação racional. Verificaram-se, entretanto, diferenças na orientação da valoração atribuída à posse da terra. Para alguns, o valor apresentado foi "não trabalhar alugado"; para outros, foi ou "não tenho que pagar renda, o lucro do trabalho é todo meu, não preciso dividir com o dono da terra"; ou, ainda, "sou livre, trabalho sem obrigação de horário, mesmo trabalhando mais"; ou, também, "não preciso mais andar procurando do serviço todo ano, aqui tem serviço até o fim da vida" ; ou, outrossim, "agora sou proprietário, sou alguém"...;ou, finalmente, "daqui ninguém me expulsa" e algumas outras opiniões nessa linha, para os que não eram proprietários antes.

O sentido de segurança que a posse da terra

lhes traz foi evidenciado, a cada momento, por uma série de testemunhos ouvidos durante as entrevistas. Entre os mais convincentes selecionou-se êste, contado quando respondia à pergunta sôbre a satisfação na comunidade atual em relação às anteriores: "A senhora quer saber se eu estou "sastifeito" aqui? Ora, estou mil vêzes mais "sastifeito" dona! Veja a senhora, todos os anos quando os besouros começavam a perder as asas na revoada, eu ficava triste porque já sabia que era tempo de juntar os trapos e ir fazer a estrada procurando outro serviço e outro lugar para morar. Estava acabando a safra e o patrão ia me mandar embora. Êste ano eu estava na porta de minha casa, uma tarde, quando vi que os besouros tinham começado a revoada. Não aguentei comigo a alegria de não percisar meter o pé na estrada e falei prá êles: cai besouro, cai! Pode cair que dessa vez eu tenho sossêgo e firmeza na minha terra. Ninguém me bota prá fora!" E concluiu: "O que eu posso querer mais na vida?"

Testemunhos como êsse, que foram muito comuns, evidenciam nítidamente a insegurança de grande parte da população durante os anos de Migração através do País. Por outro lado, demonstram que a chamada Migração voluntária nem sempre é tão voluntária. Por uma razão ou por outra, muitos trabalhadores rurais são levados à Migrações periódicas

por motivos até certo ponto independentes da sua vontade, especificados por êles como: "procurar serviço"; "o patrão correu com a gente"; "acabou o contrato"; "acabou a safra"; etc. Parecem, entretanto, mais decorrentes do Sistema e da Organização Social, levantando assim mais um ângulo a ser focalizado no estudo das Migrações Rurais no Brasil. Ao mesmo tempo, sugerem que Projetos de Colonização como êste, que lhes proporcionam posse de terras com uma cobertura técnico-administrativa inicial, mostram uma possível linha de solução dos problemas dessas populações, garantindo-lhes uma série de benefícios que não estão capacitados a obter, e sem os quais a simples posse da terra não teria nenhum efeito. Posse de terras sem orientação técnica, sem financiamento, sem comercialização já era realidade para muitos dêles (24,8%) que, apesar disso, migraram "procurando melhorar", como foi citado nas entrevistas.

Os que já eram proprietários valorizaram a boa produtividade e a qualidade das terras; a quantidade de terras - "aqui posso ter mais terras"; a facilidade de comercialização através da cooperativa; facilidade de crédito e sementes selecionadas, etc. Entre os antigos proprietários que permaneceram na área, notou-se, ao lado do reconhecimento de uma série de vantagens após o Projeto com suas normas, alguma insatisfação pela necessidade de guardar a

produção à espera de melhor preço para venda, através da cooperativa. A seu ver, deveriam entregá-la ao atravessador, como sempre foi feito, o que já "dava para viver". Vê-se nessa atitude um traço nítido de tradicionalismo e resistência à mudança e inovações. Mesmo quando elas vêm beneficiar o próprio interessado. Do que se pôde deduzir através das entrevistas, êles não foram capazes de vislumbrar a vantagem a mais longo prazo. Tudo indica que sua capacidade de previsão ou de abstração é muito imediatista quando dizem: "prefiro ver pouco dinheiro agora, do que muito dinheiro não sei quando"... Vale ressaltar, todavia, que essa atitude não é generalizada.

Complementando o estudo da Migração quanto ao tipo de ação, usando a classificação proposta por Germani vê-se que 36,3% da primeira Migração foram prescritivas e 63,7% foram eletivas. Quanto às Migrações subsequentes, inclusive a última, a julgar pelos números, foram tôdas eletivas, de acôrdo com os critérios já expostos. Uma análise mais detalhada, porém, com objetivos especificamente dirigidos ao estudo das pressões desenvolvidas pelo Sistema e Organização Sociais, poderia talvez dar uma idéia mais exata sôbre as circunstâncias e, sobretudo, o grau em que são eletivas ou prescritivas.

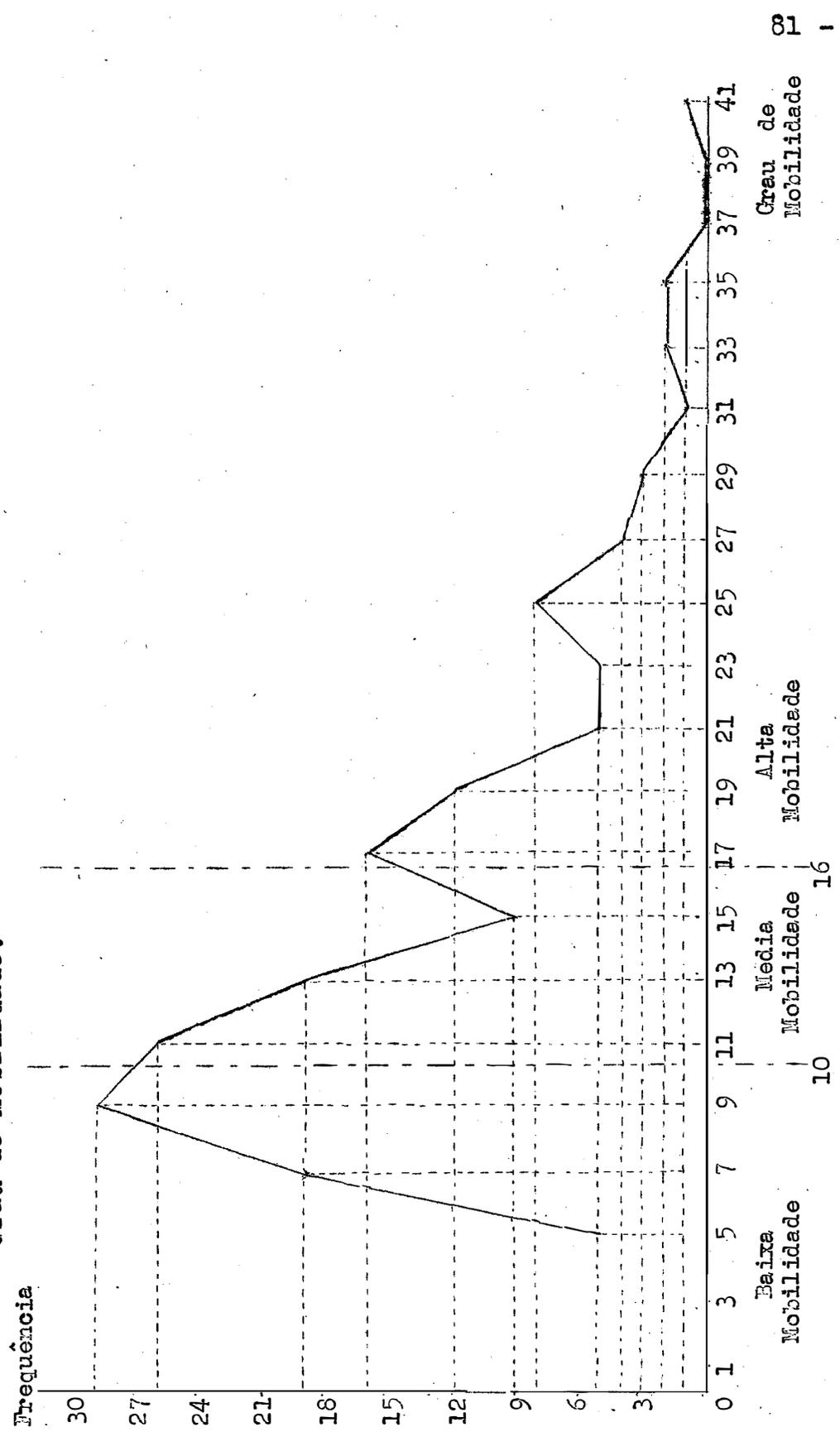
B. MOBILIDADE DOS PARCELEIROS

Utilizando o critério estabelecido para medir o grau de mobilidade, chegou-se à distribuição dos parceleiros da amostra, o que pode ser visto no Quadro 3 e na Figura 2.

Quadro 3 - Distribuição Numérica e Percentual dos Parceleiros quanto ao Grau de Mobilidade.

Grau de Mobilidade	Distribuição dos Parceleiros	
	Nº	%
4,0 - 8,0	24	14,5
8,1 - 12,0	55	33,3
12,1 - 16,0	28	17,0
16,1 - 20,0	28	17,0
20,1 - 24,0	10	6,1
24,1 - 28,0	11	6,7
28,1 - 32,0	4	2,4
32,1 - 40,5	5	3,0
TOTAL	165	100,0

Figura 2 - Distribuição dos Parceiros da Amostra Estudada quanto ao Grau de Mobilidade.



Como se vê pela Figura 2 e pelo Quadro 3, o grau de mobilidade dos parceleiros da amostra é bastante alto. Para 36,3% deles, as migrações começaram antes que pudessem decidir por conta própria, pois migraram ainda crianças, acompanhando os pais.

Considerando-se que os valores são inculcados nos indivíduos ao longo de sua vida, sobretudo pelo grupo familiar, nos anos em que se está estruturando a personalidade, o indivíduo que tem alta mobilidade até a idade de 14 anos deve ter incorporado, pelo processo de socialização, ao menos uma tendência à Migração, se não o valor mesmo. Comparando-o com um outro da mesma idade com alto grau de estabilidade, parece evidente que o primeiro tende muito mais a migrar quando puder decidir por conta própria. O fato de mudar de Município, Estado ou Região de residência não lhe parecerá tão estranho. Não há que enfrentar o novo em sua totalidade. Haverá o novo em muitos aspectos, mas já se verificou o afrouxamento ou quebra mesmo dos laços ou raízes com a Comunidade de Origem na primeira saída. Quanto ao mais, há como que uma repetição: (a) o processo de tomada de decisão de migrar; (b) a situação de mudança; (c) a insegurança na busca de um novo serviço e local de residência, etc. Enfim, supõe-se que tenha mais facilidades para migrar que o indivíduo que jamais saiu da sua Comunidade

de Origem. A análise quantitativa comprova isso, quando se observa que entre os casos que saíram com a família, 15% apresentaram baixa mobilidade, 40% média mobilidade e 45% alta mobilidade. De outro lado, apenas 25,9% dos que saíram a primeira vez por conta própria têm alta mobilidade; 29,9% têm média mobilidade e 44,2% têm baixa mobilidade.

Um outro achado que pode estar intimamente relacionado a esse fato é que 36,3% da amostra investigada declararam não ter uma comunidade que considerassem o "seu lugar". Insistiram nessa afirmativa com diversas explicações, entre as quais: "o meu lugar é onde eu estou no dia de hoje", "o meu lugar é onde eu encontro serviço", "o meu lugar é aqui porque é aqui que eu comprei terra", etc. Esta última foi a razão mais frequentemente alegada. Diziam: "Até hoje eu sempre trabalhei alugado, ficava num lugar enquanto tinha serviço. Quando este acabava tinha que procurar outro. Portanto, agora que comprei terra, daqui não pretendo sair. Aqui é o meu lugar..." Alguns declaravam explicitamente que queriam esquecer tudo o que lhes acontecera até então, para viverem o sossego de terem terra. Considerando-se que 35% dessa amostra apresentaram uma média de 1 a 3 anos de permanência em cada lugar de residência, 44% de 4 a 7 anos e 21% de 9 a 15 anos, parece lógico que 36,3% tenham declarado não ter "seu lugar".

As 165 famílias da amostra foram divididas em três grupos quanto ao grau de mobilidade. Para isso, dividiram-se as 165 famílias em três terços, cabendo, portanto, 55 famílias em cada um deles, correspondentes aos alto, médio e baixo graus de mobilidade. Os valores limites de cada grau de mobilidade são os apresentados no Quadro 4.

Quadro 4 - Grau de Mobilidade e seu Significado.

Mobilidade	Grau de Mobilidade	Uma migração cada
Baixa	4,0 - 10	10 a 25 anos
Média	10,1 - 16	6,2 a 10 anos
Alta	16,1 - 40	2,5 a 6,2 anos

Exemplificando, pelo Quadro 4, um grau de mobilidade igual a 5, obtido por êsse critério, significa que o indivíduo mudou de município 0,05 vêzes por ano. Em outras palavras, mudou-se de município uma vez cada vinte anos, em média. Outro indivíduo com grau de mobilidade igual a 40, significa que êle se mudou do município, em média, uma vez cada dois anos e meio. Dêsse modo, um têrço dos parceiros da amostra tem grau baixo de mobilidade, tendo mudado de município cada 10 a 25 anos. Outro têrço

tem grau de mobilidade médio, significando que mudaram de município cada 6,2 a 10 anos. O t^êrço restante tem alto grau de mobilidade, tendo-se mudado de município cada 2,5 a 6,2 anos.

C. MOBILIDADE E CAUSAS DA MIGRAÇÃO

Concluem-se essas considerações sôbre a mobilidade dessa população, relacionando-as às causas da Migração. Considerar-se-ão apenas as apontadas para o abandono da comunidade de origem, uma vez que as demais Migrações se apresentaram t^ôdas predominantemente racionais, como já foi visto. Segue-se o Quadro 5, que apresenta a distribuição das famílias quanto ao grau de mobilidade e às causas para sairem da comunidade de origem.

No Quadro 5, nota-se que entre os migrantes que saíram de sua comunidade de origem devido a uma orientação tradicional, predomina a alta mobilidade, enquanto entre os de orientação racional e afetiva há mais predominância de baixa mobilidade. Em outras palavras, quanto maior a mobilidade, mais comum é a orientação tradicional da primei-

ra migração. O teste de X^2 (Qui-quadrado) mostrou-se significativo ao nível de 5%, pelo que se pode concluir que as variações de proporção observadas não se devem apenas ao acaso.

Quadro 5 - Mobilidade e Orientação da Primeira Migração.

Mobi- lidade	Orientação da Primeira Migração						Totais Nº
	Tradicional		Racional		Afetiva		
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Alta	27	45,0	22	26,2	6	28,6	55
Média	24	40,0	24	28,5	7	33,3	55
Baixa	9	15,0	38	45,3	8	38,1	55
TOTAL	60	100,0	84	100,0	21	100,0	165
%		36,3		51,0		12,7	100,0

($X^2 = 12,65$; G.L. = 4)

D. MOBILIDADE DO MIGRANTE E SUAS
CARACTERÍSTICAS GERAIS

1. O Migrante e sua Família

a. Idade e Sexo na Composição das Famílias

A amostra de 165 famílias apresentou um total de 1.188 pessoas sendo 662 (55,7%) de homens e 526 (44,3%) de mulheres. Há uma média de 7,2 pessoas por família, com 4,01 homens e 3,19 mulheres por família, mostrando, portanto, uma predominância de homens sobre mulheres.

É notável a composição etária dessa população amostrada. Pela Figura 3 pode-se extrair que 66,6% são constituídos por jovens de menos de 20 anos. Para o Brasil esse índice é de 52%. A parte economicamente ativa mais produtiva - a faixa de 20-39 anos* - representa apenas 19,9% do total dos membros das famílias dos parceleiros da amostra. A porção dessa população acima de 60 anos de idade corresponde a apenas 1,2%. Conclui-se que essa população é

* Considerou-se este limite de idade, dadas as condições de trabalho na área estudada.

extremamente jovem, com as naturais implicações que tal fato acarreta, e que deverão ser consideradas pelos responsáveis pelo Projeto.

Considerando apenas os chefes de família, encontrou-se a distribuição etária do Quadro 6.

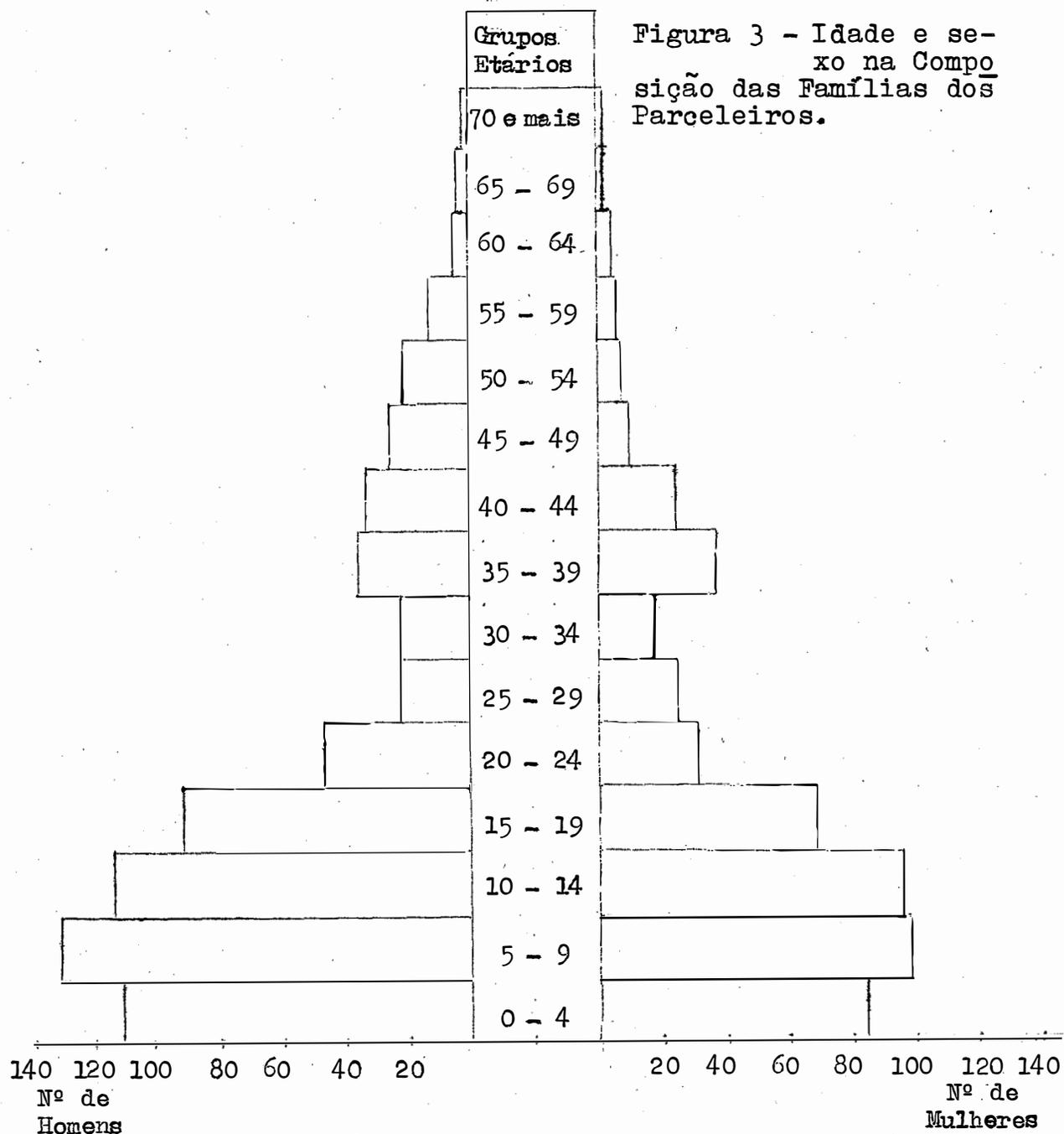
Quadro 6 - Distribuição Etária dos Parceleiros e Grau de Mobilidade.

Grau de Mobilidade	Grupos de Idade					Totais
	20-29	30-39	40-49	50-59	60-65	
Alta	13	18	16	7	1	55
Média	8	21	18	7	1	55
Baixa	1	13	24	14	3	55
TOTAL	22	52	58	28	5	165
%	13,3	31,5	35,2	17,0	3,0	100,0

$\chi^2 = 13,65$; G.L. = 4 (1º e 2º e 4º e 5º grupos reunidos).

A mobilidade da população estudada parece estar associada à idade dos chefes de família. Pelo Quadro 6 pode-se ver que entre os chefes de família de 20 a 39 anos predomina alta e média mobilidade o que é comum para os mi

grantes de todo o mundo. Já entre os chefes com 40 anos e mais predomina a mobilidade baixa, seguida pela mobilidade de média.



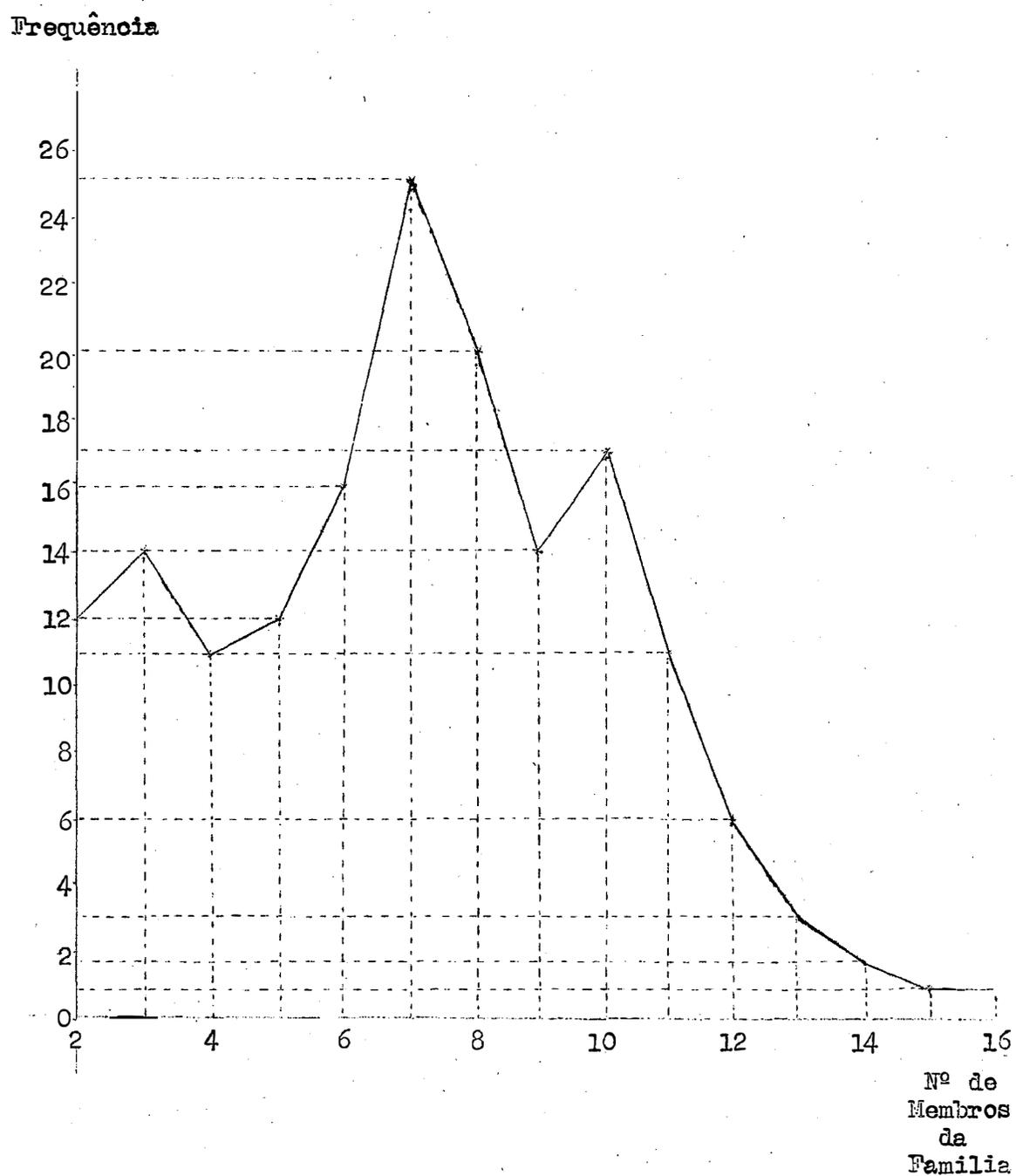
O teste de X^2 aplicado às variáveis do Quadro 6, mostrou haver uma associação entre idade e mobilidade, significativa ao nível de 1% de probabilidade; de tal modo que, quanto mais jovem o chefe de família, maior é o seu grau de mobilidade.

b. Número de Membros nas Famílias dos Parceleiros

A distribuição das famílias dos Parceleiros, quanto ao número de membros residentes pode ser vista na Figura 4.

Vê-se na Figura 4 que a moda está em torno de 7. Em 12 casos há apenas o casal e há também 2 casos extremos de 15 e 16 membros. Note-se que para êsses dados se consideraram apenas os membros residentes. Não significam o número real de membros da família, pois em muitos casos havia outros filhos que, por vários motivos, não acompanharam os pais em sua Migração para Iguatemi. Por si só, esta é uma evidência da maior importância, que sugere elementos para outras pesquisas no campo das Migrações.

Figura 4 Distribuição das Famílias dos Parceleiros quanto ao Número de Membros Residentes.



c. Tamanho da Família dos Parceleiros e
Grau de Mobilidade

No Quadro 7 vêm-se êsses mesmos dados, classificados de acôrdo com o grau de mobilidade da família. Tomando-se como referência as classes de 7-8 e 9-10 membros, que apresentaram maior incidência de casos (27,8% e 18,8%), vê-se que o tamanho da família não parece ter influência significativa sôbre a mobilidade do grupo. Esta deve ter outros determinantes de maior influência. As demais classes teriam distribuição semelhante quanto à mobilidade. Os resultados do teste indicaram não serem significativas as diferenças encontradas.

Quadro 7 - Tamanho da Família dos Parceleiros e Grau de Mobilidade.

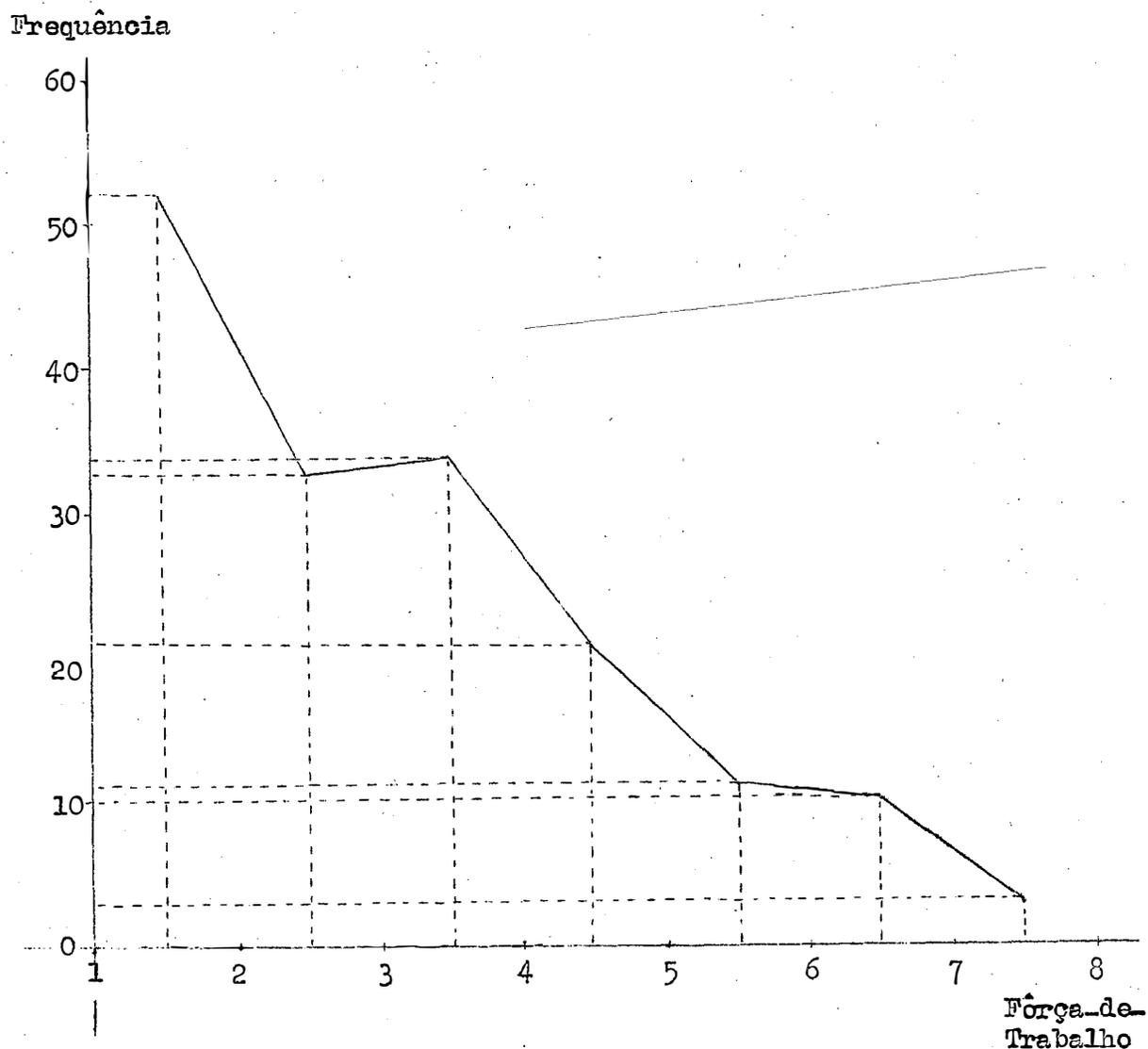
Mobilidade	Número de Membros na Família								Totais
	2	3-4	5-6	7-8	9-10	11-12	13-14	15-16	
Alta	6	11	5	15	11	5	1	1	55
Média	1	10	13	15	10	4	1	1	55
Baixa	4	6	8	16	10	8	3	0	55
TOTAIS	11	27	26	46	31	17	5	2	165
%	6,7	16,4	15,8	27,8	18,8	10,3	3,0	1,2	100,0

$\chi^2 = 6,87$; G.L. = 8. Foram agrupadas as 1ª e 2ª classes (2 e 3-4) como também as 3 últimas (11-12, 13-14 e 15-16) para fins de cálculo do χ^2 .

d. Fôrça-de-Trabalho das Famílias dos Parceleiros

A distribuição das famílias em função, de sua fôrça-de-trabalho, conforme o critério estabelecido na Metodologia pode ser vista na Figura 5 e no Quadro 8.

Figura 5 - Fôrça-de-Trabalho das Famílias da Amostra.



Quadro 8 - Fôrça-de-Trabalho das Famílias da Amostra.

Fôrça-de-Trabalho	Distribuição das Famílias	
	Nº	%
1,00 - 1,95	52	31,5
2,00 - 2,95	33	20,0
3,00 - 3,95	34	20,6
4,00 - 4,95	21	12,7
5,00 - 5,95	12	7,3
6,00 - 6,95	10	6,1
7,00 - 8,00	3	1,8
TOTAL	165	100,0

Como pode ser visto na Figura 5 e no Quadro 8, a grande maioria das famílias (72%) não possui mais de quatro equivalentes-homem de fôrça-de-trabalho. Isso é muito consistente com a composição etária das famílias estudadas, uma vez que se trata de uma população extremamente jovem.

e. Escolaridade dos Parceleiros e de suas Espôsas.

QUADRO 9 - Escolaridade do Parceleiro e Espôsa e Mobilidade.

Mobilidade	Escolaridade 0		1-2		3-4		5-6		7-8		Totais		
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	
Alta	20	26	22	18	12	8	1	3	0	0	0	55	55
Média	20	36	19	11	16	6	0	0	0	0	2	55	55
Baixa	31	35	17	11	6	9	1	0	0	0	0	55	55
TOTAL	71	97	58	40	34	23	2	3	0	2	2	165	165
%	43,0	58,8	35,2	24,3	20,6	13,9	1,2	1,8	0	1,2	100,0	100,0	100,0

(χ^2 para Homens = 7,56; G.L. = 4) (χ^2 para Mulheres = 4,82; G.L. = 4).

Os dados foram reagrupados, para fins de cálculo do χ^2 , em apenas 3 classes de escolaridade: (0), (1 - 2) e (3 - 4 e mais).

A escolaridade dos chefes de família e de suas espôsas reflete a situação da geração adulta do presente. O analfabetismo se faz presente com grande incidência, como se pode ver no Quadro 9. Há maior número de analfabetos entre as espôsas, do que entre os chefes de família. Por outro lado, o limite máximo de anos de escola entre os homens é de 6 anos, com dois indivíduos que iniciaram o curso ginásial. As espôsas, nessa mesma classe, apresentam três casos, e mais dois na classe 7-8 anos, sendo que o único de ginásio completo está entre as espôsas. A concentração maior é nos analfabetos, com 43,0% dos chefes e 58,8% das espôsas. Até o 2º ano fica a maior parte da população com 78,2% dos chefes e 83,1% das espôsas.

Tratando-se de uma população cuja Migração foi quase exclusivamente rural-rural, uma das explicações para esse fato é a inexistência ou grande distância das escolas no meio rural, o que foi repetidamente destacado durante as entrevistas. Por outro lado, nota-se o grande valor atribuído à escola, pois, excetuando os que acabaram de chegar, todas as crianças em idade escolar frequentam regularmente as aulas. Além disso, era muito evidente a satisfação com que encaravam esse fato quando diziam: "êles vão futurar mais do que nós, porque terão estudo", "o saber é que vale", etc.

f. Religião dos Parceiros e Mobilidade

Salvo raras exceções, a família tem a mesma religião do seu chefe. De modo geral predomina na amostra a religião católica, com uma proporção de 74,5% sobre o total. Os protestantes são 23,7% e 1,8% são de outras religiões. Entre os protestantes há predominância da seita "crente". Da análise do Quadro 10 o fator religioso parece não ter maior influência sobre a Migração.

Quadro 10 - Religião e Mobilidade dos Parceiros.

Mobilidade	Religião						Totais
	Cató- lico	Crente	Outro Protes- tante	Espí- rita	Outras reli- giões	não tem re- ligião	
Alta	40	10	5	0	0	0	55
Média	42	7	4	1	1	0	55
Baixa	41	10	3	0	0	1	55
TOTAIS	123	27	12	1	1	1	165
%	74,5	16,4	7,3	0,6	0,6	0,6	100,0

(χ^2 entre católicos e não católicos = 0,24; G.L. = 2)

O teste de χ^2 aplicado aos grupos de católicos e não católicos do Quadro 10 deu valor não significativo ao nível de 5%, pelo que a observação anterior não é desmentida estatisticamente.

g. Documentos que os Parceleiros Trazem Consigo

Considerou-se essa informação importante por se haver constatado que um dos problemas enfrentados pelo migrante que chega às cidades, é a inexistência ou deficiência de sua documentação. Tratando-se de Migrações rurais as dificuldades são menores, mas nem por isso inexistentes.

Na população estudada, todos os indivíduos tinham ao menos um documento: a certidão de casamento ou de nascimento. Outros documentos encontrados foram título de eleitor, carteira de saúde, carteira de trabalho e carteira de sindicato.

No Quadro 11 pode ser visto que o grau de mobilidade do migrante não tem associação significativa com o número de documentos. É notável esse fato, uma vez que podia ser esperado daqueles com maior mobilidade, a posse

de maior número de documentos. O teste de χ^2 mostrou-se não significativo ao nível de 5%.

Quadro 11 - Mobilidade e Número de Documentos dos Parceleiros.

Grau de Mobilidade	Número de Documentos que Possui							Totais
	1	2	3	4	5	6	7	
Alta	5	16	15	11	4	3	1	55
Média	4	15	18	12	3	2	1	55
Baixa	4	16	12	12	7	4	0	55
TOTAL	13	47	45	35	14	9	2	165
%	7,9	28,5	27,3	21,2	8,5	5,4	1,2	100,0

($\chi^2 = 2,90$; G.L. = 6) Para calcular o χ^2 , os dados foram reagrupados em 4 classes: (1 + 2); (3), (4) e (5 + 6 + 7).

h. Ocupação Predominante Antes de Iguatemi

A grande maioria das famílias estudadas era exclusivamente dedicada à agricultura. De fato, 77,6% dedicaram-se por toda a vida à agricultura ou pecuária. Apenas 1,2% tiveram atividades no comércio, além da agricultura. Outros 6,1% também trabalharam na indústria, além da agri-

cultura e 15,1% trabalharam em serviços especiais, além das atividades agrícolas. É de se esperar, portanto, uma tradição rural da população estudada em Iguatemi, o que provavelmente se deve à orientação rural da sua migração, com raras incursões em cidades, estas no máximo uma vez. Isso talvez seja, também, o principal responsável pela grande homogeneidade encontrada na amostra e comprova a validade dos critérios de seleção utilizados pela equipe do IBRA.

Quadro 12 - Ocupação Predominante Antes de Iguatemi.

Mobi- lidade	Ocupação				Totais
	Só Agri- cultura	Agricultu- ra e In- dústria	Agricultu- ra e Ser- viços Es- peciais	Agricultu- ra e Co- mércio	
Alta	35	5	13	2	55
Média	44	4	7	0	55
Baixa	49	1	5	0	55
TOTAIS	128	10	25	2	165
%	77,6	6,1	15,1	1,2	100,0

($X^2 = 10,54$; G.L. = 2) (Dados reagrupados em 2 classes: (1) só agricultura e (2) agricultura + outra atividade).

O Quadro 12 mostra a distribuição dos parceleiros quanto à sua ocupação predominante e respectivo grau de mobilidade. Essa distribuição mostra que, entre os parceleiros que viveram exclusivamente da agricultura, há predominância de mais baixa mobilidade, isto é, quanto mais baixa a mobilidade maior é o número de parceleiros que viveram só da agricultura.

Relativamente aos parceleiros que foram também engajados em outro setor além da agricultura, verifica-se o fenômeno inverso. O χ^2 aplicado ao grupo de parceleiros que sempre foram só agricultores, e ao dos que já tiveram outras atividades além da agricultura, mostrou-se significativo ao nível de 1%. Portanto, pode-se dizer que a mobilidade é maior entre os parceleiros que já tiveram atividades não-agrícolas.

i. Categoria Ocupacional Antes de Iguatemi

Como pode ser visto no Quadro 13, as famílias que chegaram a Iguatemi, eram, em sua grande maioria, não proprietárias de terra em suas comunidades de origem. Apenas 24,8% tinham terras próprias, sòzinhas ou em sociedade com outros parentes. Entre as famílias migrantes observa-

se que 46,5%, compreendendo as categorias de Parceiros, Arrendatários e Colonos, viviam em um sistema de posse precária da terra. Considerando-se a alta proporção em que se apresentaram, pode significar que há uma tendência maior às migrações rurais quando se verifica essa situação.

Quadro 13 - Categoria Ocupacional dos Parceleiros antes de Iguatemi.

Categoria Ocupacional	Mobilidade			Total	
	Alta	Média	Baixa	Nº	%
Colonos	1	2	0	3	1,8
Parceiros	7	11	8	26	15,8
Arrendatários	16	13	19	48	29,1
Proprietários	5	19	17	41	24,9
Assalariados Permanentes	21	8	8	37	22,4
Assalariados Temporários	0	1	0	1	0,6
Administrador ou <u>Ca</u> pataz	0	0	1	1	0,6
Outros	5	1	2	8	4,8
TOTAIS	55	55	55	165	100,0

$\chi^2 = 18,78$; G.L. = 4 (Dados reagrupados em 3 classes: (a) Colonos, Parceiros e Arrendatários; (b) Proprietários; e (c) Assalariados Permanentes e Assalariados Temporários.

Ainda pelo Quadro 13 vê-se que os proprietários também emigraram numa proporção muito significativa (24,8%), o que evidencia que a posse de terra, ao menos considerada isoladamente, parece não ser um fator de fixação, ou, pelo menos, não se mostrou assim neste estudo. Faltam, aliás, dados mais específicos sobre outras variáveis relacionadas à posse da terra, tais como área da propriedade, renda e número de sócios, que possibilitariam melhor análise. Entre os motivos especificados pelos proprietários para emigrarem foram citados: comprar maior quantidade de terras; procurar terras mais produtivas; ter uma terra sozinho. Observe-se que os proprietários se apresentaram numa proporção significativamente grande nas categorias de Baixa e Média Mobilidade, comparando aos de Alta Mobilidade. Isso mostra que, embora emigrem numa proporção relativamente alta (24,84% da amostra), apresentam um grau de estabilidade também alto o que se pode explicar por uma alta proporção de abandono das comunidades de origem, seguida de poucas migrações subsequentes.

No último estrato do Quadro 13, compreendendo os Assalariados Temporários ou Permanentes, Administradores e Capatazes, encontram-se 23,6% da população, que viviam já engajados em um sistema de trabalho de relações capitalistas. Chama atenção o fato de que apenas 0,6% eram

assalariados temporários (volantes, diaristas, etc.) o que talvez possa ser interpretado como um indicador da orientação mais urbana dessa categoria, ou estado de transição entre o rural e o urbano em que se encontram, uma vez que, como mostram alguns estudos, trabalham no meio rural mas residem na periferia das cidades. ^{31/} Também os Administradores e Capatazes aparecem na mesma proporção diminuta, o que induz à hipótese de que o grau de satisfação com que percebem sua situação é bom, a ponto de não motivá-los fortemente a emigrar. Os assalariados permanentes, que correspondem aos indivíduos que trabalham por safra, por contrato, etc. surgem em uma proporção de 22,4%, mais baixa apenas que a dos arrendatários e proprietários. Observe-se ainda que entre tôdas as categorias foi a que apresentou maior índice na classe de indivíduos com Alta Mobilidade.

Aplicando-se o teste do X^2 aos dados do Quadro 13, reagrupados em três categorias: proprietários, não-proprietários, em sistema de posse precária da terra, e não-proprietários, com relações capitalistas de trabalho, obteve-se um resultado altamente significativo ao nível de 1%,

^{31/} Ver, por exemplo, Bombo N. e R. Brunelli. "Estudo da Condição de Safreiro - Abordagem Inicial de um Problema Societário e Institucional". T.C.C. Apresentado à Faculdade de Serviço Social de Piracicaba, São Paulo, 1966, pp.43-44 (2ª parte).

o que vem apoiar estatisticamente a observação de que a mobilidade é diferente entre aquelas três categorias de Parceleiros. Isto é, os não-proprietários que trabalhavam em relações de trabalho capitalistas são muito mais móveis do que os proprietários e os outros não-proprietários.

2. O Migrante e o seu Sistema Social de Origem

a. Procedência dos Parceleiros

Analisando a procedência dos Parceleiros, encontrou-se uma repetição do que se constata a nível nacional, confirmando-se um Padrão de Migração historicamente refletido no Brasil. (Ver Figuras 6 e 7 e Quadro 14). As regiões que apresentam maior índice de Migração são o Nordeste, com 45,4% da amostra e o Sudeste com 38,7%. Segue-se o Sul com 13,9% e o Centro-Oeste com apenas 1,7% representados pelos naturais de Mato Grosso, que migraram de outras regiões dentro do próprio Estado. A região Norte não tem nenhum representante nessa população. Também quanto aos Estados, repete-se o que ocorre a nível nacional, com Bahia, Minas Gerais e São Paulo ocupando, respectivamente, os três primeiros lugares, e oferecendo uma contribuição bem maior que a dos demais Estados.

Figura 6 - Distribuição Percentual dos Parceleiros por Região de Procedência.

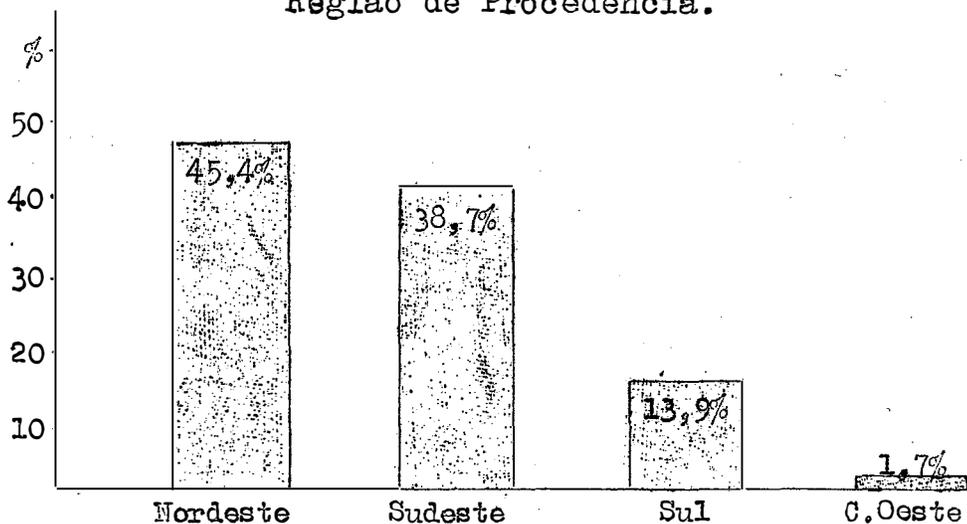
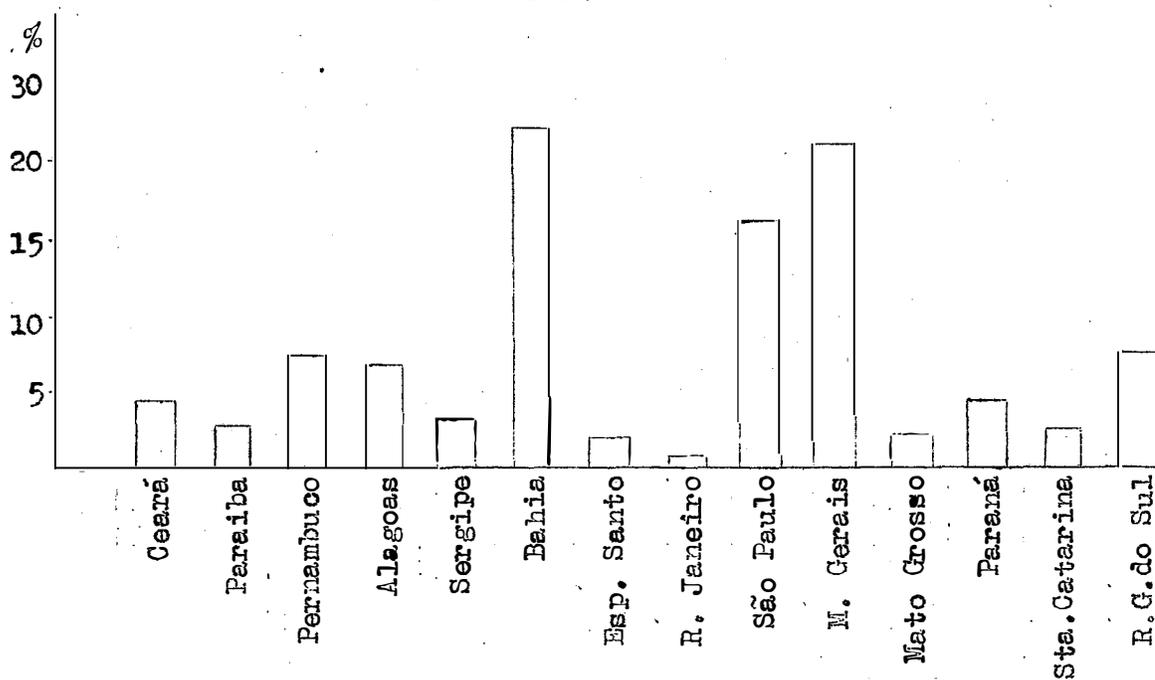


Figura 7 - Distribuição dos Parceleiros por Estado de Procedência.



Quadro 14 - Procedência dos Parceleiros por Região e por Estado. ^{*/}

Região e Estado	<u>Distribuição dos Parceleiros</u>		
	Estados		Região
	Nº	%	%
<u>Nordeste</u>			45,4
Ceará	7	4,2	
Paraíba	4	2,4	
Pernambuco	12	7,3	
Alagoas	11	6,7	
Segipe	5	3,0	
Bahia	36	21,9	
<u>Sudeste</u>			38,7
Espírito Santo	3	1,8	
Rio de Janeiro	1	0,6	
São Paulo	26	15,8	
Minas Gerais	34	20,6	
<u>Centro-Oeste</u>			1,8
Mato Grosso	3	1,8	
<u>Sul</u>			13,9
Paraná	7	4,2	
Santa Catarina	4	2,4	
Rio Grande do Sul	12	7,3	
TOTAIS	165	100,0	100,0

^{*/} Para classificação regional, confronte-se Fundação IBGE, IBE, Revista Brasileira dos Municípios, XX (83-84), julho-dezembro, 1968, p.149.

b. Laços de Família que Mantém no "seu lugar"

Observando o Quadro 15, vê-se que, excetuando os casos eliminados por não terem um lugar de referência ou "seu lugar", todos os demais, em diferentes proporções, deixaram parentes em "seus lugares". Chama-se a atenção para os 22,4% que deixaram pais e irmãos, e os 12,7% que deixaram irmãos. Como já se acentuou em outra parte deste trabalho, é de se esperar - dada a relativa homogeneidade do meio rural - que os fatores objetivos de emigração atuem de uma forma relativamente semelhante sobre os indivíduos de uma mesma categoria e, sobretudo, de uma mesma família nuclear. Constata-se que 39,4% dos entrevistados declararam ter pais, irmãos e filhos nos "seus lugares". Parece ser essa mais uma evidência de que, embora os fatos objetivos exerçam forte pressão sobre os indivíduos, favorecendo-lhes a emigração, os fatores de ordem psicológica, mais diretamente ligados à personalidade do ator, estariam desempenhando papel dos mais relevantes no processo de tomada de decisão para emigrar. Por alguma circunstância, a forma de perceber a situação - na mesma comunidade, na mesma categoria, na mesma família nuclear - apresenta aspectos diferentes, levando uns a emigrar e outros a permanecer. Maior esclarecimento sobre o problema poderá ser obtido através de estudo comparativo em uma determinada área de emigração, abrangendo

do migrantes e indivíduos que nunca saíram de sua comunidade.

Quadro 15 - Familiares que o Parceleiro Deixou no "seu lugar".

Familiares	Frequência	%
Filhos	7	4,3
Pais e Irmãos	37	22,4
Irmãos	21	12,7
Outros Parentes	20	12,1
Combinações de dois ou mais	20	12,1
Não têm "seu lugar"	60	36,4
TOTAIS	165	100,0

c. Satisfação com o Trabalho no "seu lugar"

No Quadro 16, vê-se a distribuição dos Parceleiros em termos de sua mobilidade e de seu grau de satisfação com o trabalho em "seu lugar". Apesar de haver maior proporção de satisfeitos e muito satisfeitos (39,3%), nota-se que não há, praticamente, nenhuma associação entre a satisfação e a mobilidade. O teste de X^2 confirma essa ob

servação, uma vez que se mostrou não significativo ao nível de 5%.

Quadro 16 - Grau de Satisfação dos Parceiros com o Trabalho no "seu lugar" e Mobilidade.

Mobilidade	Grau de Satisfação					Totais
	Muito satisfeito	Satisfeito	Insatisfeito	Muito insatisfeito	não tem "seu lugar"	
Alta	1	16	15	0	23	55
Média	4	19	12	2	18	55
Baixa	5	20	11	0	19	55
TOTAIS	10	55	38	2	60	165
%	6,0	33,3	23,1	1,2	36,4	100,0

$\chi^2 = 1,89$; G.L. = 2; n.sig. 5%. (Teste aplicado aos dados reagrupados em duas classes: (1) muito satisfeito e satisfeito; e (2) insatisfeito e muito insatisfeito).

d. Razões de Satisfação ou Insatisfação com o Trabalho no "seu lugar"

Observando o Quadro 17, vê-se que 35,1% dos casos declararam-se satisfeitos com a sua situação no "seu lugar". Observe-se, porém, que muitos expressaram a razão

de satisfação em termos de "dava prá viver", o que mostra mais conformismo do que satisfação pròpriamente dita, tanto assim que emigraram "procurando melhorar".

Chama atenção o fato de que apenas 18,5% se declararam de fato insatisfeitos com a sua situação, embora nos 36,4% que foram eliminados, por não terem um lugar de referência, pudesse haver outros casos de insatisfação com a situação anterior.

Quadro 17 - Porquê da Satisfação ou Insatisfação dos Parceleiros com o Trabalho no "seu lugar".

Porquês	Frequência	%	Total %
<u>Satisfação</u>			35,1
Tinha família lá	2	1,2	
Dava para viver	49	29,7	
Tinha bom patrão	4	2,4	
A terra era boa	3	1,8	
<u>Insatisfação</u>			18,5
Trabalho rendia pouco	19	11,5	
Não tinha terra	14	8,5	
Condições injustas de trabalho	14	8,5	
<u>Não tem "seu lugar"</u>	60	36,4	36,4
TOTAIS	165	100,0	100,0

e. Participação Social Formal no "seu lugar"

A participação social dos Parceleiros foi medida através do número de Associações das quais eram sócios em "seu lugar". Eliminados os 60 casos que disseram não ter uma comunidade que pudessem considerar o "seu lugar", restaram 105 indivíduos. Como se pode ver pelo Quadro 18, a participação social formal dos Parceleiros é muito baixa, pois a grande maioria dêles não participa de nenhuma, ou quando muito, participa de apenas uma Associação.

Quadro 18 - Associações de que os Parceleiros eram sócios no "seu lugar".

Número de Associações	0	1	2	3	4	5	não tem "seu lugar"	Totais
Totais	54	26	12	11	1	1	60	165
%	32,7	15,7	7,3	6,7	0,6	0,6	36,4	100,0

Além das associações de caráter religioso, que ocuparam o primeiro lugar, foram citadas, entre outras, clubes de futebol, partidos políticos e clubes 4 S. Infere-se que, ao menos em termos de participação social, são muito

frouxos os laços que prendem os Parceleiros às suas comunidades de origem. Ou melhor dizendo, muito reduzida a sua participação social no "seu lugar".

f. "Facilidades" Existentes e Utilizadas pelos Parceleiros no "seu lugar"

Eliminados os 36,4% que não tinham "seu lugar", há uma concentração em torno da classe de 9 e mais "facilidades", com 29,1% da amostra. Ver Quadro 19.

Quadro 19 - Distribuição dos Parceleiros Quanto às "Facilidades" Existentes e Utilizadas no "seu lugar".

Número de Facilidades	Facilidades Existentes		Facilidades Utilizadas		Não tem "seu lugar"	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
0	0	0	5	3,0		
1	0	0	4	2,4		
2 - 3	6	3,6	44	26,7		
4 - 5	13	7,8	32	19,5		
6 - 8	38	23,1	16	9,6		
9 e mais	48	29,1	4	2,4		
TOTAIS	105	63,6	105	63,6	60	36,4

Relativamente ao número de "facilidades" utilizadas, vê-se no mesmo Quadro que apenas 2,4% utilizavam 9 e mais "facilidades" em suas respectivas comunidades. Agrupando-se os que utilizavam de 2 a 3 facilidades, obtém-se uma proporção de 37,7%, o que mostra um dos aspectos da possível marginalidade em que viviam êsses migrantes. Outros aspectos de marginalidade, já considerados anteriormente, foram o analfabetismo, a falta de participação social formal e a falta até de uma comunidade que pudessem considerar o "seu lugar".

g. Contatos Indiretos Através de Correspondência

Em uma primeira análise o Quadro 20 parece demonstrar que, a julgar pela troca de correspondência, a Migração contribui para o afrouxamento dos laços com a família, dada a alta proporção de indivíduos que nunca recebem ou escrevem cartas.

Relacionando-se, porém, êsses dados ao alto índice de analfabetismo encontrado, ao lado da inexistência de agência de correio em Iguatemi, sendo a mais próxima em Guaíra, no vizinho Estado do Paraná, é de se estranhar como alguns ainda mantêm êsse tipo de comunicação com os pa-

rentes distantes. A periodicidade de correspondência é relativamente alta, portanto, considerando-se as dificuldades do processo de recebimento, que é por "mão própria" quando vem alguém do "seu lugar"; ou através de uma farmácia em Guairá.

Quadro 20 - Correspondência Mantida com o "seu lugar".

Periodicidade da Correspondência	Distribuição dos Parceleiros				não tem "seu lugar"	
	Escreve		Recebe		Nº	%
	Nº	%	Nº	%		
Nunca	51	30,9	58	35,1		
Uma vez por ano	13	7,9	13	7,9		
Várias vezes por ano	31	18,8	26	15,8		
Todo mês	10	6,0	8	4,8		
TOTAIS	105	63,6	105	63,6	60	36,4

h. Contatos Diretos com o "seu lugar" Através de Viagens

A volta ao "seu lugar" é um traço constantemente destacado nos estudos sobre Migrações. A literatura corrente mostra com relativa frequência os casos aparentemente

te inexplicáveis em que o migrante abandona uma boa situação de trabalho para voltar ao "seu lugar". ^{32/}

O Quadro 21 mostra que, pelo menos neste estudo, o fenômeno não é tão frequente. Veja-se que 41,8% nunca voltaram ao "seu lugar"; 11,96% voltaram de 1 a 3 vezes e apenas 1,8% voltaram de 7 a 10 vezes, o que, realmente, é um alto índice, mas que aconteceu em proporção muito pequena.

Quadro 21 - Distribuição dos Parceleiros quanto às Viagens ao "seu lugar".

Número de vezes que voltou ao "seu lugar"	Distribuição dos Parceleiros	
	Nº	%
Nunca	69	41,8
1 - 3	28	17,0
4 - 6	5	3,0
7 - 10	3	1,8
Não tem "seu lugar"	60	36,4
TOTAIS	165	100,0

^{32/} J.B. Lopes.. "O Ajustamento do Trabalhador à Indústria: mobilidade social e motivação, in Bertran Hutchinson, Mobilidade e Trabalho. (Rio de Janeiro, 1960) pp. 381-384.

3. O Migrante e sua História de Migração

a. Municípios em que Residiu desde o Nascimento e por Decisão Própria

A análise do Quadro 22 sugere grande mobilidade para a população estudada.

Quadro 22 - Municípios de Residência dos Parceleiros antes de Iguatemi.

Número de Municípios	Distribuição dos Parceleiros			
	Desde o Nascimento		Por Decisão Própria	
	Nº	%	Nº	%
1 - 2	6	3,6	21	27,7
3 - 4	63	38,2	73	44,3
5 - 6	53	32,1	40	24,2
7 - 8	14	8,5	14	8,5
9 - 10	18	10,9	10	6,1
11 - 12	8	4,9	5	3,0
13 - 14	1	0,6	1	0,6
15 - 16	1	0,6	1	0,6
17 - 18	1	0,6	0	0
TOTAIS	165	100,0	165	100,0

Mesmo deixando de considerar os casos extremos, de 13 a 18 municípios, vê-se que a maior concentração está em torno de 3-4 e 5-6 municípios, compreendendo, respectivamente, 38,18% e 32,1% da amostra. Também para o número de municípios em que residiu por decisão própria a maior concentração está em 3-4, com 44,24%, seguindo-se 1-2 com 27,72%. Note-se que dentro de um mesmo município as mudanças não foram consideradas.

b. Tempo Médio de Permanência das Famílias Migrantes em cada Etapa da Migração por Decisão Própria

O tempo médio de permanência foi obtido considerando o número de anos durante os quais o indivíduo está migrando por decisão própria e dividindo-o pelo número de mudanças que fez nesse período. Observando a Figura 8, vê-se que a concentração maior se apresenta em torno de 3, pois que 35% dos casos estudados só conseguiram permanecer até 3 anos em cada lugar de residência. As Migrações sucessivas são, portanto, uma constante em sua vida. Levando-se em conta o fato de que as mudanças aqui consideradas foram apenas as executadas por iniciativa própria, e que, conforme visto anteriormente, essas mudanças foram todas orientadas por motivos racionais, pode-se fazer uma série

de considerações dentro do esquema geral proposto no quadro teórico para análise da Migração.

No nível AMBIENTAL essa evidência leva a supor a existência de fatores objetivos que pressionam, ou ao menos facilitam, Migrações sucessivas. Lembrando os motivos especificados pelos Parceleiros, poder-se-ia considerar como tais fatores, as terras fracas, o arrendamento alto a pagar, a dificuldade de encontrar trabalho, etc. Esses, entre outros, são alguns dos fatores expulsivos que ocorrem no local de residência do migrante. Quando sua interação com esses fatores não resulta satisfatória, uma das possibilidades que surge entre as alternativas de ação é a Migração para um outro Sistema, que lhes parece oferecer maiores possibilidades de satisfação, o que, aliás, nem sempre se verifica.

No nível NORMATIVO, pode-se deduzir que há um conjunto de normas de comportamento favoráveis, ou ao menos neutras, em relação à Migração como forma de resolver conflitos. Constatando-se uma proporção relativamente elevada com tão baixo grau de permanência, este confirmado por um alto grau de mobilidade, é de se esperar que se tenha desenvolvido em seu Sistema de Origem uma atitude favorável à Migração, que sancione positivamente tais ações.

Nas entrevistas, foi frequente ouvir-se "meu sogro encorajou-me a vir"; "meus parentes ou amigos escreviam me chamando"; "só não sei quem não tem coragem nem para isso"; etc. Merece atenção, porém, o fato de que mesmo pressionados por fatores ambientais, encorajados pela cultura local, que sanciona positivamente a Migração, e pelas comunicações dos que já migraram, muitos ainda permanecem nas suas comunidades. Há evidências, também, de normas contrárias à Migração. Ouviu-se algumas vezes citar "pedra que muito rola acaba ficando redonda", para confirmar o desejo de se estabelecer definitivamente onde estavam.

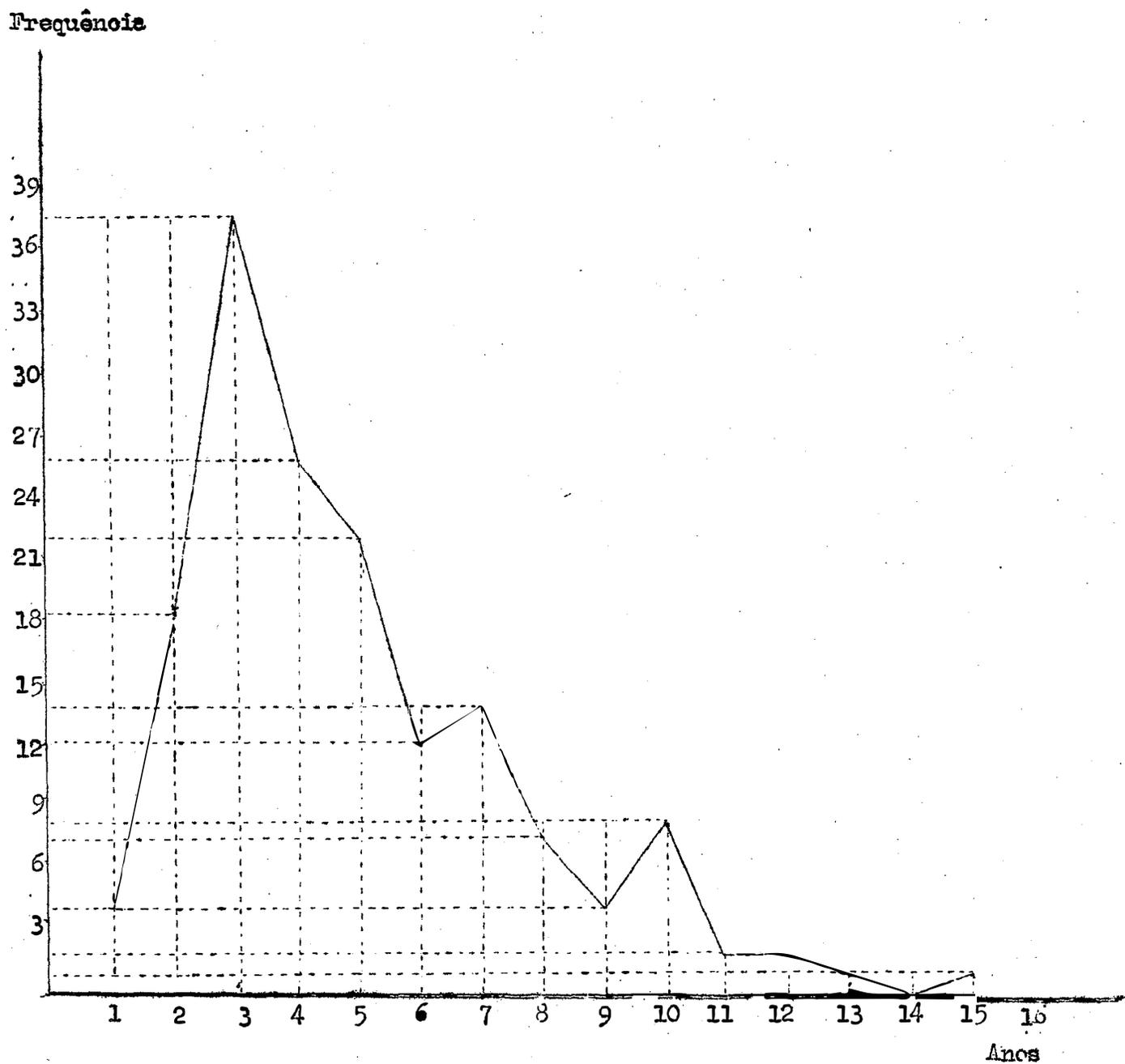
O terceiro nível de análise, o PSICO-SOCIAL, parece oferecer uma possível explicação a tudo isso. Como se viu no início do trabalho, as estatísticas mostraram, em 1960, uma Migração de 18% da população brasileira. Estratificando-se essa população migrante vão encontrar-se representantes das diferentes camadas sócio-econômicas de cada região emigratória. Ora, é de se supor que para um mesmo estrato sócio-econômico os fatores ambientais e culturais pressionem de uma forma relativamente semelhante. Sabe-se, entretanto que nem todos migram.

Considerando-se o tempo médio de permanência das famílias, analisado na Figura 8, vê-se que ele varia

de 1 a 15 anos. Nos extremos encontram-se representantes de diferentes Regiões do País, de diferentes ocupações e "status" em relação à posse e uso da terra. Aqui, como em outros momentos da análise, os dados encaminham à suposição de que os fatores psico-sociais são os mais relevantes na etapa final da decisão para emigrar, ou seja, em uma dada situação em um determinado grupo de pessoas igualmente pressionadas pelos fatores objetivos e igualmente condicionadas pelos fatores culturais, uns reagem emigrando e outros assumem formas diferentes de comportamento em resposta às pressões ou ao estímulo inicial comum. É óbvio que as diferenças individuais são responsáveis pelas diferenças de reação. Em cada momento da análise, os dados parecem sugerir um encaminhamento nessa linha.

Por outro lado, a baixa estabilidade e/ou a alta mobilidade são coerentes com os dados sobre participação social. Também, os dados sobre escolaridade do casal, podem ser um reflexo da alta mobilidade.

Figura 8 - Tempo Médio de Permanência dos Parceleiros em cada Município que Residiu por Decisão Própria.



c. Número de Anos desde que Saiu a Primeira Vez por Decisão Própria

Pelo Quadro 23 pode-se ver que os Parceleiros da amostra têm uma história de Migração cujo caso extremo remonta há 49 anos, e uma proporção muito pequena dos casos com até 5 anos de Migração.

Quadro 23 - Número de Anos desde que Saiu a Primeira Vez por Decisão Própria.

Anos	<u>Distribuição dos Parceleiros</u>	
	Nº	%
0 - 5	19	11,5
6 - 9	10	6,1
10 - 15	31	18,8
16 - 19	28	17,0
20 - 25	30	18,2
26 - 29	17	10,3
30 - 35	18	10,9
36 - 39	5	3,0
40 - 45	5	3,0
46 - 49	2	1,2
TOTAIS	165	100,0

Considerado pelo ângulo de representatividade de uma população migrante, êsse é um dado excelente no sentido de validar e generalizar os achados. Por outro lado, essa população mereceria um estudo mais profundo, no sentido de determinar com maior especificidade as razões de tão alto índice migratório. Estariam elas mais ligadas aos fatores objetivos, apresentados pelo Sistema Social, ou, ao contrário, mais à personalidade dos indivíduos?

d. O Padrão de Migração

Nota-se com clareza a existência de dois fluxos migratórios tendo por objeto São Paulo e Paraná, como estágios intermediários para o Projeto de Iguatemi. Vindos de toda parte Norte para São Paulo, e vindos também do Sul, vêem-se duas nítidas correntes convergentes.

Dos 165 casos da amostra, 105 trabalhavam na lavoura, em São Paulo, sendo apenas 26 nascidos neste Estado; 101 trabalharam no Paraná, que apresentou só 7 naturais do Estado. Uma ilustração dêsse fenômeno pode ser vista na Figura 9.

Figura 9 - Direção e Sentido da Migração dos Parceleiros.



A afirmação, corrente na literatura, de que a Migração se faz sempre em pequenas etapas, não foi comprovada neste estudo, pelo menos para a região Nordeste, de onde os migrantes vêm diretamente para São Paulo ou Paraná, percorrendo uma grande distância tanto de ordem geográfica como sócio-cultural.

e. Meios de Comunicação na Migração para Iguatemi

O Quadro 24 demonstra que as relações interpessoais têm grande importância na decisão de migrar e na escolha de uma comunidade de adoção e são, também, um meio de comunicação muito utilizado pelos migrantes. Vê-se uma proporção de 71,5% para parentes e amigos se se quiser considerar apenas as relações informais. Mostra, também, a chamada "Migração em cadeia": vendo vantagem em um lugar, escrevem ou vão buscar amigos e parentes, o que foi muito frequente no Projeto.

Acrescentando-se os que foram influenciados pelo corretor, o que entraria como relações pessoais formais, obtém-se um total de 78,1%. Esse último dado oferece margem a outra interpretação, que é a introdução de um elemento da cultura urbana no meio rural, o corretor. Tendo in-

fluenciado diretamente 6,6% dos Parceleiros, foi apontado como intermediário por vários outros que não constam na estatística porque o fator de influência decisiva foi parente ou amigo. De acôrdo com informação dos entrevistados, o corretor lhes propunha trocar a pequena área de terra que possuíam em outro Estado (sobretudo São Paulo e Paraná) por uma área bem maior em Mato Grosso, o que foi aceito. As relações com o corretor nem sempre foram satisfatórias: um dêles foi assassinado na área, há alguns anos, "a mando de clientes descontentes". Isso pode ser analisado como uma forma de coexistência do nôvo e do antigo. Acreditando facilmente nas vantagens do "Mundo Nôvo" (nome de uma das glebas) descritas pelo corretor, faziam o negócio de boa fé, "no escuro" conforme falam. Chegando à nova terra, comprovando a inexistência de tantas "bondades" descritas, resolveram o problema à "moda antiga" e por conta própria, sem recorrerem às instituições legais. Todos êsses que migraram através do corretor, são moradores mais antigos, que residiam na área antes do Projeto do IBRA, e aceitaram as novas condições para aí permanecerem, tendo alguns perdido parte das terras que possuíam por fôrça das condições de permanência no Projeto.

Chama atenção o fato de nenhum ter apontado o jornal como meio de comunicação, sobretudo se fôr ressaltar

que a convocação para as inscrições no Projeto foi feita em forma de edital em jornais. Tal fato pode ser relacionado ao grande número de analfabetos encontrados e à dificuldade de jornais no meio rural. Por outro lado, evidencia a importância da comunicação interpessoal, o que pode ser explorado quando se pensar em fazer qualquer tipo de trabalho com essas populações.

O rádio foi apontado numa proporção de 7,2%. É um instrumento de comunicação muito valorizado pela população estudada. Constitui um foco de atração na casa dos que o possuem. Durante as entrevistas, várias vezes encontraram-se grupos de vizinhos escutando um programa preferido, e foi muito citado "o rádio do vizinho" como fonte de informação e motivo para visitas frequentes. Note-se ainda que o rádio pode ser um importante fator de coesão social na área.

Comentando as relações interpessoais na escolha do lugar de Migração, constatou-se a existência de grupos de parentes, ou amigos de uma mesma comunidade de origem entre os parceleiros selecionados. Há, também, outros que, avisados por êles, mas tendo perdido a seleção inicial por chegarem atrasados ou por não satisfazerem os critérios de seleção, estão residindo nas zonas limítrofes do Projeto .

Esperam uma nova convocação para preenchimento de novas parcelas, e residem aí em situação precaríssima, "para não estar longe quando vier a nova chamada".

Quadro 24 - Meios de Comunicação na Migração para Iguatemi.

Canais	Distribuição dos Parceleiros	
	Nº	%
Jornal	0	0
Rádio	12	7,2
Parentes	23	14,0
Amigos	95	57,5
Corretor	11	6,6
Outros	24	14,5
TOTAIS	165	100,0

f. Aspiração de Voltar a Morar no "seu lugar"

A análise do Quadro 25 mostra que apenas um indivíduo pretende voltar a morar no "seu lugar", tendo êle apresentado como motivo "sentir muita falta dos parentes e amigos e não se acostumar aqui". Muitos declararam (61,2%) não pretender voltar a morar lá. Entre êsses, alguns refor-

çaram a negativa dizendo: "já tentei, mas lá não dá mais prá viver". Mantêm, todavia, a esperança de voltar para visitar, quando estiverem em "boa situação". Três estão indecisos ainda.

Quadro 25 - Aspiração de Retorno ao "seu lugar".

Aspiração	<u>Distribuição dos Parceleiros</u>	
	Nº	%
Pretende voltar	1	0,6
Não pretende voltar	101	61,2
Não sabe	3	1,8
Não tem "seu lugar"	60	36,4
TOTAIS	165	100,0

4. O Migrante e sua Situação Atual

a. Tempo que Está em Iguatemi

Como se vê no Quadro 26, 59,5% da amostra vieram para Iguatemi depois do Projeto, sendo selecionados pela equipe do IBRA. Os demais 40,5% já residiam na área antes da chegada do IBRA, não tendo portanto sido objeto de seleção.

Esse dado permite uma generalização maior das conclusões, uma vez que reduz a 59,5% as implicações de uma seleção prévia, que, de algum modo poderiam trazer tendenciosidade aos achados. Ao mesmo tempo, dá maior consistência a todos os dados relativos à área, sobretudo aos de satisfação, uma vez que estando na área há bastante tempo elementos mais concretos são disponíveis para se julgar a situação.

É válido observar aqui que os indivíduos que já estavam na área "antes do IBRA" referem-se à situação atual como muito melhor que a anterior na própria área, diante dos benefícios que surgiram com o Projeto. Focalizaram, sobretudo, a abertura de estradas, escolas para todas as crianças, "vinda de muita gente" e "o lugar agora está animado". Ao mesmo tempo, como já se teve oportunidade de observar, há alguma insatisfação com a perda de parte das terras, para alguns, de ter que ir às reuniões promovidas pelo IBRA, para outros, de ter que pagar impostos, e assim por diante. Acham, entretanto, que as vantagens da nova situação são maiores que as "chateações" dela decorrentes, pois uma "organização" como a que se vê agora, nunca poderiam obter por si sós.

Quadro 26 - Tempo que Está em Iguatemi.

Anos	<u>Distribuição dos Parceleiros</u>	
	Nº	%
menos de 1	61	37,0
1	27	16,4
2	10	6,1
3 - 4	19	11,5
5 - 6	10	6,0
7 - 8	11	6,7
9 e mais	27	16,3
TOTALS	165	100,0

b. Satisfação com o Trabalho em Iguatemi

No Quadro 27 vê-se coerência quando 80,0% se declaram muito satisfeitos com o trabalho atual e 20,0% satisfeitos. O fato de nenhum se haver declarado insatisfeito leva a pensar, embora sem possibilidade de comprovação, que um dos determinantes principais da satisfação com a situação é a satisfação com o trabalho. Veja-se no Quadro 29 que sete indivíduos se declararam menos satisfeitos que em sua comunidade de origem e que na análise os motivos de in

satisfação estavam ligados a outras circunstâncias da situação atual. A julgar por êsses dados e respectivas implicações, os principais determinantes da Migração e da Fixação dos migrantes estão ligados à posse da terra, segurança, trabalho permanente, etc. o que, mais uma vez, confirma o caráter de racionalidade das migrações.

Quadro 27 - Satisfação com o Trabalho em Iguatemi.

Grau de Satisfação	<u>Distribuição dos Parceleiros</u>	
	Nº	%
Muito satisfeito	132	80,0
Satisfeito	33	20,0
Insatisfeito	0	0
Muito insatisfeito	0	0
TOTAIS	165	100,0

c. Razões da Satisfação com o Trabalho em Iguatemi

A análise do Quadro 28 confirma os resultados sobre o grau de satisfação com o trabalho em Iguatemi. As razões apresentadas para essa satisfação são de caráter racional, o que por sua vez reforça as observações sobre a

orientação das Migrações. Vê-se uma grande maioria, 67,3%, valorizando a posse da terra por não precisar dividir o lucro do trabalho. Outros 26,7% valorizando a boa qualidade das terras; "não se perde lavoura", como diziam; ao lado da administração do IBRA e "povo bom e ordeiro daqui". E por fim, 6,0% valorizando o fato de não faltar trabalho; "posso ficar aqui até o fim da vida, que nunca vai acabar o serviço".

Quadro 28 - Razões da Satisfação com o Trabalho em Iguatemi.

Razões da Satisfação	<u>Distribuição dos Parceleiros</u>	
	Nº	%
Terra própria, não precisa dividir o lucro	111	67,3
Terra boa, povo bom e organização do IBRA	44	26,7
Não falta serviço	10	6,0
TOTAIS	165	100,0

d. Satisfação em Iguatemi Comparando com o "seu lugar"

No Quadro 29 analisa-se a satisfação com a situação geral e não apenas a satisfação com o trabalho. Co-

mo anteriormente, foram isolados os casos de indivíduos que não tinham uma comunidade que pudessem considerar "seu lugar". Encontrou-se que entre os 105 restantes, apenas 7 casos se declararam menos satisfeitos, tendo apresentado como motivo dessa insatisfação a precariedade da habitação, a falta de recursos na comunidade, os filhos que não poderiam continuar o ginásio e o isolamento dos parentes e amigos. Entretanto, achavam válida a Migração e pretendiam permanecer no local, diante das vantagens que viam no trabalho. Ninguém se declarou igualmente satisfeito. Vê-se, portanto, que a Migração levou, de fato, a uma mudança de situação. Alguns perceberam-na como mudança para melhor, outros como mudança para pior. Mesmo os que achavam sua situação geral pior que a anterior, pretendiam ficar onde estavam na esperança de melhorar. Vale notar que esperança, "futurar", etc. eram as palavras que mais se ouviam, traduzindo o sentimento que os levara ali e do qual estavam possuídos em alto grau. Em alguns recém-chegados havia também a dúvida que se manifestou diante de certas perguntas formuladas. Diziam êles: "Vocês acham mesmo que nós vamos ter realmente tôdas essas vantagens?" "Essa terra vai ser de fato nossa um dia?" "Ninguém vem nos expulsar daqui por algum motivo?" Tudo isso evidencia as circunstâncias de experiências anteriores que lhes marcaram a personalidade a ponto de duvidarem de qualquer negócio, sobretudo a-

quêle que lhes estava parecendo "bom demais para ser verdade". Ilustrando essa insegurança, narra-se um fato acontecido com o autor quando bateu à porta de uma família da Paraíba. Foi recebido por uma das filhas do casal que, assumindo expressão de angústia, começou a chorar e foi chamar a mãe. Esta, nos últimos dias de uma gravidez, começou então a contar as dificuldades que vinham passando em tantos anos de Migração com uma família grande (ela esperava o 9º filho) e agora que parecia terem encontrado uma possibilidade de sossego com aquela terra que diziam ia ser dêles, o que haviam feito de errado que já iam ser expulsos novamente? E foi necessário muito tempo para tranquilizá-la e fazê-la compreender a finalidade da visita. Uma das coisas que mais impressionaram o autor, além da angústia da môça, foi o ar de conformação da mãe quando disse: "qual é o motivo agora?"... tendo depois explicado que já haviam sido expulsos muitas vêzes.

Das 105 famílias com "seu lugar" definido, 41,2% se declararam muito muito mais satisfeitos e 39,0% mais satisfeitos do que no "seu lugar". Lembre-se que o "seu lugar" não é sempre a comunidade de origem, mas aquela em relação à qual o migrante sente ter laços e raízes.

Quadro 29 - Satisfação em Iguatemi comparando com o "seu lugar".

Grau de Satisfação	Distribuição dos Parceiros	
	Nº	%
Muito mais satisfeito	57	34,5
Mais satisfeito	41	24,8
Igualmente satisfeito	0	0
Menos satisfeito	7	4,3
Muito menos satisfeito	0	0
Não tem "seu lugar"	60	36,4
TOTAIS	165	100,0

e. Aspiração de Fixação em Iguatemi

No Quadro 30 vê-se que 142 pretendem se fixar , 22 ainda estão indecisos e apenas um pretende sair. Este último confirma a evidência anterior de que um caso pretendia voltar ao "seu lugar". Há 13,3% que não se definiram, estando ainda em dúvida sobre sua Fixação. Isto se deve, segundo informaram, ao pouco tempo que residem na área, além de outros fatores. Merece atenção aqui o caso de um Parceleiro nascido no Espírito Santo, com 33 anos de idade, clas

sificado entre os de Alta Mobilidade, que durante toda a entrevista se mostrou entusiasmado com a sua situação atual, sobretudo comparando com as anteriores, mas ficou indeciso quanto à Fixação. Perguntado sobre a causa dessa indecisão, respondeu que nunca fica muito tempo em um lugar, pois de repente lhe dá vontade de ir "prá frente". Tem os pais da esposa em um lote vizinho e já residia na área há 4 anos, antes do Projeto do IBRA, mas apesar disso não tem certeza da Fixação. De todos os casos entrevistados, este foi o único que talvez se possa relacionar à proposição de De Carli sobre o que ele chamou "instinto migratório".

Quadro 30 - Aspiração de Fixação em Iguatemi.

Aspiração	Distribuição dos Parceleiros	
	Nº	%
Pretende se fixar	142	86,1
Pretende sair	1	0,6
Não sabe	22	13,3
TOTAIS	165	100,0

C A P Í T U L O V I

RESUMO E CONCLUSÕES

Neste trabalho foram analisados alguns aspectos de natureza social, psicológica e cultural da Migração Rural-Rural. Mais objetivamente, estudou-se a Migração dos Parceleiros do Projeto de Assentamento de Iguatemi, Estado de Mato Grosso, organizado e administrado pelo Distrito de Terras do Sul de Mato Grosso, pelo Ministério da Agricultura e pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (hoje Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Tratando-se de uma área nova, cuja população migrou de outras Regiões e Estados do País, ela pôde oferecer as condições essenciais para a pesquisa.

Nesse esquema geral, o presente estudo perseguiu os seguintes objetivos específicos:

- a. Elaborar uma tipologia da Migração, com base no modelo teórico proposto por Weber, para classificar a Ação Social;
- b. Utilizando essa tipologia, estudar as causas da Migração de migrantes rurais voluntários;
- c. Elaborar um critério para aferir o grau de mobilidade da população migrante;

d. Estudar algumas características de natureza social, psicológica e cultural dos migrantes, relacionando-as, em seguida, aos diferentes graus de mobilidade.

A informação básica analisada na pesquisa foi obtida através de entrevistas pessoais com os Parceleiros de uma amostra extraída, aleatoriamente, do universo de 95 "Unidades Agrárias de Trabalho e Produção" que constituem, em seu todo, as quatro Glebas do Projeto Iguatemi. Cada "Unidade Agrária" reúne de 6 a 12 parcelas, variando a área da parcela de 10 a 100 hectares, de acordo com a força-de-trabalho da família.

Foram entrevistados 165 Parceleiros, o que permitiu que a amostra representasse cerca de 20% do total de Parceleiros do Projeto. Os dados foram coletados durante o mês de agosto de 1970.

Em sua essência, a orientação teórica para o estudo foi obtida nas contribuições de Parsons, Shills, Weber e Germani. A análise dos dados obedeceu a uma abordagem predominantemente qualitativa, usando-se, também, a quantitativa para confirmação estatística das observações feitas.

As principais verificações e conclusões deste trabalho foram as seguintes:

1. A tipologia da Migração baseada no esquema teórico da Ação Social de Weber mostrou-se eficiente e adequada para a análise das orientações da Migração Rural-Rural.
2. O estudo das causas dessa Migração evidenciou duas situações bastante diferenciadas: (a) o abandono da comunidade de origem; (b) as Migrações subsequentes. Ademais, verificou-se uma nítida diferença na orientação da Migração na primeira situação, relativamente às Migrações subsequentes. O cômputo geral dessas situações sugeriu uma predominância de motivações racionais para a Migração, em confronto com as motivações Tradicional e Afetiva.
3. Fatores ambientais e objetivos incidem sobre os Sistemas Sociais, provocando uma situação que propicia o surgimento de correntes migratórias das áreas de emigração para as de imigração.
4. Fatores de ordem psico-social determinam a percepção da situação pelo ator, induzindo, a nível de indivíduo, sua satisfação ou insatisfação com o Sistema e, provocando em seguida, sua acomodação à situação ou sua Migração em busca de grati

ficações carentes no atual Sistema.

5. O critério proposto para aferir o grau de mobilidade da população migrante, ou seja, a relação entre o número de Migrações e a idade do Migrante, mostrou-se válido no contexto desta pesquisa.
6. Como esperado para as populações rurais migran-tes, a amostra é predominantemente constituída de pessoas extremamente jovens: 67% com menos de 20 anos de idade. A predominância, também, dos homens (56%) sôbre as mulheres (44%). O tamanho médio da família é de 7 pessoas, com 4 homens e 3 mulheres. Os índices de analfabetismo são bastante altos, isto é, 43% dos chefes de família e 59% de suas espôsas.
7. A população do Projeto Iguatemi é constituída, em sua maioria, por antigos agricultores não-pro-prietários de terras. Entre êsses, destacam-se os assãriados temporários e permanentes, cuja mobilidade também se mostrou a mais alta. Em seguida, estão os arrendatários e parceiros, tanto em quantidade como em grau de mobilidade. Outra evidência é que a população estudada tem tradição

eminentemente rural: 74% viveram exclusivamente da agricultura antes de virem para o Projeto. Observou-se ainda, que os Parceleiros que tiveram outras ocupações, além da agricultura, revelaram-se com maior grau de mobilidade.

8. A grande maioria das famílias, 72% possui menos de 4 equivalentes-homem de fôrça-de-trabalho. Tal verificação é, portanto, coerente com a composição etária das famílias estudadas.
9. Contrariando uma possível expectativa, a escolaridade do Parceleiro e de sua esposa não se mostrou significativamente associada à sua mobilidade. A predominância da religião católica entre os Parceleiros é bastante acentuada (74%). O fator religião, porém, não se mostrou significativamente associado à mobilidade do Parceleiro. É interessante destacar que todos os Parceleiros da Amostra tinham em seu poder pelo menos um documento: a certidão de nascimento ou de casamento. Isto, aliás, vem contradizer uma situação frequentemente generalizada entre os Migrantes rurais.
10. Como esperado para populações com grande mobili-

dade, a participação social formal revelou-se muito pequena. Cerca de 69% dos Parceleiros não tinham participado de nenhuma associação no "seu lugar". Considerando-se que "seu lugar" é aquele onde o migrante tem maiores laços e raízes, é de se esperar que, nas demais comunidades em que ele viveu, sua Participação Social Formal tenha sido menor ainda.

11. Poder-se-ia esperar que a inexistência ou insuficiência de "Facilidades" (serviços) no "seu lugar" fôsse um entre os mais fortes determinantes da Migração. Verificou-se, porém, que muitos Parceleiros deixaram comunidades com 9 e mais facilidades em busca de uma área de colonização e, portanto, ainda, com menor número de facilidades básicas. Por outro lado, notou-se que, mesmo aqueles que viveram em comunidades dotadas de um grande número de serviços, pouco uso fizeram deles, evidenciando assim uma possível marginalidade.

12. Relações interpessoais e predominantemente primárias revelaram-se o principal meio de comunicação para motivar a Migração. Isto aconteceu

em 78% dos casos. Em contrapartida, foi evidente a pequena influência dos meios massais de comunicação na Migração considerada.

13. Pôde-se inferir, também, que a Migração Rural-Ru-
ral contribui para o afrouxamento de laços com a
família extensa e com o "seu lugar". Haja visto
que mais de 40% dos Parceleiros nunca voltaram
aos "seus lugares". A esse dado se somam os 36%
que não foram capazes de identificar o "seu lu-
gar". E contrariando generalizações correntes,
apenas um dos entrevistados manifestou desejo de
voltar.

14. Da análise do fator de natureza predominantemen-
te psico-social, concluiu-se que, em relação à
satisfação com o trabalho no "seu lugar", objeti-
vou-se muito mais uma atitude de acomodação do
que pròpriamente uma atitude de satisfação. De ou-
tra parte, as razões de insatisfação parecem re-
fletir a existência de uma situação injusta no
que se refere às relações de trabalho no "seu lu-
gar". Acrescenta-se ainda que, unânimemente, os
Parceleiros manifestaram-se satisfeitos com o
trabalho atual em Iguatemi, sendo a posse da ter-
ra a razão predominante para isso.

15. Além de se constatar mobilidade muito alta (60% dos Parceleiros residindo anteriormente em 5 ou mais municípios), confirmou-se na amostra o Padrão de Migração de outros Estados para São Paulo e Paraná. Entretanto, não foi confirmada a expectativa de Migração em pequenas etapas.

16. Os Estados da Bahia, Minas Gerais e São Paulo contribuíram com a maior taxa de emigração: 22%, 21% e 16% em números redondos, respectivamente. Este é um resultado que confirma e que se verifica frequentemente a nível nacional.

17. Embora provenientes de 15 Estados e de 4 Regiões do País, os migrantes apresentaram grande homogeneidade em suas características mais gerais, destacando-se entre elas por exemplo: escolaridade, religião, idade e tradição rural. Assim sendo, poder-se-ia concluir que as possíveis diferenças entre migrantes e não-migrantes, se é que elas existem, deveriam ser objeto de nova pesquisa.

S U M M A R Y

The present study deals with some social, psychological and cultural aspects of rural-rural Migration. Objectively the Migration of rural people into the Settlement Project of Iguatemi, State of Mato Grosso, Brazil was studied. This Project was organized and is being carried on by the Distrito de Terras do Sul de Mato Grosso together with the Ministério da Agricultura and the Instituto de Reforma Agrária (IBRA).

Specifically, this research aimed at the following objectives:

- a. To elaborate a typology of Migration, on the basis of Max Weber theoretical paradigm to classify Social Action.
- b. To study the causes of voluntary Migration, through the use of the above typology.
- c. To elaborate a criterion to measure the degree of mobility of migrant people.
- d. To study some social, psychological and cultural characteristics of migrant people, as related to different degrees of mobility.

Data for this research was collected among the "Parceleiros", migrant people being settled into the "Parcelas", or farmstead, of the Project. A random sample of 24 "agrarian units" was drawn from a universe of 95, which make up the 4 "glebas" of the Project. Each "agrarian unit" is composed of from 6 to 12 "parcelas" or farmsteads, which were considered as interview units. The total sample comprised 165 farmsteads.

The theoretical framework was based on Parsons, Shills, Weber and Germani contributions. The analyses in this work were basically of a qualitative nature, although some quantitative treatment was used in order to obtain statistical validation for the observations.

The main results can be summarized as follows:

1. The typology used to classify rural-rural Migration was found to be a valid and useful device.
2. The study of causes of Migration brought into light two different situations: (a) the first Migration, when the Migrant left his birth place; and (b) the Migrations that followed. The orientation for the first Migration is completely different from those for the Migrations that followed.

As a whole, the "Rational Orientation" for Migrations prevails over the "Traditional" and the "Affective" orientations.

3. Objective environmental factors build up a situation, which establishes the necessary and sufficient conditions for the "take-off" of the Migration process.
4. Psycho-social factors influence the Actor's perception, inducing, at the individual level, satisfaction or dissatisfaction with the Social System and consequent accommodation to the situation or, instead, the Migration toward the gratifications other Social System can offer.
5. The proposed criterion to measure the degree of mobility of migrant people, i.e., the ratio between the number of Migration and the age of the Migrant, came to be a valid and a useful device for the purpose of this research.
6. The population studied is extremely young, for 67% are 20 years of age or less. The sex ratio favors men, with 56 men to 44 women. Family size is around 7, with the average of 4 men to 3 women.

Illiteracy is also widespread, for no less than 43% of the heads of families and 59% of the wives are illiterate.

7. The migrant population studied is composed of rural people, who were both landless and landowners in their previous lives. Landless people prevail over former landowners. Among landless people, waged laborers prevail over sharecroppers and small renters.
8. Labor force of the migrant families is not very strong, despite the fact that most families are relatively large. This is due to the fact this population is quite young most of the families (72%) have less than 4 man-equivalent of labor force.
9. Mobility and schooling are not significantly related. Nor are the religion of the family and the number of documents the Migrant brings with himself related to mobility.
10. Formal social participation is very small among the migrant people studied. No less than 69% had

no formal participation at all, before they came into the Project area.

11. It could be expected that number of "facilities" or services in their original communities would be a factor against Migration. It was observed, however, that people living in communities with 9 or more "facilities" left their place toward a new settlement area without any facility. It was also observed that, even having so many facilities in their home place, they made very little use of them. This also indicates structural marginality.
12. It was found that interpersonal relationship is the main communication media used by Migrants, with respect to the news about the Settlement Project.
13. Rural-rural Migration has contributed to releasing the binds with the Migrant extended family and with their original community.
14. Satisfaction with the situation of the Migrant original community was shown to be more an attitude of accommodation than of real satisfaction. On the other hand, dissatisfaction is

more an attitude toward unfair work conditions in their former places. Landownership in the present situation was shown to be the main reason for their attitude of satisfaction toward the Settlement Project.

15. Similar patterns of Migration were observed both in the national and in the Project area levels.
16. Despite the fact that the Migrants come from 15 different States and from 4 different regions of Brazil, it is interesting to note their homogeneity.

B I B L I O G R A F I A

1. ANDERSON, W.A. "Social Participation and Religious Affiliation in Rural Areas". Rural Sociology, 9 (3) 1944.
2. ANDRADE, Manoel Correia de. A Terra e o Homem no Nordeste. São Paulo: Brasiliense, 1963.
3. BATISTA, Fº Olavo. População e Desenvolvimento. São Paulo: Pioneira, 1965.
4. BORGES, T. Pompeu Accioly. Migrações Internas no Brasil. Rio de Janeiro: Comissão Nacional de Política Agrária, 1955.
5. BOSCO, Santa Helena e Antonio Jordão Neto. Migrações. Setor de Estudos e Pesquisas Sociológicas. Departamento de Imigrações e Colonização. Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, 1967.
6. BRUNNER, Edmund. "International Migration in the U.S." Rural Sociology, 13 (1) 1948.
7. BOMBO, Neusa e Rosemarie Romero Brunelli. "Estudo da Condição de Safreiro: Abordagem Inicial de um Problema Societário e Institucional." Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade Serviço Social de Piracicaba. São Paulo, 1966.

8. CARVALHO, A. Vicente de. A População Brasileira (Estudo e Interpretação). Rio de Janeiro:IBGE. Conselho Nacional de Estatística, 1960.
9. CECCHI, Camilo. "O fluxo migratório e o problema do retorno". Sociologia. XXII (3) 1960.
10. Centro Latino Americano de Pesquisas em Ciências Sociais. Situação Social da América Latina. Rio de Janeiro, 1965.
11. CONNOR, D.M. "Factores que Intervienen en la Decisión de Emigrar y en la Elección de Residencia". International Migration. II (2) 1964. Genebra. Suissa.
12. CRUZ, Levy. As Migrações para o Recife: IV Caracterização Social. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1964.
13. DAVID, Henry P. "Involuntary International Migration: Adaptation of Refugees". International Migration VII (3/4) 1969. Genebra. Suissa.
14. DIEGUES Jr., Manoel. O Engenho de Açúcar no Nordeste. Serviço de Informação Agrícola (M.A.), 1952.
15. _____ População e Propriedade da Terra no Brasil. Washington, D.C.: OEA - União Pan - Americana, 1959.

16. ELIZAGA, Juan C. Migraciones Interiores: Evolución Reciente y Estado Actual de los Estudios. México: Conferência Regional Latinoamericana de Población, Sesión: Migración, Urbanización y Distribución Regional. Agosto, 1970.
17. FERRARI, A. Trujillo. "Atitudes e Comportamento Político do Imigrante Nordestino em São Paulo". Sociologia, XXIV (3) 1962.
18. _____ . Apostila das aulas do Curso de Sociologia Rural da Universidade Rural do Rio de Janeiro, 1959.
19. GALJART, B.F. Itaguaí - Old Habits and New Practices in a Brazilian Land Settlement. Wageningen: Centre of Agricultural Publishing Documentation, 1968.
20. GERMANI, Gino. Politica y Sociedad en una Epoca de Transición. Buenos Aires: Paidós, 1968.
21. _____ . Sociologia de la Modernización. Buenos Aires: Paidós, 1969.
22. GIST, P. Nal e outros. "Selective aspects of Rural Migrations". Rural Sociology. 6 (1) 1941.
23. GLADIS, K. Bowels. "Migration Patterns". Rural Sociology. 22 (1) 1957.

24. GRAY, Wayne T. "Populations Movements in the Kentucky"
Rural Sociology. 10 (4) 1945.
25. HANNAN, D.F. "Migration Motives and Migration Differentials Among Irish Rural Youth". Sociologia Ruralis, IX (3) 1969.
26. HILLERY, George A., J.S.Brown e G.F.de Jong. "Migration Systems of the Southern Appalachians". Rural Sociology 30 (1) 1965.
27. HUTCHINSON, Bertram. "Mobilidade e Trabalho". Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educa - cionais - INEP - Ministério de Educação e Cultu ra, 1960.
28. IBGE. Contribuições para o Estudo da Demografia no Brasil. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Es tatística, 1961.
29. JAMIERSON, Stuart. "A Settlement of Rural Migrant Fa - milies in the Sacramento Valley". Rural Socio - logy. 7 (1-4) 1942.
30. JEHLIK, Paul. "Patterns of Net Migration and Changes in Crude Birth Rates in the North Central Sta - tes, 1940-1950". Rural Sociology. 20 (3-4) 1955.

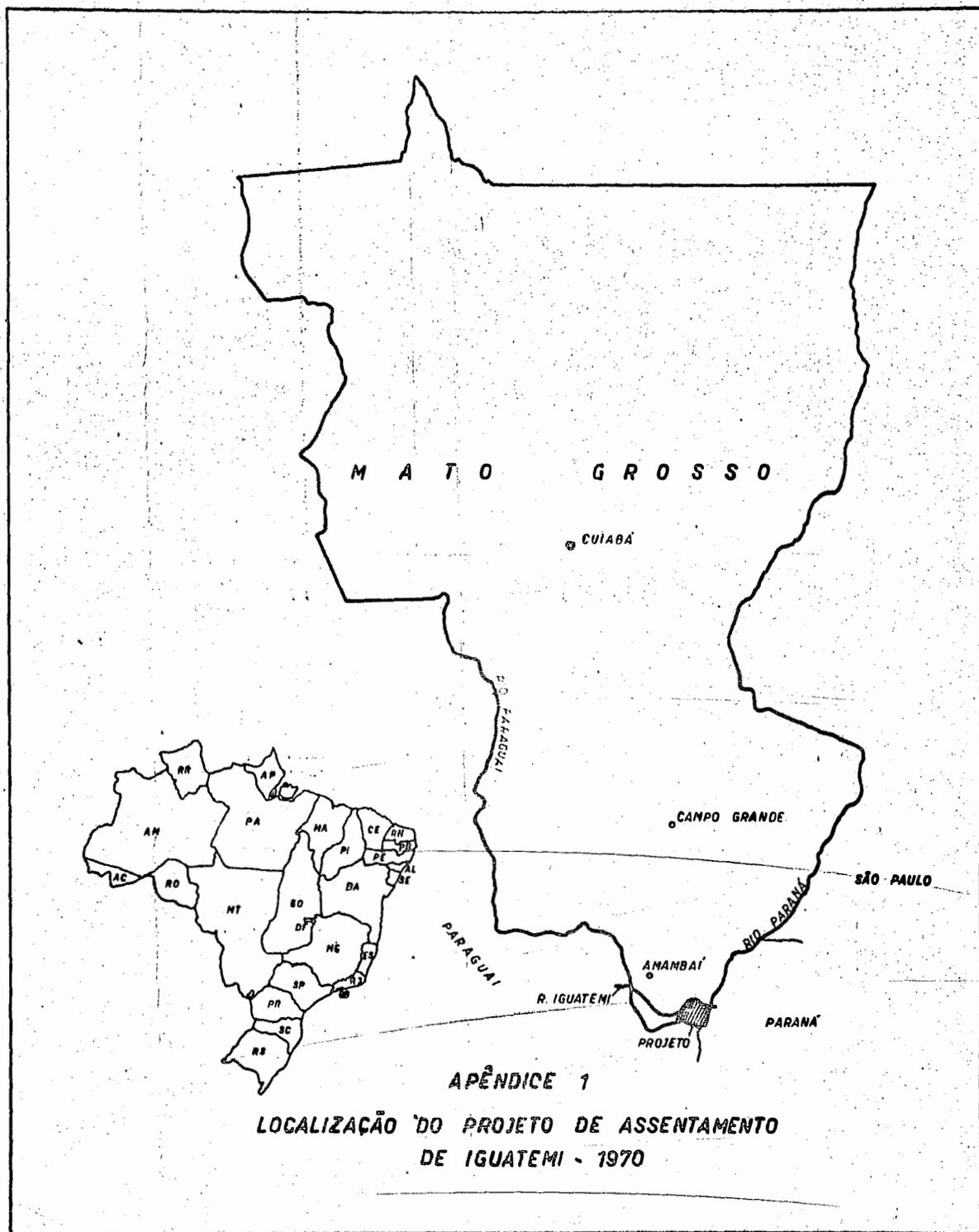
31. JOBERG, Gideon S. "Rural Urban Dimensions in Pré-Industrial, Transitional, Industrial Societies", in Robert Faris, Handbook of Modern Sociology. Chicago: Rand McNally, 1966.
32. LAMBER, Jacques. Os Dois Brasis. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1967.
33. LARSON, Olaf. "Wartime Migration and the Manpower Reserve on Farms in Eastern Kentucky". Rural Sociology. 8 (2) 1943.
34. LOPES, Juarez Brandão. Sociedade Industrial no Brasil. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964.
35. MARTINEZ, Hector. "Las Migraciones Internas en el Perú". Apportes nº 10, outubro de 1968. Instituto Latinoamericano de Relaciones Internacionales. Paris.
36. MARTINSON, Floyd M. "Personal Adjustment and Migration". Rural Sociology. 20 (2) 1955.
37. Mc.EWAN, P.J.M. "La Assimilación de los Europeos en Ultramar". International Migration II (2) 1964. Genebra. Suissa.
38. Ministério da Agricultura - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA). Distrito de Terras do Sul de Mato Grosso (DFZ/03). Projeto de Assentamento de Iguatemi: Programa Operacional, Rio de Janeiro, 1970.

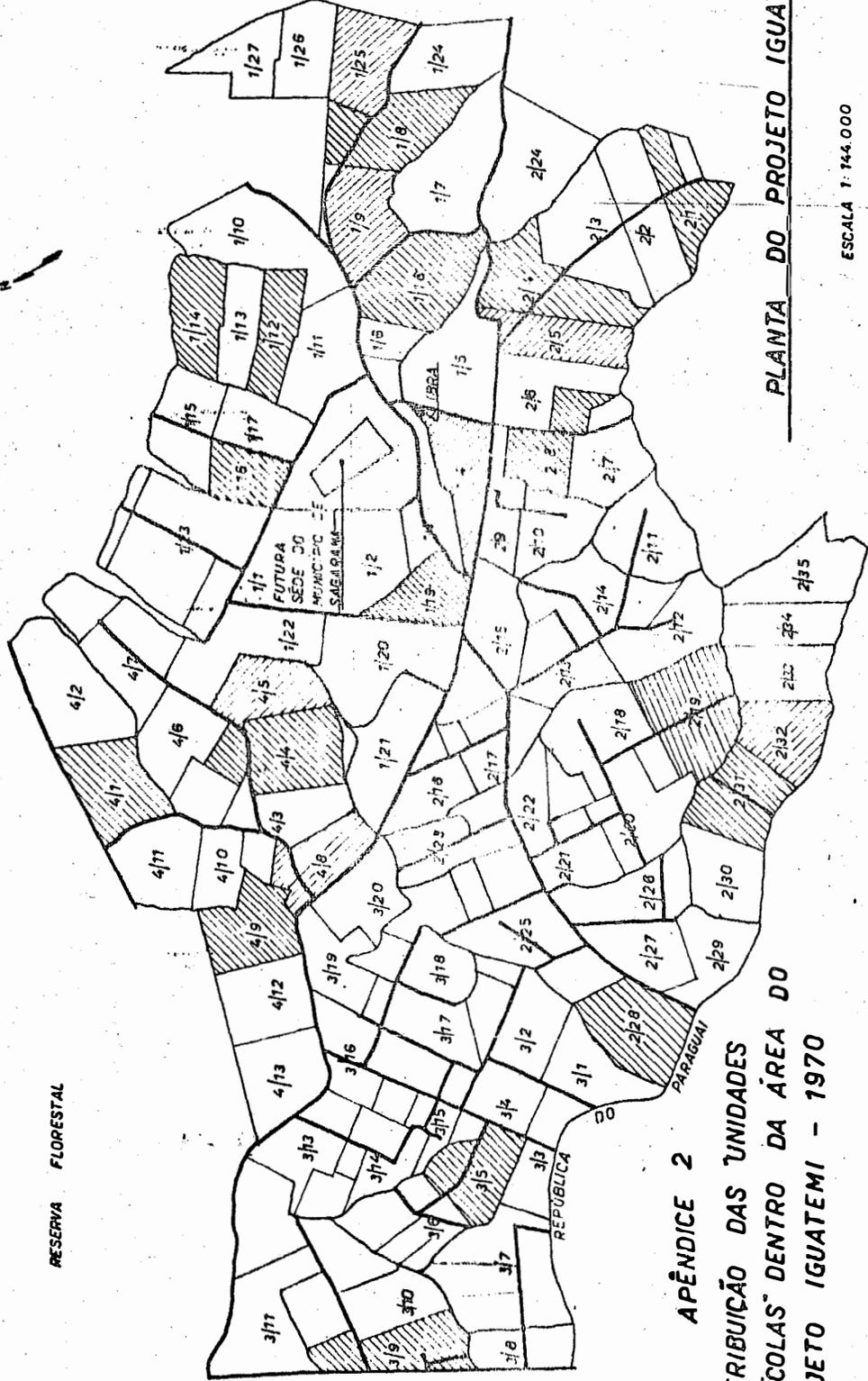
39. Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica. Demografia - Diagnóstico Preliminar. Rio de Janeiro. Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada. Agosto de 1966.
40. MOLINA Filho, José. Fôrça de Trabalho na Agricultura Brasileira: uma Abordagem Demográfica. Piracicaba: ESALQ. Departamento de Economia, Série Pesquisa nº 8, 1969.
41. MOORE, Wilbert E. "O Impacto da Indústria: Modernização de Sociedades Industriais". Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.
42. MYRON, Weiner. Modernization, the Dynamics of Growth. N.Y.: Basic Books, Inc., 1966.
43. NELSON, Lowry. "How satisfying is Rural Life?". Rural Sociology 7 (2) 1942.
44. PACHECO e SILVA, A.C. "Aspectos Psicosociais das Correntes Migratórias no Brasil". Problemas Brasileiros. Vol. 36, março de 1966, São Paulo.
45. PARSONS, Talcott. Sociedades: Perspectivas Evolutivas e Comparativas. São Paulo: Pioneira, 1969.
46. PARSONS, T. e A.E. Shills. Toward a General Theory of Action. New York: Harper Torchbooks, 1962.

47. PASTORE, José. Brasília, a Cidade e o Homem. São Paulo: Editora Nacional, 1969.
48. PAYNE, Raymond. "Occupational and Migration Expectations". Rural Sociology 21 (2) 1965.
49. REIS, P. Pereira. "Algumas Considerações sobre a Migração no Brasil". Sociologia XXIII (1) 1961.
50. SAITO, Hiroshi. "Mobilidade de Ocupação e de Status de um Grupo de Imigrantes". Sociologia XXII(3)1960.
51. SCHULZE, Rolf, R. Artis e J.A. Beegle. "The Measurement of Community Satisfaction and the Decision to Migrate". Rural Sociology 28 (3) 1963.
52. SMITH, T. Lynn. Brasil, Povo e Instituições. Rio de Janeiro: Block Editores e USAID, 1967.
53. TANNOUS, Afif. "Emigration, a Force of Social Change in an Arab Village". Rural Sociology 7 (1 - 4), 1942.
54. TORRES, Vasconcelos. "Movimentos Migratórios das Populações Rurais Brasileiras". Livraria Freitas Bastos. São Paulo, 1957.
55. WAKELEY, Ray A. e Mohiey Nasrat. "Sociological Analysis of Population Migration". Rural Sociology. 26 (1) 1961.

56. WEBER, Max. Economia y Sociedad. México: Fondo de Cultura Economica, 1964.
57. _____ . The Theory of Social and Economic Organization. New York: The Free Press, 1965.

A P Ê N D I C E S





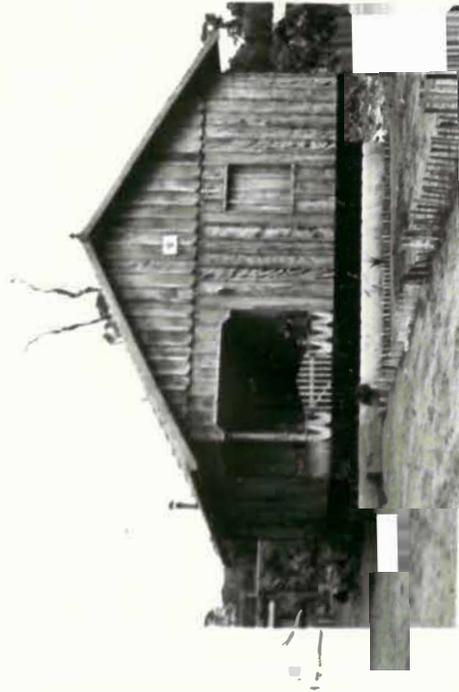
APÊNDICE 2
DISTRIBUIÇÃO DAS UNIDADES
AGRÍCOLAS DENTRO DA ÁREA DO
PROJETO IGUATEMI - 1970

PLANTA DO PROJETO IGUATEMI

ESCALA 1:144.000

APÊNDICE 3

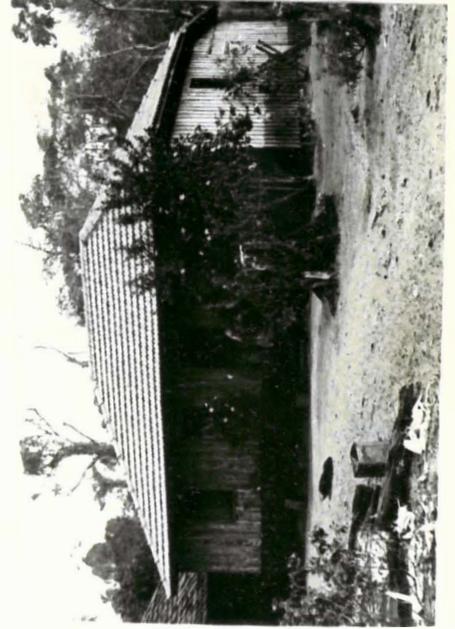
TIPOS DE CASA DE MADEIRA SERRADA E DE ALVENARIA



PRIMEIRAS CASAS CONSTRUIDAS PELO PROJETO, FEITAS DE TÁBUAS DE PEROBA COM MATA-JUNTAS DE CEDRO



TIPO DE CASA MAIS COMUM EM TODO O PROJETO, FEITAS DE TÁBUAS DE PEROBA E MATA-JUNTAS DE CEDRO



TIPO DE CASA DE MADEIRA CONSTRUIDA PELO PROPRIETÁRIO ANTES DO INÍCIO DO PROJETO



CASA DE ALVENARIA EM CONSTRUÇÃO PELO PROPRIETÁRIO

APÊNDICE 4

TIPOS DE CASAS RÚSTICAS CONSTRUÍDAS PELAS FAMÍLIAS AO CHEGAREM AO PROJETO IGUATEMI



CASA DE PAU-A-PIQUE
DE MADEIRA LASCADA
COBERTA DE TABUINHAS



CASA DE BAMBU FINO
CORTADO AO MEIO E
COBERTO DE TABUINHAS

CASA DE TAIPA
COBERTA DE TABUINHAS



CASA DE BAMBU-GIGANTE COBERTA DE
TELHAS FINANCIADAS PELO PROJETO



CASA DE PAU-A-PIQUE DE COQUEIRO
COM COBERTURA DE TABUINHAS



Apêndice 5 - "Unidades Agrárias"

UNIDADES BÁSICAS OPERACIONAIS NORMAS DE FUNCIONAMENTO

1. GENERALIDADES

- 1.1. As UNIDADES BÁSICAS OPERACIONAIS são um instrumento de participação dos parceleiros no processo de desenvolvimento sócio-econômico do Projeto Iguatemi.
- 1.2. As U.B.O. têm como objetivo precípuo criar uma nova mentalidade entre os parceleiros, que possibilite a instalação de uma empresa agrícola e de prestação de serviços, promovendo uma rápida emancipação do Projeto e reduzindo os custos do mesmo.

2. DA ORGANIZAÇÃO

- 2.1. Para a constituição das U.B.O. se levará em consideração a vizinhança das parcelas de uma área geográfica limitada.
- 2.2. As U.B.O. contarão com um máximo de 12 parceleiros e um mínimo de 6 de modo a possibilitar seu melhor funcionamento.
- 2.3. Para integrar uma U.B.O. o parceleiro deverá ter a sua situação regularizada perante o IBRA.
- 2.4. As Unidades serão instaladas pelo Supervisor Técnico de comum acordo com os parceleiros.
- 2.5. As Unidades se reunirão periodicamente para deliberar sobre assuntos de interesse dos seus membros.

- 2.6. As U.B.O. contarão com Encarregados de serviços escolhidos pelos integrantes das mesmas.
- 2.7. Cada Unidade, por ocasião de sua instalação escolherá Encarregados para os seguintes serviços:
- a) Comunicação
 - b) Saúde
 - c) Educação
 - d) Contrôles de Ocupação
 - e) Infra-Estrutura
 - f) Desmatamento
 - g) Crédito
 - h) Distribuição de Sementes
 - i) Agricultura
 - j) Comercialização
- 2.8. Cada integrante da Unidade só poderá assumir o encargo de um serviço.
- 2.9. No caso em que o número de serviços seja superior ao de integrantes da Unidade será permitido acumular dois encargos.
- 2.10. As Unidades poderão criar outros serviços não previstos nestas Normas, de acordo com as necessidades surgidas.
- 2.11. Os encarregados poderão ser destituídos em qualquer tempo, desde que os integrantes da Unidade o decidam.
- 2.12. Para se efetivar a destituição se adotarão os seguintes procedimentos:

a) reunião com a participação de todos os integrantes;

b) deliberação com maioria de 2/3;

2.13. Logo após a destituição do Encarregado a Unidade escolherá seu substituto.

2.14. Os Encarregados poderão promover reuniões das Unidades para tratar de assuntos relacionados com sua responsabilidade, comunicando ao Supervisor Técnico as decisões tomadas.

2.15. O Supervisor Técnico t \hat{o} das as v \hat{e} zes que houver motivo justo poder \hat{a} intervir na Unidade para corrigir as irregularidades, devendo, por \hat{e} m, faz \hat{e} -lo em reuni \hat{o} com a presen \hat{c} a de todos os integrantes.

2.16. O atendimento dos parceiros ser \hat{a} sempre feito atrav \hat{e} s dos Encarregados de servi \hat{c} os.

3. DAS ATRIBUIÇÕES DOS ENCARREGADOS

3.1. O Encarregado de Comunica \hat{c} o ter \hat{a} as seguintes atribui \hat{c} es:

a) convocar os integrantes da Unidade para as reuni \hat{o} es, por solicita \hat{c} o do Supervisor T \acute{e} cnic \hat{o} ou de um dos Encarregados;

b) informar o Supervisor T \acute{e} cnic \hat{o} s \hat{o} b \hat{r} e as reuni \hat{o} es a serem realizadas;

c) comunicar aos integrantes da Unidade as informa \hat{c} es recebidas do Supervisor T \acute{e} cnic \hat{o} .

3.2. O Encarregado de Saúde terá as seguintes atribuições:

- a) informar o administrador do FAPPI sobre as necessidades de medicamentos para primeiros socorros;
- b) atender os casos de curativos e primeiros socorros;
- c) comunicar ao Supervisor ou ao enfermeiro os casos de doenças, epidemias ou acidentes.

3.3. O Encarregado de Educação terá as seguintes atribuições:

- a) proceder ao levantamento das crianças em idade escolar;
- b) proceder ao levantamento dos adultos analfabetos;
- c) colaborar na execução do programa de alfabetização funcional;
- d) incentivar os parceleiros para que enviem seus filhos à escola e comunicar ao Supervisor Técnico quando se fizer necessária sua intervenção.

3.4. O Encarregado de Contrôles da Ocupação terá as seguintes atribuições:

- a) fiscalizar a entrada de pessoas estranhas à Unidade e comunicar ao Supervisor Técnico as irregularidades;

- b) colaborar para que os parceiros regularizados fixem residência nas suas respectivas parcelas;
- c) comunicar ao Supervisor Técnico os casos de abandono da parcela.

3.5. O Encarregado de Infra-Estrutura terá as seguintes atribuições:

- a) comunicar ao Supervisor Técnico sobre as necessidades de abertura e conservação de estradas, consertos de pontes, pontilhões, bueiros, etc.
- b) promover "mutirões" para a construção de moradias, conservação de estradas, consertos de pontes, etc.
- c) solicitar providências do Supervisor Técnico quando houver dificuldades para identificação de divisas;
- d) promover periodicamente a limpeza das divisas com a participação dos integrantes da Unidade;
- e) fiscalizar a conservação dos marcos;

3.6. O Encarregado de Desmatamento terá as seguintes atribuições:

- a) receber os pedidos de desmatamento e verificar se as áreas a desmatar estão proporcionais à força de trabalho e em caso de novos pedidos verificar se as áreas anteriormente desmatadas foram plenamente utilizadas;
- b) encaminhar ao Supervisor Técnico os pedidos de

desmatamento após a verificação acima mencionada;

- c) fiscalizar o desmatamento e a queima, observando as normas estabelecidas no Código Florestal e comunicar ao Supervisor Técnico as irregularidades;
- d) encaminhar ao Supervisor Técnico a relação da quantidade de madeira de lei retirada da área desmatada para agricultura.

3.7. O Encarregado de Crédito terá as seguintes atribuições:

- a) fazer o levantamento das necessidades de crédito e encaminhar ao Supervisor Técnico;
- b) colaborar com o Supervisor Técnico na elaboração do plano de cultivo e subsistência;
- c) entregar Ordens de Fornecimento;
- d) fiscalizar a correta aplicação do crédito;
- e) comunicar ao Supervisor Técnico as irregularidades quanto à aplicação do crédito;
- f) providenciar a assinatura dos recibos de crédito;
- g) colaborar na implantação do crédito bancário, de acordo com as normas a serem expedidas.

3.8. O Encarregado de Distribuição de Sementes terá as seguintes atribuições:

- a) fazer o levantamento das necessidades de Sementes e encaminhar os pedidos ao Supervisor Técnico;

- b) receber as sementes e proceder à distribuição de acôrdo com os pedidos;
- c) comunicar ao Supervisor Técnico as irregularidades quanto à recepção e entrega das Sementes;
- d) fiscalizar a aplicação das sementes e comunicar ao Supervisor Técnico as irregularidades.

3.9. O Encarregado de Agricultura terá as seguintes atribuições:

- a) promover reuniões da Unidade para troca de experiências quanto às práticas agrícolas;
- b) comunicar ao Supervisor Técnico as dificuldades encontradas quanto às práticas agrícolas;
- c) solicitar a colaboração do Supervisor Técnico para a identificação de pragas ou doenças e promover reuniões para demonstração e controle;
- d) promover "mutirões" nas épocas de plantio, colheita, etc.

3.10.0 Encarregado de Comercialização terá as seguintes atribuições:

- a) levantar a produção da Unidade e comunicar ao Supervisor Técnico especificando o volume, produto e época da colheita;
- b) receber os produtos e proceder à classificação dos mesmos de acôrdo com os critérios a serem fixados oportunamente.

4. DA COMISSÃO DE COMERCIALIZAÇÃO

- 4.1. Na época da colheita, cada Unidade constituirá uma comissão com os encarregados de Comercialização, Agricultura, Sementes e Crédito.
- 4.2. Esta Comissão terá as seguintes atribuições:
- a) receber os produtos;
 - b) classificá-los de acordo com os padrões fixados;
 - c) ensacar, marcar e pesar os produtos;
 - d) registrar os volumes recebidos em ficha especial fornecida pela E.T.E.
 - e) efetuar o pagamento dos volumes recebidos descontando as quantias especificadas em cada caso.
- 4.3. As atividades da Comissão de Comercialização serão supervisionadas pelo Supervisor Técnico.

Apêndice 6 - Formulário para Entrevistas

Questionário nº _____

Início da entrevista: _____ hs. Término _____ hs.

Data da entrevista: _____

Nome do entrevistado: _____

Área da parcela: _____ ha.

Escritura definitiva: sim ()

 não ()

Principais lavouras e criações: _____

_____	ha.	gado de leite	_____	cabeças
_____	ha.	gado de corte	_____	cabeças
_____	ha.	porcos	_____	cabeças
_____	ha.	galinhas	_____	cabeças
_____	ha.	outros	_____	cabeças

A. DADOS FAMILIAIS E PESSOAIS

1. <u>Membros da família</u> residentes aqui	se xo	ida de	Estado conju- gal (*)	Reli- gião	Pro- fis- são	Escolaridade	
						ano esco- lar (**)	con- tinua
Chefe							
Cônjuge							
Filhos							
Outros dependentes							

(*) C - casado; S - solteiro; D - desquitado; A - amigado;
V - viúvo; Sep.- separado.

(**) Ano escolar: último ano de escola frequentado.

2. Quais os documentos que o senhor tem aqui?

_____ certidão de nascimento

_____ certidão de casamento civil _____ religioso

_____ carteira de identidade

_____ carteira de saúde

_____ carteira de trabalho

_____ título de eleitor

_____ outros. Quais _____

B. MIGRAÇÃO

1. Lugares em que morou desde o nascimento até Iguatemi.

	LOCALIDADE		CATEGORIA					Chegou		Saíu		Tipo de Trabalho (*)	Razão (ões) para deixá-lo
	Município	Estado	Cidade	Vila	Fazenda	Sítio	Ano	Mês	Ano	Mês			
1													
2													
3													
4													
5													
6													
7													
8													
9													
10													
11													
12													
13													
14													
15													
16													

(*) Se trabalhou na lavoura fazer a pergunta B.4. Se não, eliminá-la.

2. Dos lugares em que o senhor viveu, qual é o que conside-
ra o "seu lugar"?

3. Por que?

4. O que o senhor era no "seu lugar"?

4.1. Proprietário sim () não ()

(EM CASO POSITIVO)

Área da propriedade _____ ha.

Número de sócios ou donos _____

O que fêz dela?

_____ vendeu?

_____ arrendou?

_____ deu em parceria?

_____ outros. Quais? _____

4.2. Parceiro sim () não ()

(SE POSITIVO VER O REGIME)

_____ de meia

_____ de terça

_____ de quarta

outra %. Qual? _____

4.3. Arrendatário ou foreiro sim () não ()

4.4. Assalariado: _____ Permanente

_____ Temporário (volante, corumba, etc)

_____ Administrador

_____ Capataz

_____ Outros. Especificar _____

5. Por que o senhor escolheu o Sul para morar?

6. Como o senhor ficou sabendo das vantagens do Sul? E de Iguatemi?

Meios	Sul	Iguatemi
Jornal	_____	_____
Rádio	_____	_____
Parentes	_____	_____
Amigos	_____	_____
Outros	_____	_____ Quais? _____

7. Comparando Iguatemi com o "seu lugar" o senhor se sente aqui:

_____ muito mais satisfeito aqui
 _____ mais satisfeito
 _____ igualmente satisfeito
 _____ menos satisfeito
 _____ muito menos satisfeito

8. Por que?

9. Pretende voltar a morar no "seu lugar"?

_____ sim
 _____ não
 _____ não sabe

10. Comparando com o "seu lugar", o que o senhor "tira" ou ganha (renda) aqui, dá para sua família viver:

_____ muito melhor do que lá

_____ melhor do que lá

_____ igual a lá

_____ pior que lá

_____ muito pior que lá

11. Quais são as três coisas que o senhor mais gosta aqui?

12. Quais são as três coisas que o senhor menos gosta aqui?

C. FACILIDADES COMUNITÁRIAS:

FACILIDADES	Com. de origem "seu lugar"	Iguatemi
1. Escolas		
Primária	_____	_____
Ginásio	_____	_____
Outras(Senai, Industrial)	_____	_____
2. Igrejas ou Capelas	_____	_____
3. Padre ou Pastor	_____	_____

	Com. de origem "seu lugar"	utili- zavã	Iguatemi	uti- liza
4. Serviços Médicos				
Benzedor	_____	_____	_____	_____
Médico	_____	_____	_____	_____
Pôsto de Saúde	_____	_____	_____	_____
Pôsto de Puericultura	_____	_____	_____	_____
Hospital	_____	_____	_____	_____
Outros.Quais _____	_____	_____	_____	_____
5. Outros Serviços Públicos				
L.B.A.	_____	_____	_____	_____
Creche	_____	_____	_____	_____
Centros Sociais	_____	_____	_____	_____
Outros.Quais _____	_____	_____	_____	_____
6. Associações		Mem- Dire	Mem- Dire	
a.Partidos políticos	_____	bro tor.	bro tor.	_____
b.Cooperativa	_____	_____	_____	_____
c.Sindicato	_____	_____	_____	_____
d.Assoc.Rurais	_____	_____	_____	_____
e.Clubes de Futebol	_____	_____	_____	_____
f.Religiosas	_____	_____	_____	_____
g.Outras.Quais _____	_____	_____	_____	_____

	Com. de origem "seu lugar"	Iguatemi
7. Festas	Parti- cipava sem às pre vêzes	Parti- cipava sem às pre vêzes
a. Da Igreja	_____	_____
b. Carnaval	_____	_____
c. Bailes	_____	_____
d. De família	_____	_____
e. Outras. Quais _____	_____	_____
8. Fontes de Informações	Utilizava mui- pou- to co	Utiliza mui- pou- to co
a. jornal	_____	_____
b. rádio	_____	_____
c. televisão	_____	_____
d. reuniões	_____	_____
e. conversas	_____	_____
f. alto-falante	_____	_____
g. outros. Quais _____	_____	_____
9. Trabalho	Trabalhava tem - per- por. man.	Trabalha tem - per- por. man.
a. para o chefe	_____	_____
b. para a mulher	_____	_____
c. para os filhos	_____	_____
d. para as filhas	_____	_____

10. Estava satisfeito com o trabalho no "seu lugar"

_____ muito satisfeito
 _____ satisfeito
 _____ insatisfeito
 _____ muito insatisfeito

11. Por que?

12. Está satisfeito com o trabalho aqui?

_____ muito satisfeito
 _____ satisfeito
 _____ insatisfeito
 _____ muito insatisfeito

13. Por que?

14. O senhor pretende ficar aqui definitivamente?

_____ sim
 _____ não
 _____ não sabe

D. LAÇOS COMUNITÁRIOS

1. Onde está sua família?

	"seu lugar"	Iguatemi
mulher	_____	_____
filhos	_____	_____
pais	_____	_____
irmãos	_____	_____
primos	_____	_____
tios	_____	_____
amigos	_____	_____

2. Frequência à Igreja:

	"seu lugar"	Iguatemi
semanalmente	_____	_____
mensalmente	_____	_____
nas festas	_____	_____
nunca	_____	_____

3. Em caso de necessidade podia (pode) contar com a ajuda dos vizinhos?

	"seu lugar"	Iguatemi
sempre	_____	_____
às vêzes	_____	_____
nunca	_____	_____

4. Podia (pode) pedir coisas emprestadas aos seus vizinhos?

	"seu lugar"	Iguatemi
sempre	_____	_____
às vêzes	_____	_____
nunca	_____	_____

5. O senhor visitava (visita) outras famílias?

	"seu lugar"	Iguatemi
várias vêzes por semana	_____	_____
semanalmente	_____	_____
quinzenalmente	_____	_____
mensalmente	_____	_____
várias vêzes por ano	_____	_____
uma vez por ano	_____	_____

6. Havia (há) pessoas a quem podia (pode) pedir conselhos e opiniões?

	"seu lugar"	Iguatemi
muitas	_____	_____
poucas	_____	_____
nenhuma	_____	_____

7. Quem eram (são) essas pessoas?

	"seu lugar"	Iguatemi
pais	_____	_____
outros parentes	_____	_____
vizinhos	_____	_____
amigos	_____	_____
outros _____	_____	_____

8. O senhor era (é) procurado para dar conselhos e opiniões?

	"seu lugar"	Iguatemi
muitas vêzes	_____	_____
poucas vêzes	_____	_____
nunca	_____	_____

9. Em caso positivo, sôbre o que o senhor dava (dá) conselhos?

	"seu lugar"	Iguatemi
lavoura	_____	_____
criações	_____	_____
problemas de filhos	_____	_____
problemas do casal	_____	_____
problemas de saúde	_____	_____
outros. Quais _____	_____	_____

10. Votava (vota) nas eleições?

	"seu lugar"	Iguatemi
tôdas	_____	_____
às vêzes	_____	_____
munca	_____	_____

11. Quantas vêzes voltou ao "seu lugar" depois que saiu de lá a primeira vez?

_____ vêzes

12. Voltou para visitar: _____ vêzes.

13. Voltou a negócios: _____ vêzes.

14. Escreve cartas para o "seu lugar"?

_____ não

_____ uma vez por ano

_____ várias vêzes por ano

_____ todo mês

15. Recebe cartas de lá?

_____ não

_____ uma vez por ano

_____ várias vêzes por ano

_____ todo mês